

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ENGENHARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO

Isabela Canônico Lopes

**Práticas Sociais e Percepção do Usuário como Parâmetros para Projetos de Arquitetura
no Interior da Habitação de Interesse Social: estudo de caso no Condomínio Vivendas
Belo Vale, Juiz de Fora – MG**

Juiz de Fora

2016

Isabela Canônico Lopes

**Práticas Sociais e Percepção do Usuário como Parâmetros para Projetos de Arquitetura
no Interior da Habitação de Interesse Social: estudo de caso no Condomínio Vivendas
Belo Vale, Juiz de Fora – MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre em Ambiente Construído.

Orientador: Prof. Dr. José Gustavo Francis Abdalla
Coorientadora: Prof. Dr. Letícia Maria de Araújo Zambrano

Juiz de Fora

2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lopes, Isabela Canônico Lopes.

Práticas sociais e percepção do usuário como parâmetros para projetos de arquitetura no interior da Habitação de Interesse Social : Estudo de Caso no Condomínio Vivendas Belo Vale, Juiz de Fora ? MG / Isabela Canônico Lopes Lopes. -- 2016.
118 f. : il.

Orientador: José Gustavo Francis Abdalla Abdalla

Coorientadora: Letícia Maria de Araújo Zambrano Zambrano

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Engenharia. Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído, 2016.

1. Práticas Sociais. 2. Conflitos Arquitetônicos. 3. Habitação de Interesse Social. 4. Programa Minha Casa, Minha Vida. 5. Juiz de Fora. I. Abdalla, José Gustavo Francis Abdalla, orient. II. Zambrano, Letícia Maria de Araújo Zambrano, coorient. III. Título.

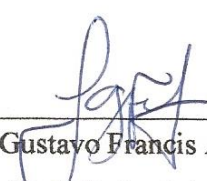
Isabela Canônico Lopes

**Práticas sociais e percepção do usuário como parâmetros para projetos de arquitetura
no interior da Habitação de Interesse Social: Estudo de Caso no Condomínio Vivendas
Belo Vale, Juiz de Fora – MG**

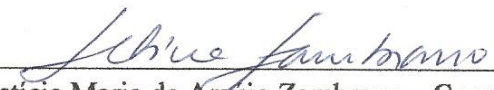
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre em Ambiente Construído.

Aprovada em 26 de Fevereiro de 2016

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Gustavo Francis Abdalla - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Leticia Maria de Araujo Zambrano – Coorientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Frederico Braida Rodrigues de Paula
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Simone Barbosa Villa
Universidade Federal de Uberlândia

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, e quando digo família, me refiro a todos os integrantes da “Grande Família Canônico-Lopes”, que sempre estiveram ao meu lado e me deram forças para seguir lutando pelos meus objetivos.

Agradeço ao Gustavo Abdalla, meu orientador, que me conduziu e acreditou no meu trabalho, e a Letícia Zambrano, que mais que uma coorientadora, é uma amiga que espero ter sempre por perto.

Agradeço a todos os meus amigos, especialmente a Nádia Camacho que sempre me incentiva e acredita mais em mim do que eu mesma.

Agradeço a comunidade do Condomínio Vivendas Belo Vale que gentilmente abriu a porta de suas casas e cedeu seu tempo para realização dessa pesquisa.

Agradeço a Universidade Federal de Juiz de Fora pelas oportunidades desde a graduação e pelo financiamento da bolsa de mestrado concedida através da modalidade monitoria.

RESUMO

A dissertação aborda a análise do universo arquitetônico-espacial na habitação de interesse social (HIS), mais especificamente, como o usuário utiliza a habitação para a realização das suas práticas sociais cotidianas. Objetiva-se conhecer as práticas sociais presentes, a percepção da qualidade da habitação pelos moradores e os conflitos arquitetônicos encontrados. O foco da dissertação concentra-se na avaliação qualitativa dos espaços internos das habitações de um empreendimento do Programa Minha, Casa Minha Vida (PMCMV) – o Condomínio Vivendas Belo Vale, localizado em Juiz de Fora / MG. Como procedimentos metodológicos foram elencadas técnicas diversas, tais como: entrevistas semiestruturadas, *walkthrough*, levantamento arquitetônico, caracterização dos usuários e sistematização fotográfica dos ambientes internos das habitações. Na investigação *in loco*, buscou-se, primeiramente, identificar as necessidades das práticas cotidianas dos usuários e observar como o contexto físico é arranjado perante tais práticas. Pretende-se contribuir para a discussão sobre a percepção da qualidade do espaço pelo morador, para que o projeto arquitetônico da HIS considere um arranjo interior compatível com as práticas sociais presentes. A insatisfação dos usuários está ligada a aspectos físicos das habitações e também a aspectos psicológicos. Através de um projeto arquitetônico apropriado é possível gerar soluções espaciais adequadas e contribuir para a qualidade de vida dos usuários. Como conclusão tem-se que o conflito arquitetônico está na inadequação da habitação aos valores socioculturais.

Palavras-chave: Práticas Sociais. Conflitos Arquitetônicos. Habitação de Interesse Social. Programa Minha Casa, Minha Vida. Juiz de Fora.

ABSTRACT

The dissertation deals with the analysis of the architectural and spatial environment in social housing, that is, how you use the room to perform their daily social practices. The objective is to meet the present social practices, the perception of the quality of housing for the residents and the architectural conflicts present. The focus of the dissertation lies in the qualitative assessment of the internal spaces of the dwellings of an enterprise's Programa Minha, Casa Minha Vida – the Condomínio Vivendas Belo Vale, located in Juiz de Fora / Minas Gerais. As methodological procedures were listed various techniques such as: semi-structured interviews, walkthrough, architectural survey, characterization of users and photographic systematization of indoor houses. In fact-finding was sought for the search, first identify the needs of daily practices of users and observe how the physical environment is arranged before such practices. It is intended to contribute to the discussion about the perceived quality of the space by the resident, to the architectural design of social housing consider an interior arrangement compatible with the present social practices. The dissatisfaction of users is on the physical aspects of housing and also the psychological aspects. Through an appropriate architectural design it is possible to generate appropriate spatial solutions and contribute to the quality of life of users. In conclusion it has to be the architectural conflict is the inadequacy of housing to the socio-cultural values.

Keywords: Social Practices. Architectural Conflicts. Social Housing. Programa Minha Casa, Minha Vida. Juiz de Fora.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do condomínio.....	36
Figura 2 – Fachada do condomínio.....	36
Figura 3 – Implantação do condomínio com entorno.....	37
Figura 4 – Macrosetorização do condomínio.....	37
Figura 5 – Depósito do lixo e churrasqueira.....	38
Figura 6 – Equipamentos infantis.....	38
Figura 7 – Rua 3.....	39
Figura 8 – Fachada de um dos sobrados situados na Rua 1.....	39
Figura 9 – Planta baixa representando o percurso do <i>walkthrough</i>	44
Figura 10 – Planta exemplificando o levantamento arquitetônico e registro dos conflitos arquitetônicos.....	47
Figura 11 – Esquema da relação usuário x espaço.....	61
Figura 12 – Esquema dos valores socioculturais.....	67
Figura 13 – Matriz de descobertas.....	90
Gráfico 1 – Caracterização social do condomínio.....	43
Quadro 1 – Caracterização da pesquisa.....	33
Quadro 2 –Imagens do interior das habitações.....	41
Quadro 3 – Publicações encontradas na RSL - base Periódicos Capes.....	49
Quadro 4 – Análise dos espaços (visão dos usuários).....	73
Quadro 5 – Análise dos espaços (visão do pesquisador).....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização dos usuários.....	46
Tabela 2 – Termos mais usados na RSL.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APO Avaliação Pós-Ocupação

CEF Caixa Econômica Federal

CMH Conselho Municipal de Habitação

CNPQ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EEI-AUR/UFJF Escritório-Escola Itinerante do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF: avaliação e assessoria técnica em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora – MG

EHIS Empreendimento de habitação de interesse social

ENCASA Empresa Regional de Habitação Juiz de Fora S/A

FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz

GT Grupo de Trabalho

HIS Habitação de interesse social

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JF Juiz de Fora

MEC Ministério da Educação

MG Minas Gerais

NEHab Núcleo de Estudos em Habitação

PAC Programa de Aceleração do Crescimento

PDDU Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PJF Prefeitura de Juiz de Fora

PMCMV Programa Minha Casa, Minha Vida

PMCMV-E Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

PNHR Programa Nacional de Habitação Rural

PNHU Programa Nacional de Habitação Urbana

PROAC Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído

PROEXT Projeto de Extensão

QUARQ Qualidade ARQUITECTÓNICA habitacional - Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Lisboa

RSL Revisão Sistemática da Literatura

SESu Secretaria de Educação Superior

SLR Systematic Literature Review

UEMG Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Leopoldina

UFJF Universidade Federal de Juiz de Fora

UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSJ Universidade Federal de São João del-Rei

UH Unidade habitacional

UNICAMP Universidade Estadual de Campinas

USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	13
2.	CONTEXTOS DE TRABALHO.....	17
2.1.	ANTECEDENTES – PESQUISA EEI-AUR/UFJF.....	17
2.2.	CIDADE DE JUIZ DE FORA.....	18
2.3.	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM JUIZ DE FORA.....	19
2.4.	MODELO CONDOMINIAL E TIPOLOGIA SOBRADO.....	22
2.5.	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	25
2.6.	JUSTIFICATIVA.....	27
2.7.	DELIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	31
2.8.	OBJETIVOS.....	32
2.8.1.	Objetivo geral.....	32
2.8.2.	Objetivos específicos.....	32
3.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
3.1.	OBJETO DE ESTUDO: O CONDOMÍNIO VIVENDAS BELO VALE.....	35
3.2.	CORRELACIONAMENTO E PLANEJAMENTO DOS MÉTODOS.....	43
3.3.	REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA E CONTORNO TEÓRICO.....	48
3.3.1.	Revisão sistemática da literatura.....	48
3.3.2.	Contorno teórico.....	50
4.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	60
4.1.	A HABITAÇÃO.....	60
4.2.	PERCEPÇÃO DE QUALIDADE PARA O USUÁRIO.....	63
4.3.	PRÁTICAS SOCIAIS.....	65
5.	VANTAGENS E DESVANTAGENS DAS TÉCNICAS UTILIZADAS.....	69
6.	ANÁLISES E AVALIAÇÕES.....	71
6.1.	ANÁLISES.....	71
6.2.	AVALIAÇÕES.....	91
6.3.	RESULTADOS.....	92
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
	REFERÊNCIAS	
	APÊNDICE	
	ANEXO	

1 INTRODUÇÃO

A habitação integra os direitos sociais conforme estabelecido na Constituição Federal Brasileira de 1988, juntamente com educação, saúde, alimentação, trabalho, segurança e previdência social, entre outros. De acordo com o Ministério das Cidades (2011), a Política Nacional de Habitação considera a moradia como um direito que também deveria incluir a obtenção de outros bens e serviços, como a fixação da população às moradias, a diminuição das migrações intraurbanas e a conexão com a malha viária existente.

A percepção da qualidade pelo usuário da habitação de interesse social (HIS) é o universo deste trabalho. Seu contexto se dá no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), promovido pelo Governo Federal desde o ano de 2009. A confrontação entre as práticas sociais exercidas pelos usuários destas habitações e o planejamento e dimensionamento técnico da arquitetura são o que se pretendeu explorar na pesquisa. Em outros termos, buscou-se compreender a dinâmica de uso da habitação perante as limitações impostas pela realidade social, tanto presentes na própria estrutura (física, econômica, política, etc.) que se tem pelo PMCMV, quanto no que concerne ao amplo contexto do cotidiano das pessoas enquanto indivíduos e comunidades humanas.

Segundo Kowaltowisk e Granja (2011), os típicos critérios mínimos de design aplicados pela maioria das autoridades de habitação no Brasil devem ser revistos. Jorge (2012) acredita que os projetos de habitação coletiva são afetados pelas pressões econômicas no atendimento à população de baixa renda; entretanto, as soluções padronizadas, baseadas em convenções estéreis e universais não têm sido suficientes para enfrentar a problemática da habitação coletiva. Mioto (2012) entende a política habitacional como uma potência, tanto pela escala de produção, quanto pelo poder de ser uma política social e de caráter universal.

É importante destacar que, no Brasil, as taxas de satisfação do usuário em relação à habitação, de forma geral são altas (KOWALTOWSKI et al., 2006). Entretanto, esses índices devem ser observados com reserva, dadas as condições da habitação anterior. Muitas vezes, a situação atual supera a anterior, o que não significa que a mesma seja ideal ou que atende aos padrões mínimos de habitabilidade. Barros (2008) aponta que os “desafios para a habitabilidade não parecem ser priorizados, sendo mais frequente encontrar inserções urbanas de qualidade do que um sentido de lar para as UHs” (BARROS, 2008, p. 177). Além disso, o grau de satisfação, muitas vezes, está diretamente relacionado ao acesso à casa própria de forma legal.

Assim, a qualidade do ponto de vista dos usuários de HIS deve ser analisada de forma qualitativa, percebendo as “sutilezas” envolvidas em suas falas e percepções.

A habitação, cada vez mais vem sendo produzida verticalizada e com dimensões reduzidas. Segundo Oliveira e Elali (2012), essas condições afetam o espaço interno da habitação, fazendo com que a adaptação das necessidades e/ou aspirações dos usuários sejam dificultadas; com isso, a satisfação e a qualidade de vida são comprometidas.

Segundo Palermo (2009), as habitações devem proporcionar uma adequada instalação e fixação das famílias, aspectos que contribuem para a inclusão social e consequente melhoria na qualidade de vida urbana. Dessa forma, acredita-se que é necessário conhecer as formas de uso dos espaços pelos usuários, para que a produção da habitação considere conceitos humanizadores, o que contribui para o melhor atendimento das necessidades psicossociais e ambientais dos futuros usuários (BARROS, 2008). Acrescenta-se que o aspecto cultural também deve ser levado em consideração.

O trabalho está integrado a uma rede de pesquisas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, vinculada ao Núcleo de Estudos em Habitação – NEHab/CNPQ. Desde 2008, o Grupo focaliza suas pesquisas para a problemática do PMCMV e em especial, vem abordando o Condomínio Vivendas Belo Vale localizado em Juiz de Fora - MG. Dentro dessa rede de pesquisas foi desenvolvido um projeto de extensão universitária (EEI-AUR/UFJF), no qual a autora atuou.

Essa participação foi determinante para o desenvolvimento da dissertação e possibilitou a aplicação do trabalho de campo juntamente com o grupo de pesquisa. De acordo com a ordem cronológica, a aplicação ocorreu primeiramente com a participação no EEI-AUR/UFJF (com realização do trabalho de campo), seguida da inserção da autora no mestrado (onde foi realizada a fundamentação teórica). Entretanto, para a estruturação da escrita da dissertação essa ordem será alterada, sem prejuízo de conteúdo, apenas para melhor compreensão do leitor.

A participação e aceitação por parte da comunidade foi decisiva para o sucesso do trabalho. Os usuários foram receptivos e, ao permitirem o acesso as suas habitações e consentimento em responder as perguntas, viabilizaram a pesquisa e o levantamento dos dados necessários.

A pesquisa pode ser caracterizada como um estudo de caso que visou indicar elementos que aproximem o projeto arquitetônico às demandas e perfis das práticas cotidianas observadas entre os usuários da HIS em Juiz de Fora (JF). Metodologicamente, a pesquisa estruturou-se a partir de um conjunto de métodos que foram aplicados com enfoques qualitativos: investigar aspectos subjetivos expressos pelos usuários, perceber as particularidades dos ambientes, conflitos arquitetônicos e forma de apropriação do espaço. No primeiro enfoque, foi aplicada a técnica do *Walkthrough*, tomando-se como referencial a pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ (PENNA, 2004); em seguida foram aplicadas entrevistas semiestruturadas (MARCONI; LAKATOS, 2003), abordando aspectos técnicos e subjetivos. Foi realizada a caracterização dos usuários para traçar o perfil da família. No segundo momento, desenvolve-se o levantamento arquitetônico que contou com levantamento do layout em todos os cômodos da habitação; registro dos conflitos arquitetônicos; e sistematização fotográfica, com uma ordem de registro dos cômodos.

Muitos trabalhos têm sido desenvolvidos na área de percepção da qualidade. Entretanto, na Revisão Sistemática da Literatura (RSL), ficou clara a baixa produção na área da arquitetura com o foco no usuário, o que confirma a pertinência desta pesquisa, no intuito de contribuir para preencher a lacuna observada. Em concordância com Lima (2011, p. 20):

“entende-se que, por tratar-se da necessidade de otimização dos espaços e recursos públicos, é imprescindível que os projetos dos conjuntos habitacionais de interesse social tenham o foco no usuário, para que se produzam espaços mais qualificados e adequados às suas necessidades”.

Na primeira investigação in loco decorrente do EEI-AUR/UFJF buscou-se, identificar as necessidades das práticas cotidianas dos usuários e observar como o contexto físico é arranjado perante tais práticas. É importante destacar que os usuários já possuem uma relação com a habitação, sendo residentes do condomínio, no momento da pesquisa, por, aproximadamente, três anos.

A dissertação contribui para a discussão sobre os aspectos a serem considerados no desenvolvimento do projeto arquitetônico, considerando a percepção da qualidade pelos usuários. Assim, o projeto da HIS terá especificidades e “sutilezas” compatíveis com as práticas sociais dos mesmos.

Esta dissertação está estruturada em sete capítulos. No primeiro capítulo, é feita a introdução do trabalho com as origens do problema de pesquisa, identificando as principais lacunas de conhecimento.

No segundo capítulo, são apresentados os contextos de trabalho. Nele também são abordados pontos como os antecedentes da pesquisa, cidade de Juiz de Fora, habitação de interesse social em Juiz de Fora, modelo condominial e tipologia sobrado, formulação do problema, justificativa, delimitações da pesquisa e os objetivos.

No terceiro capítulo, são descritos os procedimentos metodológicos. Primeiramente é apresentado o objeto de estudo do trabalho, o Condomínio Vivendas Belo Vale, seguido do correlacionamento e planejamento dos métodos, a Revisão Sistemática da Literatura e o contorno teórico.

O capítulo quatro consiste na Fundamentação Teórica, onde são definidos e analisados os principais conceitos utilizados no trabalho. São eles: “A habitação”; “Percepção de qualidade para o usuário” e “Práticas sociais”.

No quinto capítulo é realizada a descrição das vantagens e desvantagens das técnicas utilizadas.

No capítulo seis, são abordadas as análises, avaliações e resultados da pesquisa. Por fim, no capítulo sete, são realizadas as considerações finais da dissertação, com indicações para trabalhos futuros.

2 CONTEXTOS DE TRABALHO

Este capítulo aborda os antecedentes da pesquisa e o contexto urbano da cidade de Juiz de Fora, na qual está implantado o objeto de estudo do trabalho, o Condomínio Vivendas Belo Vale. Além disso, são citados temas relativos a características específicas do objeto de estudo, como: contexto do Programa Minha Casa Minha Vida - Fase 1; o modelo condominial e a tipologia sobrado.

2.1 ANTECEDENTES – PESQUISA EEI-AUR/UFJF

O projeto “Escritório-Escola Itinerante do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF: avaliação e assessoria técnica em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora – MG” (EEI-AUR/UFJF) se caracteriza como uma pesquisa de caráter extensionista sobre empreendimentos de habitação social do PMCMV na cidade de JF. Essa pesquisa foi realizada com apoio do Ministério da Educação e Ministério das Cidades por meio de chamada específica do MEC/SESu para projetos de extensão acadêmica. Além disso, teve convênio com a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), que passou inclusive a integrar a equipe em suas discussões de gabinete, representando um papel importante como facilitadora para a investigação, na medida em que disponibilizou acesso a entrevistas e dados internos de planejamento e desenvolvimento bem como do PMCMV, entre outros.

O “Escritório-Escola Itinerante” teve como objetivo atuar em diversas escalas e contribuir para o aprimoramento de aspectos arquitetônicos, urbanos, construtivos, e melhoria das condições de planejamento e implantação deste tipo de empreendimento no tecido urbano. Está apresentado, neste capítulo, o estudo que deu origem ao traçado da dissertação, que tem como foco a análise arquitetônica do interior das habitações, o uso dos espaços pelo usuário e as práticas sociais.

Sua realização ocorreu durante o ano de 2014 e contou com a participação de três instituições universitárias: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Leopoldina (UEMG) e Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Três áreas disciplinares participaram do trabalho: Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Ciências Sociais. A equipe contou com a presença de seis professores das universidades envolvidas e de profissionais da PJF, por meio da Subsecretaria de

Planejamento e Gestão/ Subsecretaria de Planejamento do Território e Empresa Regional de Habitação Juiz de Fora S/A (ENCASA); nove estudantes bolsistas de graduação em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil; três alunas do Programa de Mestrado em Ambiente Construído da UFJF (PROAC/UFJF); dois professores consultores pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); uma professora consultora pela École d'Architecture de Toulouse, visitante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Norte Fluminense, e dois arquitetos voluntários.

Como metodologia do trabalho, foram reunidos métodos da Arquitetura e Urbanismo e das Ciências Sociais, que relacionam o indivíduo e o espaço. Para aplicação dos métodos, a equipe foi dividida em Grupos de Trabalho (GT) que assumiram metas específicas dentro do conjunto de objetivos: (1) GT Oficinas de Aproximação: realizou o primeiro contato com a comunidade para favorecer tanto o relacionamento entre os moradores quanto entre pesquisador-morador; (2) GT Espaços Comuns e Urbanos e Interface Social: identificou as necessidades e aspirações dos moradores no condomínio e no bairro; (3) GT Avaliação Arquitetônica e Técnica: realizou diagnóstico sobre o uso dos espaços pelos moradores, conflitos arquitetônicos e patologias observadas; (4) GT Planejamento e Políticas Intersectoriais: compreensão dos instrumentos de planejamento habitacional municipal no processo do PMCMV, as ações e responsabilidades dos atores do processo e contribuição com uma melhor articulação com outros instrumentos e políticas públicas.

Os resultados obtidos pelos Grupos de Trabalho influenciaram e nortearam a presente dissertação. Destaca-se a influência do GT Espaços Comuns e Urbanos e Interface Social que permitiu incluir nas análises os espaços externos, com ligação direta com os espaços internos (alvo do trabalho). A avaliação técnica pela visão da Engenharia Civil também nutriu o trabalho na medida em que esclareceu a origem dos problemas construtivos (origem: problemas de construção, projeto ou uso/manutenção).

2.2 CIDADE DE JUIZ DE FORA

A cidade de Juiz de Fora – MG é um município de médio porte, que se localiza no Sudeste de Minas Gerais, na mesorregião geográfica da Zona da Mata Mineira (PJF, 2004). A área total do município é de 1.429,875 km e possui 516.247 habitantes, com registro de aumento populacional de 13,37% nos últimos 10 anos (CENSO, 2010).

Devido ao seu posicionamento geográfico, a cidade figura como importante ligação entre o Rio de Janeiro (184 km de distância) e Belo Horizonte (272 km de distância). Possui área territorial de 1429,875 km², sendo 446,551 km² - ou 31% - área urbana e 983,324 km² - 69% - rural (PJF, 2007).

Segundo dados do Censo 2010, dos 516.247 habitantes da cidade, 510.378 vivem na área urbana, isto é, 98,9% da população de Juiz de Fora habitam os 31% da área urbana do território. Em relação ao gênero, do total dos habitantes, 47,27% são do sexo masculino e 52,73% são do sexo feminino.

2.3 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM JUIZ DE FORA

Para a finalidade da pesquisa, observa-se que com a inauguração da Empresa Regional de Habitação Juiz de Fora S/A (ENCASA), em 1986, ocorreu uma institucionalização, em nível local, pela ação da Prefeitura Municipal, do planejamento e gestão da produção da HIS. Segundo Toledo (2006), essa produção tinha por objetivo oferecer moradia ou terrenos para a população de baixa renda com recursos financeiros provenientes das três esferas de governo. Sua atuação contribui ainda que de forma tímida, em função de limitações de recursos, positivamente para a melhoria do déficit habitacional na cidade. Neste sentido, foram realizados alguns programas como o Remoções, que atendia a famílias na faixa de renda de um salário mínimo, residentes em áreas de risco para serem reassentadas em áreas com condições de habitabilidade e segurança; Programa de Arrendamentos, que eram viabilizados por meio do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e consistiam em uma parceria entre poder público, Caixa Econômica Federal (CEF) e iniciativa privada, disponibilizando arrendamentos de residências a baixo custo para famílias entre três e quatro salários mínimos; e o Programa de venda de imóveis novos, para famílias que não se enquadravam nos programas anteriores, viabilizado através de recursos da própria ENCASA (PMH, 2007).

No início da década de 1970, a cidade passou por um processo de descentralização. Esse processo foi intensificado em 1990. Com isso, observa-se um significativo crescimento demográfico nas regiões Oeste e Sul, decorrente principalmente do incentivo da construção de condomínios para classe média e alta, e a implantação de empreendimentos comerciais (CASSAB; PINTO, 2013, p. 02-03).

Nos anos 2000, a cidade passou a contar com instrumentos para auxiliar e regulamentar ações referentes à provisão de habitação. Em 2000, foi sancionada a Lei nº 9811/2000 que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), com o principal objetivo de assegurar o cumprimento das funções sociais da cidade, e em 2009, foi aprovado pelo CMH o Plano Municipal de Habitação, que atende aos princípios da Política Nacional de Habitação; porém, este último não chegou a se transformar em lei, ou seja, não teve efetividade (ZAMBRANO, 2012, p. 142-143).

Mesmo após estas ações, Juiz de Fora apareceu na lista das cidades mineiras com os maiores déficits habitacionais no ano de 2010. Segundo a Fundação João Pinheiro, o déficit da cidade era de 16 mil unidades (Fundação João Pinheiro, 2013). Atualmente, destaca-se o PMCMV como principal programa habitacional no município.

O PMCMV foi lançado no ano de 2009, no contexto da crise internacional de 2008, iniciada nos Estados Unidos da América, no setor imobiliário, com esse programa, o governo brasileiro investiu no setor habitacional, para estimular a geração de empregos e renda, desenvolvido na Casa Civil e no Ministério da Fazenda, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Segundo Cardoso e Aragão (2013), o PMCMV foi fortemente inspirado nas experiências chilena e mexicana que, na ocasião, foram avaliadas pelos órgãos representativos do setor empresarial como aquelas mais adequadas para dinamizar a produção habitacional, o que garante um papel protagonista para o setor empresarial.

O PMCMV, pela Lei nº 11.977/09, “tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais” (BRASIL, 2009). Em sua primeira fase, que corresponde aos anos de 2009 a 2011, a meta foi construir um milhão de unidades distribuídas para três faixas (zero a três, três a seis e seis a dez salários mínimos).

O objeto de estudo do trabalho foi implantado na Fase 1 do PMCMV. Segundo Rufino et al. (2015), nessa fase “a produção foi mais expressiva, tanto em número de empreendimentos, como em número de unidades, representando 80% do total construído; enquanto que, na fase 2 (de 2011 a 2014), a produção foi muito menor, representando 20% do total construído.” (RUFINO et al., 2015, p. 115).

O programa engloba ainda a regularização fundiária de assentamentos precários e compreende as seguintes modalidades: Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (PMCMV-E) e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

A primeira modalidade, PNHU, compreende a construção ou compra de novas unidades habitacionais em áreas urbanas, reforma de imóveis já existentes em áreas consolidadas e aquisição de lote urbanizado. A segunda modalidade é o PMCMV-E, que atinge famílias que possuam renda de até três salários mínimos, organizadas por entidades sem fins lucrativos. Essa modalidade compreende: (1) aquisição de terreno e construção de unidades habitacionais; (2) doação de terreno e construção de unidades habitacionais; (3) apenas construção de unidades habitacionais; (4) aquisição de gleba bruta em condomínio e construção de unidades habitacionais; (5) aquisição de prédio comercial ou residencial em condomínio para reforma ou adaptação para unidades habitacionais. A terceira modalidade, o PNHR, é semelhante à modalidade Entidades, que se divide em três grupos. O público alvo são agricultores familiares organizados de forma associativa, e contempla subsídio, assistência técnica e trabalho técnico social (BRASIL, 2011).

Alguns critérios de prioridade são estabelecidos para seleção dos municípios são: doação de terrenos localizados em área urbana consolidada, adoção de medidas de desoneração tributária e incorporação de instrumentos do Estatuto da Cidade.

Por meio da Lei 12.424/2011, foi lançada a Fase 2 do PMCMV, e sua meta era a entrega de dois milhões de unidades habitacionais. As principais mudanças foram a melhoria do padrão construtivo das unidades habitacionais, permissão do uso misto (residencial e comercial), e estímulo à utilização de soluções energéticas sustentáveis, como o uso de aquecimento solar (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Em 2014, foi anunciada a terceira fase do PMCMV com meta de construção de três milhões de unidades habitacionais. O Programa prevê a inclusão de uma nova faixa salarial, de dois a três salários mínimos e por meio da Portaria Interministerial nº 340, “terá como meta intermediária a promoção da produção, aquisição, requalificação e reforma de 350 mil unidades habitacionais até 31 de julho de 2015.” (BRASIL, 2014). Segundo o Jornal O DIA em matéria de dezembro de 2015, a terceira etapa do programa, que deveria ser anunciada em

setembro de 2015 já foi adiada; ela sofre com as incertezas do mercado no atual momento econômico e encontra-se ainda sem previsão de lançamento (MAGALHÃES, 2015).

2.4 MODELO CONDOMINIAL E TIPOLOGIA SOBRADO

Dentro do PMCMV são aplicados diversos modelos e tipologias. Nesse trabalho serão feitas considerações sobre o modelo condominial e a tipologia sobrado, já que são as características particulares do estudo de caso analisado.

Rufino (2015), ao tratar da análise da pós-ocupação de empreendimentos, destaca a importância do síndico, figura responsável pela gestão dos empreendimentos no modelo condominial. A autora identifica o tipo condomínio como o modelo predominante no PMCMV e coloca limitações de gestão, “diante de questões como o elevado nível de inadimplência e grande existência de conflitos. Essas limitações são ainda mais evidentes em função do grande porte dos empreendimentos e da diversidade dos moradores” (RUFINO, 2015, p. 57). Os estudo de Pequeno e Rosa (2015) corrobora essa dificuldade de pagamento da taxa condominial, em especial para os moradores da Faixa 1. Segundo os autores, “implica gastos extras com manutenção de áreas comuns, iluminação e pagamentos de funcionários, afetando famílias que se encontram sem renda ou com rendimento mensal muito baixo” (PEQUENO; ROSA, 2015, p. 155). Para Nascimento et al. (2015), a inadimplência das taxas de condomínio leva a problemas com a manutenção das áreas comuns, com consequente degradação ao longo do tempo, o que retroalimenta a inadimplência. Assim, Nascimento et al. (2015, p. 216) aponta que:

a taxa de condomínio é o primeiro custo a ser cortado pelos moradores, preservando-se os pagamentos de outras despesas. Tal fato pode ser justificado tanto pela não adesão à lógica condominial, que impõe a existência do síndico, nem sempre escolhido de forma democrática, quanto pelo controle imposto dos espaços coletivos.

No trabalho de Rufino (2015), são apresentados resultados relevantes sobre um empreendimento no modelo condominial. É um produto extremamente padronizado, baseado na propriedade privada e em grandes condomínios, o que leva à inadequação das diferentes demandas dos usuários de HIS, com características sociais e econômicas diferentes. A autora demonstra que esse modelo parte de uma concepção privada de cidade, com processos de

verticalização das periferias das grandes cidades. Também “a precariedade dos espaços coletivos e a ausência de espaços públicos que estimulem a integração e sociabilidade nos empreendimentos e com a vizinhança reforçam ainda mais uma urbanização privatizada que tende a exacerbar a segregação e guetificação dos mais pobres na cidade.” (RUFINO, 2015, p. 69). Dessa forma, reproduz um modelo de moradia de classe média, sem uma reflexão para os impactos de adaptação desta classe que não compreende este modo de morar. Em nossa pesquisa, tivemos o relato de um usuário que se sentia diminuído pelo fato dos serviços públicos não entrarem na sua rua.

Além das condições físicas e territoriais dos empreendimentos, o efeito desse modo de morar na vida dos usuários também deve ser observado. Na pesquisa de Rufino (2015), resultado de um esforço de sistematização do conjunto de debates realizados no âmbito dos encontros da Rede Cidade e Moradia, entre o início de 2013 e meados de 2014, com base nos questionários aplicados, de maneira geral, apontam altos índices de satisfação com a propriedade privada e regular da moradia, mas contrastam com percepções de piora em certos aspectos, como: (a) acesso ao transporte público, comércio e serviços, e (b) insegurança das mães em relação ao convívio social de seus filhos nos espaços coletivos do condomínio (RUFINO, 2015, p. 69).

Pequeno e Rosa (2015) destacam que “a localização dos empreendimentos sob a forma de condomínios fechados na periferia sinaliza para a complementariedade entre a segregação espacial e a fragmentação socioespacial” (PEQUENO; ROSA, 2015, p. 152). Com essa localização em terrenos de menor custo – pela falta de infraestrutura e distância do centro – percebeu-se a implantação de alguns empreendimentos, da primeira fase, em pequenos resíduos de tecido urbano, “nos quais a forma condomínio murado estabelece barreiras entre semelhantes e compromete as relações sociais entre seus moradores e o entorno” (PEQUENO; ROSA, 2015, p. 152).

Além disso, vale ressaltar, segundo Pequeno e Rosa (2015), que, mesmo o programa não contando com a previsão de comércio ou outra atividade produtiva na região de implantação do empreendimento, na Fase 1, foi proibido o uso comercial ou misto dentro do condomínio. Ainda que na segunda fase o uso misto seja permitido, o estudo relata a necessidade das famílias em transformar quartos e principalmente a sala em comércios ou oficinas de trabalho.

Complementar aos problemas apresentados relativos ao modelo condominial, Nascimento et al. (2015, p. 216) confronta as dificuldades de implantação de um modelo originário da classe média sendo aplicado a habitação social:

Em razão do modelo condominial, as restrições de uso dos espaços comuns (quadra, playground e centro comunitário) existem, passíveis de multas no caso de seu descumprimento, ainda que não sejam democraticamente definidas. Crianças são controladas por meio da definição de horários e da limitação de áreas, em razão do incômodo aos vizinhos, mas também da violência sofrida pela presença do tráfico de drogas. As regras condominiais atuais, próprias dos edifícios e condomínios da classe média, são aplicadas ao PMCMV, baseadas em modelos transferidos pela CAIXA. Em geral, os moradores desconhecem ou não sabem por quem ou porquê as regras de convivência condominial são definidas, reduzindo a busca do comum.

Diante dos problemas apresentados, Paz et al. (2015) coloca em questão se o modelo condominial é o mais adequado para população de zero a três salários mínimos. Todos os gastos envolvidos no modelo, aliados aos gastos com a manutenção do prédio e das áreas comuns, “coloca em risco a permanência das famílias de menor renda e faz refletir sobre se é a alternativa para essa população. Como em outros programas, observa-se a inadimplência e um movimento dos moradores em vender seus imóveis e retornar para as áreas de origem” (PAZ et al., 2015, p. 278). Com isso, os autores apontam para a necessidade de esclarecimento das regras de convivência do condomínio e as consequentes mudanças no modo de vida, e não em sua imposição. Estudo de Rolnik et al. (2015, p. 404) mostra que

uma série de conflitos decorre deste arranjo, desde problemas corriqueiros do viver em condomínio, como brigas por causa de barulho ou pela proibição de animais domésticos, até situações mais sérias, por exemplo, casos em que a figura do síndico torna-se “superpoderosa” e passa a intervir autoritariamente na organização do condomínio e na vida de seus moradores.

Segundo Pequeno e Rosa (2015), na Fase 1 do PMCMV “predominou o condomínio fechado, composto por sobrados, substituído na segunda fase por edifícios com até quatro pavimentos.” (PEQUENO; ROSA, 2015, p. 153). Assim, ainda que as tipologias possuam pequeno porte já apresentam a verticalização e a alta densidade.

A respeito da tipologia sobrado, Andrade (2015) acrescenta que ela dificulta, ou até mesmo inviabiliza, o uso por pessoas com deficiência física. Lima et al. (2015), ao analisar um residencial composto por sobrados geminados e em fitas, concluiu que: (a) a implantação prejudica o conforto térmico para as habitações, com insolação constante em algumas fachadas; (b) alguns cômodos são mal iluminados e ventilados por causa da configuração da planta, o que dificulta sua higienização natural; e (c) a ventilação é comprometida tanto por não haver ventilação cruzada, quanto pela implantação (LIMA et al., 2015, p. 380). Entretanto, a tipologia sobrado possibilita maior aproveitamento do terreno e, com um bom projeto arquitetônico, as questões de iluminação e ventilação podem ser resolvidas.

De acordo com Faria (2003), a casa unifamiliar isolada é identificada como o modelo preferido, já que possibilita intervenções individuais na habitação. Entre a população de baixa renda, o sobrado é considerado a “casa do sonho”, ligado ao desejo e a sensação de status. Partindo do pressuposto que o modelo casa térrea é inviável economicamente para os moldes do programa, a opção pela tipologia sobrado seria viável e o mais próximo da casa térrea. No capítulo quatro esse assunto é aprofundado e são desenvolvidas análises sobre essa tipologia.

2.5 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O espaço da habitação de interesse social, constantemente, não corresponde às necessidades dos usuários, como comprovado por estudos de avaliação pós-ocupação (APO) que apontam a construção de anexos ou aumento das dependências em resposta à área reduzida (MEIRA; SANTOS, 1998; CRUZ; ORNSTEIN, 1995). Devido às incoerências entre o produto ofertado e a demanda dos usuários, juntamente com o fato dessa alteração realizada não contar com acompanhamento profissional, ocorrem problemas técnicos (CARDOSO; MELLO; JAENISCH, 2015, p. 95).

Como o perfil e a quantidade de usuários são indefinidos, uma alteração frequente é o aumento da área da habitação. Porém, algumas tipologias não permitem essa alteração, por exemplo, como ressalta Guerra, Kern e González (2009), em caso de construções com a tipologia de edifícios, o acréscimo de anexos é impossível. Andrade (2015) acrescenta o tipo de sistema construtivo utilizado (fechado), que não dialoga com outros sistemas, por não comportar alterações, resulta em pouca flexibilidade para rearranjar o interior de acordo com as necessidades dos usuários. O estudo realizado por Reis e Lay (2002) analisa um

empreendimento em Porto Alegre, onde praticamente a totalidade dos usuários triplicou a área da habitação construindo novos cômodos, o que demonstra que a maioria das famílias tem a necessidade de mais espaço. Mesmo que a área construída não seja aumentada, é preciso pensar espaços mais adequados às necessidades dos usuários, tanto na configuração quanto na proposta de layout.

As alterações realizadas pelos usuários na habitação, segundo Jorge (2012), podem ser de duas naturezas: “inadequação dos projetos às reais necessidades dos sujeitos”, ou “comportamento natural de apropriação e identificação do objeto arquitetônico envolto pela atitude fenomenológica, de contato estreito do corpo e do uso do espaço físico em sua totalidade” (JORGE, 2012, p. 26). Assim, deve-se considerar que nem toda alteração é fruto de inadequação projetual, alguns casos são efetuadas para refletir a personalidade do usuário. Entretanto, no Condomínio estudado, as alterações realizadas pelos usuários são de cunho prático, o que representa as necessidades dos mesmos. Por exemplo, foram construídos muros e grades na frente dos sobrados e instaladas grades e cortinas nas janelas; tanto para conferir segurança aos usuários, quanto para delimitar o território.

Pesquisas comprovam que as inadequações projetuais nos conjuntos habitacionais são decorrentes da não utilização de parâmetros de qualidade definidos, pelos projetistas a respeito do perfil dos usuários (GANS, 1976; RAPOPORT, 1977; COULSON, 1980 apud LAY; REIS, 2002), o que demonstra um afastamento entre quem concebe o projeto de arquitetura e o seu usuário. Segundo Oliveira e Elali (2012), o estudo de satisfação residencial é essencial para que a adequação do projeto seja alcançada; porém, os projetistas constantemente não o utilizam, o que leva ao não atendimento das necessidades dos usuários.

A concepção do projeto arquitetônico, muitas vezes, não é adequada ao perfil do usuário a que se destina. Kowaltowski e Granja (2011) afirmam que a “avaliação cuidadosa das necessidades dos usuários e desejos é vista como um passo importante para enriquecer o processo de design e produção de habitação social no contexto local” (KOWALTOWSKI; GRANJA, 2011, p. 437). Entretanto, o PMCMV, principalmente para a Faixa 1, repete a padronização e o grande porte dos projetos, sem considerar as realidades locais. Assim, segundo Rufino (2015), “técnicas construtivas, arranjos espaciais e programas das unidades, desempenho e conforto ambiental e padrão de implantação não correspondem às diversidades urbanas, bioclimáticas, sociais, culturais, tecnológicas das regiões, municípios ou dos bairros” (RUFINO, 2015, p. 62).

Quanto à qualidade das habitações e à adequação aos hábitos, os projetos padronizados não permitem incluir aspectos particulares referentes ao modo de morar dos futuros usuários. Lima et al. (2015, p. 386) demonstram claramente essa inadequação ao afirmar que:

Há repetição exaustiva de uma tipologia pré-estabelecida, cujo projeto arquitetônico não atende às variações regionais, no que se refere aos aspectos climáticos, geográficos e culturais. Isso se deve à lógica de operacionalização da produção conduzida pela iniciativa privada, focada na padronização do produto e dos processos construtivos. Por isso a “tipologia-padrão” dificilmente adere as características do modo de vida anterior da população beneficiada.

Muito se discute a respeito da área reduzida da habitação de interesse social, porém, outros aspectos também devem ser levados em consideração, como analisado por Lopes e Shimbo (2015, p. 247):

O exercício dos layouts e o ensaio com as mobílias mais vendidas no mercado popular de móveis e equipamentos demonstram que o problema pode ser, por vezes, decorrente de uma concepção equivocada da geometria dos espaços organizados pelo projeto. A falta de uma solução arquitetônica mais elaborada no processo de desenho acaba por gerar espaços que praticamente impedem alguma disposição inteligente do mobiliário – e isso ocorre muito mais em função da configuração geométrica dos ambientes do que em função de sua área útil.

Baseado nas várias alterações realizadas pelos usuários para que a habitação atenda às suas necessidades, acredita-se que existe um afastamento entre quem concebe o projeto de arquitetura e seu usuário. Nota-se que os hábitos dos usuários de HIS são desconsiderados. Frente a isso, a pesquisa se orienta pela questão: a concepção do projeto arquitetônico da HIS produzida pelo PMCMV em Juiz de Fora é adequada ao perfil do usuário?

2.6 JUSTIFICATIVA

Com os resultados obtidos na pesquisa intitulada “Aplicação parcial de um instrumento de avaliação da qualidade socioambiental de empreendimentos habitacionais de interesse social – estudo de caso: condomínio vivendas belo vale I – Juiz de Fora”, identificou-se um elevado

grau de insatisfação dos moradores do condomínio (CAMACHO; LOPES; ZAMBRANO, 2013). Assim, o interesse do trabalho partiu dessa premissa de inadequação entre o projeto arquitetônico e urbanístico e os hábitos dos usuários de HIS. Aliado a isso, o projeto arquitetônico, em especial para habitação social, não acompanha as mudanças da população em geral, seu modo de vida e as tecnologias disponíveis. Todos esses fatores interferem diretamente no espaço interno da habitação e sua não observância prejudica a qualidade do habitar e o bem-estar do usuário.

Entende-se que a moradia é mais do que apenas o espaço físico e abrange também a organização espacial com as várias dimensões do viver (BACHELARD, 1978). É necessário que a moradia reflita o gosto pessoal de cada indivíduo e permita que o mesmo desenvolva todas as funções necessárias (estudar; trabalhar; comer; cozer; dormir; lavar, estender e secar roupas; brincar; entre outras), para que o projeto seja adequado e promova a qualidade de vida dos usuários.

Diante das críticas, é perceptível a necessidade de repensar o modelo de projeto utilizado atualmente, principalmente na HIS, onde a maioria da produção é verticalizada e com unidades de pequeno porte. Para Oliveira e Elali (2012, tradução nossa, p. 1416), “a adequação (ou inadequação) do projeto é sua condição inicial de flexibilidade e pode caracterizar a proposta como (mais ou menos) sustentável e socialmente justa (ou injusta)”. Segundo estudo de Bonatto, Morin e Formoso (2011), o principal motivo para permanecer no conjunto habitacional é a propriedade do imóvel, enquanto o principal motivo para não querer permanecer é a inadequação do espaço interno da habitação. Mesmo que a necessidade de mais espaço seja comum às várias faixas de renda, no caso dos usuários de HIS, com grande número de moradores, deixa de ser uma insatisfação e passa a ser uma prioridade.

O modelo de família nuclear, constituída pelo pai provedor e a mãe com dedicação exclusiva para as atividades domésticas predominou durante o século XX. Entretanto, hoje é possível perceber a substituição dessa família tradicional por novos arranjos. Jorge (2012, p. 29) atribui essa mudança a uma cadeia de fenômenos:

sociais, econômicos, culturais e comportamentais, dentre os quais podemos destacar: a crise do casamento estável, a emancipação financeira feminina, a conquista de uma posição estável no mercado de trabalho, o individualismo, a autonomia dos indivíduos, a redução das taxas de natalidade e fecundidade, a liberdade sexual, os casamentos tardios, o elevado custo das moradias (que

mantém os filhos adultos mais tempo na casa dos pais) e o aumento da população idosa.

Diante dessas transformações, surgem variados arranjos familiares. O Censo 2010 destacou algumas mudanças significativas que estão diretamente ligadas ao surgimento dos novos arranjos familiares, como o aumento da esperança de vida aliado a diminuição das taxas de fecundidade, que suscitam famílias com mais avós (IBGE, 2012). Além disso, os arranjos familiares são menos tradicionais, já que o número de uniões consensuais é crescente, bem como o aumento dos divórcios e o aumento significativo das famílias reconstituídas, nas quais os filhos podem ser apenas de um dos cônjuges. Decorrente do aumento das separações e dos divórcios, cresce o número de crianças que vivem em famílias monoparentais. Com a consolidação da mulher no mercado de trabalho, muitos casais optam por primeiro se estabelecer economicamente, e só depois decidem ter filhos. Em consequência, a fecundidade feminina é postergada, o que gera mudanças nos padrões da organização da família (IBGE, 2012).

Diante do atual cenário, Jorge (2012) afirma que, ao passo que não existe mais uma entidade familiar exclusiva, a sociedade é direcionada a novos estilos de vida, comportamento social, padrão de consumo e relação com o espaço físico. Segundo o Censo 2010, das 57 milhões de unidades domésticas recenseadas, 6,9 milhões são unidades unipessoais, ou seja, pessoas que vivem sozinhas (12,1%), enquanto quase 50 milhões são ocupadas por duas ou mais pessoas com parentesco com diferentes configurações (87,2%), totalizando 54,3 milhões de famílias. Essas novas configurações familiares apontadas pelo Censo 2010 refletem nos novos estilos de vida mencionados por Jorge (2012).

Todas as mudanças no perfil familiar, em geral, são acompanhadas pelas alterações que a família sofre ao longo das diferentes etapas do ciclo de vida de cada integrante da família. Como exemplos citam-se: a mobilidade de membros da família por razões profissionais ou de estudo; partidas e chegadas temporárias ou definitivas, que causam mudanças no número de usuários; separações, divórcios e uma série de fenômenos que interferem na dinâmica de uso da habitação e altera as necessidades.

Frente às alterações nos estilos de vida apresentadas, os estudos indicam para a necessidade de mudança da moradia para que estejam adaptadas a essas novas necessidades. O espaço físico da habitação deve promover novas perspectivas de habitar ao acompanhar as

transformações dos usuários. Este estudo corrobora os questionamentos feitos por Jorge (2012, p. 488):

Como pode a habitação reproduzir as mesmas configurações espaciais do século passado e permitir a manifestação de uma nova realidade familiar? Como pode o usuário manifestar a sua individualidade se todos os apartamentos são tediosamente idênticos, e funcionalmente controlados?

Em resposta a esses contextos, a profissão do arquiteto e urbanista tem a responsabilidade de projetar edificações que dêem solução à demanda da sociedade, frente aos problemas apresentados e, ecologicamente tratando, em permanente transformação (isto é, o ser humano, como qualquer outra espécie está em constante mudança, quer por fatores intrínsecos ou extrínsecos). Para tanto, a flexibilidade figura como uma proposta para incentivar novos usos e funções, além de evitar a obsolescência do edifício, o que prolonga a vida útil da habitação. Para Jorge (2012, p. 30):

O edifício, apto a promover as modificações e alterações necessárias, adquire um significado que ultrapassa a dimensão construtiva e opera satisfatoriamente, na esfera psicológica e cultural do indivíduo, que encontra, na habitação, um significado superior aos atributos endógenos do edifício, promovendo a recordação de lembranças de cada espaço vivido e a manutenção de padrões reconhecidos segundo códigos próprios, articulações amigáveis com a vizinhança, legibilidade do entorno e expressão social.

A principal motivação para o uso da flexibilidade atualmente está relacionada à transformação dos hábitos e preferências individuais da sociedade, o que acaba por influenciar o ambiente doméstico. Ainda que a flexibilidade não seja um tema novo, sua aplicação no ramo da arquitetura ainda é restrita e pouco explorada pelas construtoras (JORGE, 2012). No caso da habitação social, a flexibilidade é ainda pouco utilizada, o que em parte se justifica pelo pouco investimento no processo de desenvolvimento do projeto.

Diante de todos os fatores que supostamente levam à inadequação do projeto do interior das habitações, a presente investigação pretende, através da investigação do uso dos espaços internos pelos usuários compreender como o mesmo pratica seu modo de habitar, valendo-se da observação e interpretação de seus relatos sobre suas atividades cotidianas.

2.7 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

Algumas delimitações da pesquisa são consideradas:

- a) Essa dissertação é um dos desdobramentos de uma pesquisa exploratória realizada no âmbito do projeto de extensão financiado pelo Governo Federal (PROEXT MEC SESu) intitulado: “Escritório-Escola Itinerante do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF: avaliação e assessoria técnica em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora – MG” (EEI-AUR/UFJF), no ano de 2014. O EEI-AUR/UFJF, que possui caráter extensionista, proporcionou suporte integral ao trabalho, que figura estritamente como pesquisa acadêmica.
- b) Esta pesquisa foi desenvolvida com foco no interior das habitações. Foram incluídos os espaços externos na medida em que são também palco das práticas sociais analisadas, principalmente neste caso, em que se observa a falta de conforto no interior da habitação e a escassez de opções de lazer em seu entorno; assim, os usuários utilizam a rua para suprir essa necessidade. Dessa forma, a mesma pode ser considerada extensão da casa (BASSO, 2001). Segundo Tapie (2014), “as práticas do espaço público são ainda mais intensas conforme a habitação é mais exígua, superpovoada ou pouco confortável: o exterior é tão forte quanto o interior” (TAPIE, 2014, tradução nossa, p. 19). Com base no exposto anteriormente, neste trabalho tanto a escada de acesso às habitações do pavimento superior, a área imediatamente a frente da casa, e a garagem serão consideradas como espaços intermediários entre o privado e o público, sendo espaços onde acontecem as relações cotidianas com a vizinhança. Além disso, aspectos do ambiente externo foram levados em consideração para as análises no sentido de enriquecer e complementar o estudo, ainda que o trabalho não esteja voltado para essa área específica.
- c) Os resultados já alcançados pela investigação são baseados em uma avaliação empírica aplicada em um condomínio específico de JF, que figura como objeto de estudo. Todas as análises são feitas a partir das opiniões expressas pelos usuários durante a aplicação das técnicas. Segundo Kowaltowski (et al., 2006), a situação da habitação anterior pode ser mais precária e inadequada do que a atual, assim, vale ressaltar que mesmo que o usuário tenha demonstrado satisfação, os requisitos mínimos de habitabilidade esperados podem não ter sido atendidos e os resultados devem ser observados com prudência.

2.8 OBJETIVOS

Baseado nas várias alterações realizadas pelos usuários para que a habitação atenda às suas necessidades, tem-se como pressuposto que existe um afastamento entre quem concebe o projeto de arquitetura e seu usuário. Nota-se que os hábitos dos usuários de HIS são desconsiderados. Frente a isso, supõe-se que a concepção do projeto não é adequada ao perfil do usuário a que se destina.

2.8.1 Objetivo geral

Em sua essência, a pesquisa visa indicar elementos para que os projetos arquitetônicos de HIS possam responder mais adequadamente às demandas e perfis das práticas cotidianas observadas entre os usuários em um empreendimento analisado, localizado em JF.

2.8.2 Objetivos específicos

- Revelar os critérios que contribuam para a percepção em novos projetos de uma melhor relação entre usuário e o espaço da HIS na tipologia do caso investigado em JF;
- Identificar os rearranjos no espaço interior das habitações realizados pelos usuários para atender suas práticas cotidianas, diante de parâmetros do PMCMV, que acabam por limitar o projeto das edificações e o espaço circundante próximo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa parte de um problema prático que, amparado no embasamento teórico, enquadra-se no campo das ciências sociais aplicadas. Quanto à natureza, é aplicada: “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51). Segundo os autores, quanto aos objetivos, ela é exploratória, já que se encontra em fase preliminar e objetiva gerar mais informações sobre o assunto investigado. Assim, seu planejamento é mais flexível, o que permite o estudo sob diversos ângulos e aspectos. Quanto aos procedimentos técnicos, é um estudo de caso, com estudo profundo e exaustivo de um objeto, o que permite seu amplo e detalhado conhecimento, aliado à revisão bibliográfica. Quanto à forma de abordagem do problema, é uma pesquisa qualitativa. O Quadro 1 sintetiza a caracterização da pesquisa.

Quadro 1: Caracterização da pesquisa

Quanto à natureza	Pesquisa aplicada
Quanto aos objetivos	Exploratória
Quanto aos procedimentos	Estudo de caso e Revisão bibliográfica
Quanto à forma de abordagem do problema	Qualitativa

Fonte: A autora. Baseado em Prodanov e Freitas (2013)

Integra-se a uma rede de pesquisas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora que possui o mesmo objeto de estudo: o Condomínio Vivendas Belo Vale, localizado em Juiz de Fora - MG. Dentre os cinco trabalhos existentes, um encontra-se em desenvolvimento: (1) pesquisa de mestrado da discente do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído da Universidade Federal de Juiz de Fora, Nádia de Oliveira Camacho (“Estudo de Viabilidade de uso da Lei de Assistência Técnica no Programa Minha Casa Minha Vida” – título provisório), cujo objetivo é aprofundar o estudo na possibilidade do uso da Lei 11.888/08 no âmbito do PMCMV. Como trabalhos finalizados, têm-se: (1) o trabalho final de graduação da arquiteta Nádia de Oliveira Camacho, sobre requalificação do Condomínio Vivendas Belo Vale com base em princípios de sustentabilidade; (2) pesquisa de Iniciação Científica sobre avaliação socioambiental de edificações do PMCMV em Juiz de Fora: pesquisa de campo no Condomínio Vivendas Belo Vale, cujo objetivo é a aplicação de um instrumento de avaliação desenvolvido em pesquisa anterior; (3) Projeto de Extensão - “Escritório-Escola Itinerante do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF: avaliação e assessoria técnica em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de

Fora – MG” (ZAMBRANO et al., 2013); (4) pós-doutorado realizado pela professora Dra. Letícia Maria de Araújo Zambrano (“Análise Multicritério Qualitativa e Quantitativa da Sustentabilidade da Habitação Social: estudo metodológico com vistas à aplicação em casos brasileiros”), sendo que um dos objetivos é, a partir de referenciais universais, realizar uma análise de métodos aplicados em pesquisas que relacionam o indivíduo e o ambiente, a partir do ponto de vista do usuário (ZAMBRANO, 2014); (5) dissertação de mestrado desenvolvida pela discente do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído da Universidade Federal de Juiz de Fora Daniella Fonseca Zanotti Ongaro (“Lugar e violência na habitação de interesse social: estudo de caso em Juiz de Fora/MG”), tendo como objetivo investigar os conflitos sociais existentes no Condomínio Vivendas Belo Vale e a interferência deles na sustentabilidade social.

Destaca-se que, através da pesquisa de extensão EEI-AUR/UFJF, a avaliação e os instrumentos utilizados na dissertação foram submetidos ao Comitê de Ética. Em resposta, o mesmo decidiu pela não aplicabilidade para o conteúdo do trabalho proposto (ver Anexo A).

Para alcançar os objetivos propostos, foram estabelecidas fases para a pesquisa.

Fases realizadas durante a atuação no projeto de extensão:

- (1) Planejamento dos Métodos - primeiramente os mesmos foram definidos baseados em um conjunto de técnicas, são elas: *walkthrough*, entrevistas semiestruturadas, levantamento do layout, caracterização dos usuários e sistematização fotográfica. Em seguida foi realizada uma aplicação piloto onde se testou a eficiência, a legibilidade dos termos e também o tempo estimado de aplicação. Seguiram-se os ajustes necessários;
- (2) Aplicação Prática - os métodos previamente definidos e testados foram aplicados em campo durante aproximadamente quatro meses. Seguiu-se a etapa de gabinete com análise dos dados coletados.

Fases realizadas durante o mestrado:

- (3) Revisão Sistemática da Literatura e Contorno Teórico - nesta fase foram identificados elementos de contorno que nortearam a pesquisa, necessário para fundamentar a utilização dos termos e conceitos adotados;

- (4) Estudos e Análises - fase de planejamento e aplicação dos procedimentos de sistematização, interpretação e análise dos dados do trabalho de campo e de dados complementares;
- (5) Debate e Discussões - foram apontados os limitantes da pesquisa bem como dos métodos utilizados;
- (6) Considerações Finais – são realizadas as conclusões e indicados os possíveis desdobramentos para trabalhos futuros.

3.1 OBJETO DE ESTUDO: O CONDOMÍNIO VIVENDAS BELO VALE

Tem como intuito apresentar o objeto de estudo do trabalho, o Condomínio Vivendas Belo Vale. Para tanto são apresentadas as particularidades do conjunto habitacional e sua tipologia.

O Condomínio Vivendas Belo Vale é um empreendimento realizado pela Fase 1 (2008/2012) do PMCMV, através da CEF, em parceria com a PJF pelo programa “Prefeitura Casa Própria”. O empreendimento foi concluído em 2011, sob responsabilidade de uma construtora local, aqui denominada construtora “A”. Está localizado no bairro São Geraldo, zona Sul da cidade de Juiz de Fora, MG (Figura 1 e 2), e distancia-se do centro, aproximadamente, oito quilômetros (PJF, 2000).

Figura 1: Localização do condomínio



Fonte: PJ. Adaptado pelo EEI-AUR/UFJF, 2015

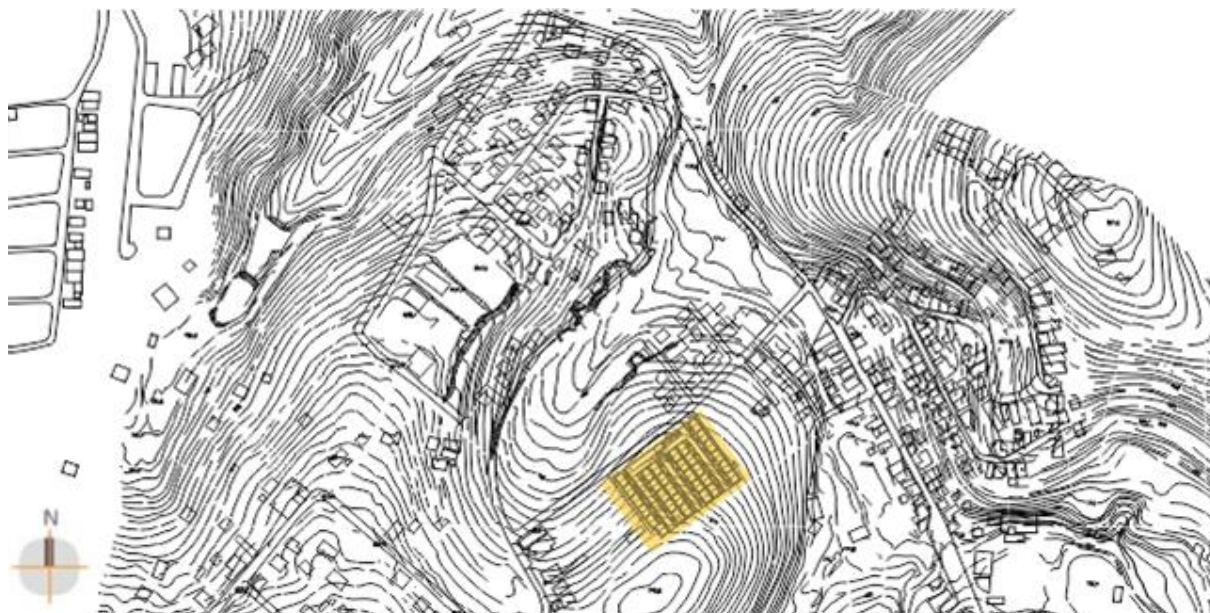
Figura 2: Fachada do condomínio



Fonte: EEI-AUR/UFJF, 2015

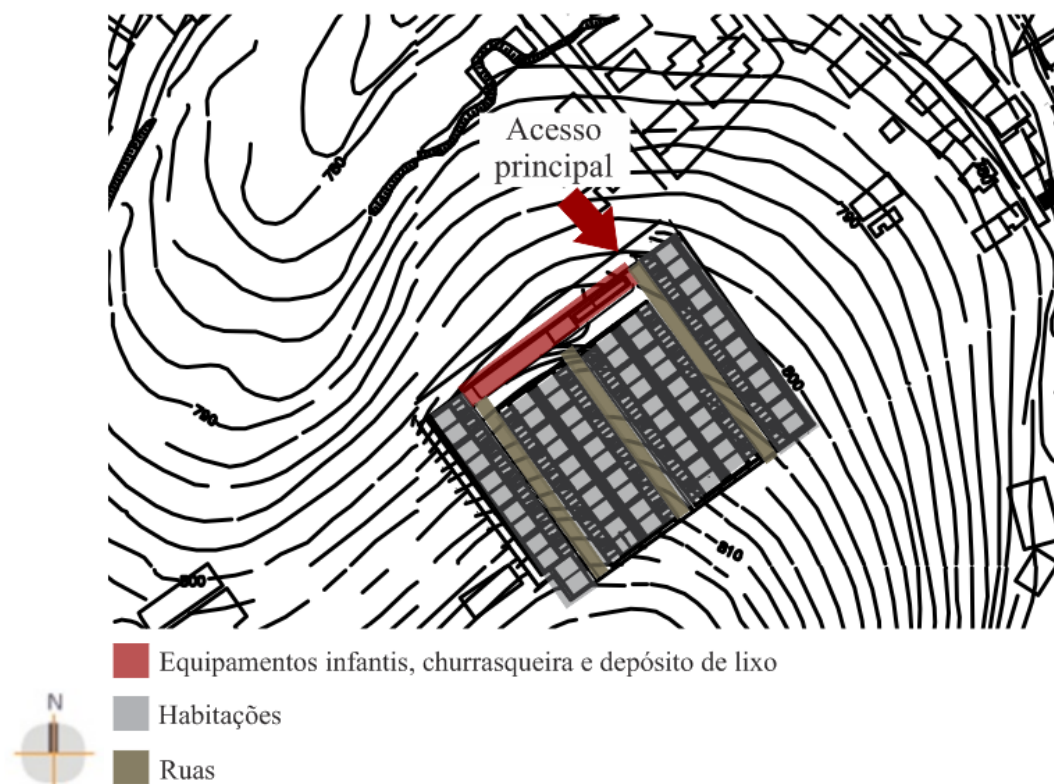
O projeto contempla trinta e dois sobrados com quatro habitações cada, sendo duas localizadas no pavimento térreo e duas no pavimento superior, com um total de cento e vinte e oito unidades (Figuras 3 e 4).

Figura 3 – Implantação do condomínio com entorno



Fonte: EEI-AUR/UFJF, modificado pelo autor, 2015

Figura 4 – Macro-setorização do condomínio



Fonte: EEI-AUR/UFJF, modificado pelo autor, 2015

Além das habitações, o condomínio conta com equipamentos de uso coletivo: churrasqueira, equipamentos infantis, portaria e depósito para lixo (Figuras 5 e 6). O acesso às unidades se dá por três ruas internas ao condomínio, onde automóveis podem transitar (Figura 7). No projeto original, há grades cercando todos os limites do terreno, guarita e portão entre a via pública e as vias internas, elementos que foram parcialmente destruídos e atualmente encontram-se sem uso.

Figura 5: Depósito de lixo e churrasqueira



Fonte: A autora, 2014

Figura 6: Equipamentos infantis.



Fonte: A autora, 2014

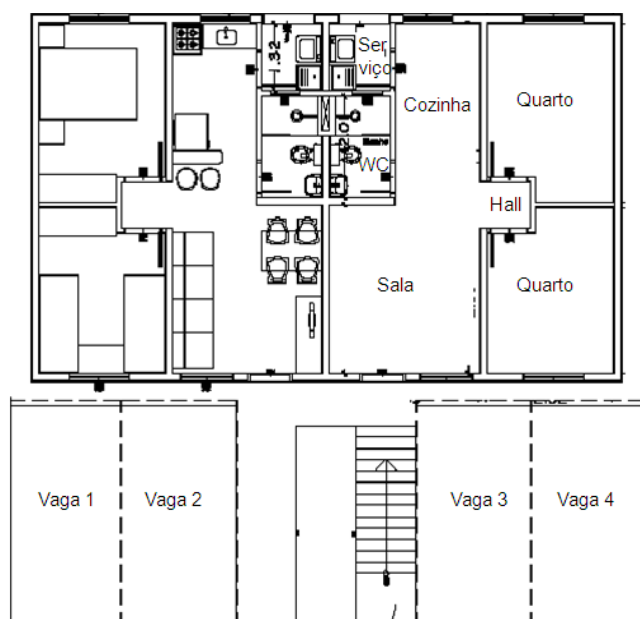
Figura 7: Rua 3



Fonte: EEI-AUR/UFFJ, 2015

Cada edificação do bloco é formada por um conjunto de quatro unidades, duas no pavimento térreo e duas no superior. Cada habitação possui 44.36m² e contempla sala de estar conjugada com cozinha, área de serviço, um banheiro e dois quartos, como representado abaixo na planta baixa das duas unidades térreas de cada bloco (Figura 11). As edificações apresentam patologias construtivas diversas (resultado do GT Avaliação Arquitetônica e Técnica do EEI-AUR/UFFJ), e os equipamentos de uso coletivo (equipamentos infantis e área da churrasqueira) encontram-se em estado bastante degradado. Em consequência, muitas unidades foram abandonadas pelos contemplados do programa e invadidas por terceiros de forma irregular.

Figura 11: Planta baixa do pavimento térreo

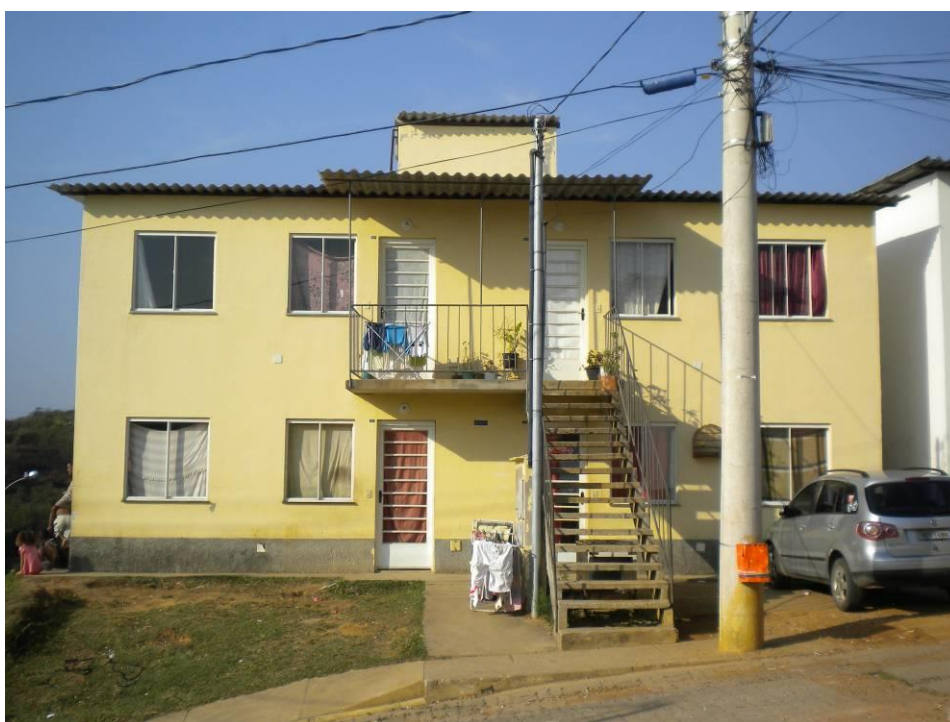


Fonte: Contrutura “A”, modificado pelo autor, 2010

O empreendimento foi selecionado como objeto de estudo por ter sido o primeiro a ser entregue aos moradores no município; com isso, era esperado um maior histórico de ocupação, que a população ali residente já estivesse consolidada e adaptada ao local. Da mesma forma, também era provável que a relação usuário-habitação estivesse estabelecida, sendo assim mais consistente para as análises.

Segundo Faria (2003), a casa unifamiliar isolada é identificada como o modelo preferido, já que possibilita intervenções individuais na habitação, entre a população de baixa renda, o sobrado é considerado a “casa do sonho”, ligado ao desejo e a sensação de status. Partindo do pressuposto que o modelo casa térrea é inviável economicamente para os moldes do programa, a opção pela tipologia sobrado seria viável, e o mais próximo possível da casa térrea (Figura 8).

Figura 8: Fachada de um dos sobrados situado na Rua 1



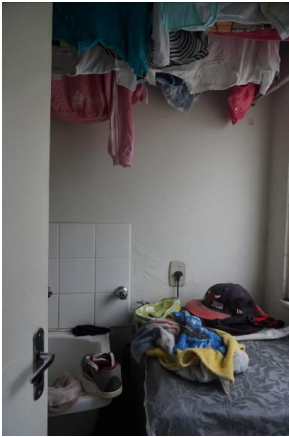
Fonte: A autora, 2014

Como o condomínio possui poucas habitações (128 no total), também se adotou como premissa que a integração com o entorno e com o bairro fosse facilitada. Entretanto, o conjunto é visto com repúdio pelos moradores do bairro São Geraldo e recebeu o apelido de “Carandiru” (em referência ao extinto presídio), segundo relato de moradores do local.

O critério de seleção das famílias beneficiadas aconteceu por sorteio unificado, realizado pela Prefeitura de Juiz de Fora, a partir de registro no Cadastro Único, realizado pela Empresa Regional de Habitação (ENCASA). Segundo a coordenadora do Núcleo de Projetos Sócio Habitacionais da ENCASA, essa é a alternativa encontrada para dar resposta à elevada demanda de habitações distribuída por toda a cidade e a localização dos empreendimentos ofertados, concentrada em determinadas regiões da cidade. Com isso, indivíduos de diferentes regiões da cidade são locados em um mesmo conjunto, não respeitando as diversidades de cultura, ideologia e de comportamento.

O condomínio apresenta situações diversas em relação à configuração familiar dos usuários. Foram entrevistadas habitações com apenas um usuário, até famílias constituídas por treze pessoas em uma mesma habitação. Especialmente nos casos de muitos usuários, a situação dos imóveis é crítica e demonstra a inadequação do espaço às suas necessidades, como pode ser percebido nas imagens (Quadro 2).

Quadro 2 – Imagens do interior das habitações

Cozinha. Foto: A autora, 2014. 	Área de serviço. Foto: A autora, 2014. 
Quarto. Foto: A autora, 2014. 	Quarto. Foto: A autora, 2014. 

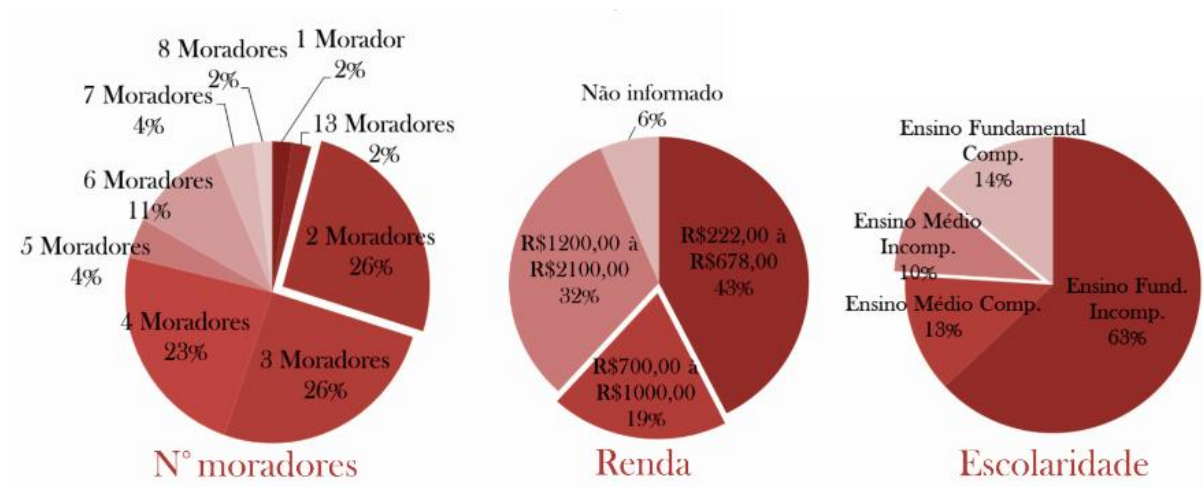
Com o desenvolvimento do trabalho de campo e as frequentes idas ao condomínio, percebe-se que, desde sua inauguração, o local passa por um processo de degradação de suas dependências, principalmente relacionado às áreas comuns.

Para a realização da caracterização social da população do condomínio, foram utilizados os dados reunidos no Relatório Final da Pesquisa de Iniciação Científica intitulada: “Avaliação socioambiental de edificações do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora: pesquisa de campo no Condomínio Vivendas Belo Vale”, sob orientação da Prof. Dra. Leticia Maria de Araújo Zambrano (NEVES; ZAMBRANO, 2014). Os dados coletados apresentados na Tabela 1 (Caracterização dos usuários) foram utilizados de forma complementar, já que foram considerados insuficientes.

Os dados foram coletados pela aplicação de questionários em 47 das 128 habitações, o que representa 36,71% do total. O período de aplicação ocorreu de 08 de junho a 07 de dezembro de 2013. Nas 47 habitações visitadas, foram levantados usuários com idades variando de 0 a 72 anos. Em 80,9% das habitações os núcleos familiares eram do sexo feminino. Isso pode ser explicado pelos critérios utilizados na seleção dos beneficiários, que dá prioridade a “famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2011).

Em relação à ocupação, das famílias entrevistadas, 27,8% são empregados formais, enquanto 25% são estudantes. A renda das famílias entrevistadas varia de R\$ 222,00 a R\$ 2100,00, sendo que 34% recebem um salário mínimo (R\$ 678,00 no ano em que a pesquisa foi realizada) e 8,4% não chega a atingir a faixa de um salário. O nível de escolaridade é baixo no condomínio; apenas 3,3% dos entrevistados possuem ensino superior. É grande a porcentagem de maiores de 18 anos que não concluíram o ensino médio, ou o ensino fundamental (Gráfico 1).

Gráfico 1: Caracterização social do condomínio



Fonte: NEVES; ZAMBRANO, 2014

3.2 CORRELACIONAMENTO E PLANEJAMENTO DOS MÉTODOS

Através do GT Avaliação Arquitetônica e Técnica, a autora, em parceria com uma bolsista graduanda em Arquitetura e Urbanismo, realizou um estudo de caso por meio da aplicação de um conjunto de técnicas. Um dos princípios norteadores do trabalho foi a não inclusão de parâmetros pré-definidos para que a visão do usuário fosse destacada. A avaliação arquitetônica teve como ênfase tanto o aspecto qualitativo, onde foram ressaltados detalhes subjetivos, captados pelos pesquisadores, quanto a aspectos técnicos da habitação.

A investigação ocorreu em 13 unidades, representando 10,15% do total de 128 unidades do condomínio. Sobre a caracterização dos entrevistados, em 11 das 13 unidades visitadas as entrevistadas são mulheres; em 8 unidades os entrevistados estão na faixa entre 30 e 40 anos de idade; em 9 unidades os entrevistados recebem um salário mínimo (R\$ 724,00 no ano de aplicação da pesquisa). Quanto ao número de usuários, uma unidade possui apenas um usuário; três unidades possuem dois e quatro usuários; duas unidades possuem cinco e mais de cinco usuários.

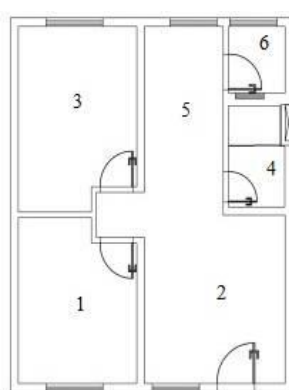
Para a etapa de seleção dos entrevistados, uma moradora do condomínio indicou para a equipe casas de residentes regulares, sorteados pelo PMCMV. Ou seja, não foram entrevistados os residentes que ocuparam casas irregularmente, não tendo sido sorteados pela PJF. Esse critério foi definido devido à necessidade de vínculo do usuário com a habitação, e consequente

motivação de realização de mudanças e melhorias físicas na mesma. Foram previstas aplicação de doze entrevistas, sendo igualmente distribuídas entre as três ruas do condomínio e também entre blocos isolados e justapostos, além do pavimento térreo e superior. Outro fator determinante para a escolha foi a presença de certas especificidades dos usuários, como: idoso, pessoa com dificuldade de locomoção ou doença mental, apenas um usuário, entre dois e cinco usuários e mais de cinco usuários. Essas especificidades foram definidas pela autora, baseadas em aspectos que interferem diretamente na forma de habitar dos usuários. As técnicas foram aplicadas no local de moradia dos respondentes e teve duração média de trinta a quarenta minutos.

Foram aplicadas quatro técnicas: (1) *walkthrough*; (2) entrevista semiestruturada com usuários; (3) levantamento de características dos usuários e (4) levantamento arquitetônico.

Na técnica *walkthrough*, primeiro momento da investigação, tomou-se por base a técnica de pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ (PENNA, 2004). Ele é realizado em três etapas: (1a) percurso livre com um usuário, ao mesmo tempo, (1b) gravado e (1c) registrado sequencialmente na planta baixa; (2) análise do percurso e (3) conclusões do evento. Assim, o usuário guia o pesquisador pelo espaço da habitação e comenta como os residentes o utilizam. Segundo Penna (2004), em tal técnica devem ser observadas as características físicas e as funcionais, as atividades e comportamento dos próprios usuários. O percurso é livre, sendo definido pelo próprio usuário. É importante que toda a conversa durante o percurso seja gravada para análise posterior em gabinete. Para registrar o percurso, o pesquisador faz uma marcação em planta baixa (ver Figura 9). A partir das falas, buscou-se extrair elementos que permitiriam compreender a significância da habitação para o usuário e seus hábitos, além de reunir elementos relativos a aspectos qualitativos de uso dos espaços.

Figura 9 – Planta baixa representando o percurso do *walkthrough*



Fonte: A autora, 2014

A entrevista semiestruturada foi a segunda técnica aplicada e teve como base Marconi e Lakatos (2003). Ela foi dividida em duas etapas - entrevista propriamente dita e análise. A análise deste evento se deu com a transcrição literal, leitura e sistematização dos conteúdos das entrevistas. Com este instrumento, buscou-se entender a relação do usuário com a habitação, isto é: (1) o que ele mais gosta e o que menos gosta; (2) o que sente falta em relação à casa anterior; (3) como é a relação com a vizinhança atual; (4) como se projeta no futuro; (5) como utiliza o espaço externo; (6) qual modificação já realizou e qual pretende realizar e (7) dados técnicos sobre iluminação e ventilação no interior da habitação.

Para a leitura das entrevistas, buscou-se identificar temas primários e secundários de acordo com a relevância para a pesquisa, ou seja, nas transcrições foram resgatados os pontos que permitiam compreender o uso dos espaços e a satisfação dos usuários. Para a definição dos dois níveis temáticos, foram considerados alguns aspectos: incluir todas as unidades investigadas de forma exaustiva; os temas devem ser distintos uns dos outros, objetivos e de fácil compreensão; manter pertinência com o estudo e ter uma clara definição (ZAMBRANO, 2008). Assim foram definidos os seguintes temas: (2a) aspectos técnicos – tamanho dos cômodos, reforma/modificação realizadas, problemas gerais, alterações pretendidas, conforto térmico e luminoso; (2b) aspectos subjetivos – satisfação com a unidade habitacional; o que sente falta da antiga casa; como se vê no futuro; o que mais gosta; o que menos gosta; relação com a vizinhança; uso dos espaços. Por fim, foi realizada a análise transversal dos discursos.

Em seguida, foi aplicada uma tabela de caracterização dos usuários (Tabela 1), que buscou mapear as habitações com: número de usuários, renda familiar, posição da habitação, dia e horário de aplicação e breve descrição da composição familiar. Essa tabela foi importante na fase de análises para identificar o perfil do usuário, e relacionar inclusive a condição financeira a características da habitação.

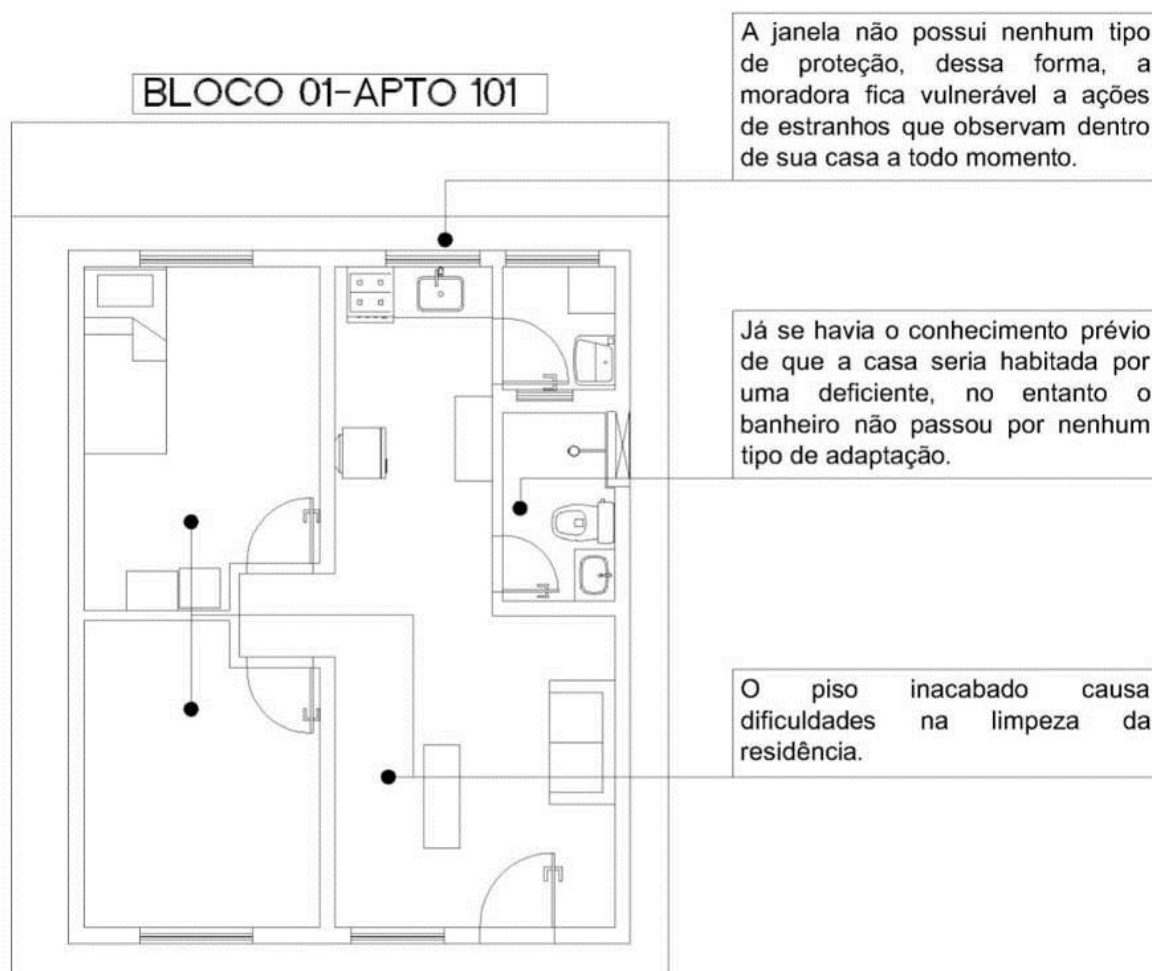
Tabela 1: Caracterização dos usuários

Bloco			
Número			
Renda familiar total			
Rua	primeira	segunda	terceira
Posição da habitação	isolado	justaposto	
Dia	dia de semana	fim de semana	
Horário	manhã	tarde	noite
Núcleo familiar	1	mais de 1	outra composição
Descrever:			
Número de usuários	1	2 a 5	mais de 5
Especificidade	idoso	dificuldade de locomoção	doença mental
			outra:

Fonte: A autora, 2014

A quarta técnica corresponde ao levantamento arquitetônico. Realizado com a aplicação de: levantamento do layout, onde foram medidos todos os móveis e sua disposição e relações com os cômodos; sistematização fotográfica, onde todos os cômodos foram registrados em uma mesma sequência e primeiro registro dos conflitos arquitetônicos percebidos no local (ver Figura 10). Com os dados levantados nas quatro técnicas aplicadas os conflitos arquitetônicos foram aprofundados e ampliados em relação aos percebidos in loco.

Figura 10: Planta exemplificando o levantamento arquitetônico e registro dos conflitos arquitetônicos



Fonte: EEI-AUR/UFJF, 2014

O estudo dos conflitos arquitetônicos se baseou em Malard (2001), que utiliza a abordagem fenomenológica para identificar esses conflitos e, se possível, compreender o porquê de um objeto arquitetônico ser considerado inadequado ou sem qualidade. Foram percebidas as situações em que o layout ou o posicionamento do mobiliário interfere na adequada utilização do espaço. Por exemplo, a abertura total de portas ou janelas impedida pelos móveis; posição dos móveis que atrapalha, ou até mesmo impede que haja o espaço adequado para sua utilização; posição dos móveis que dificulta a circulação ao redor; inexistência de espaço para mesa de refeições, ou mesa de refeições subdimensionada; dimensão inadequada do cômodo para que todas as tarefas necessárias sejam realizadas; entre outros.

3.3 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA E CONTORNO TEÓRICO

3.3.1 Revisão Sistemática da Literatura

O termo Revisão Sistemática da Literatura (RSL), que deriva do inglês *Systematic Literature Review* (SLR), segundo Bettany-Saltikov (2010), é um método que permite localizar, avaliar e sintetizar as evidências científicas de estudos relevantes de forma sistemática¹.

Foram utilizadas palavras denominadas de descritores para realização das buscas. No desenvolvimento do trabalho, para se chegar aos descritores, foram feitos testes com várias palavras consideradas como chave para o trabalho. Porém, os resultados iniciais obtidos não foram satisfatórios, na medida em que não foram específicos o suficiente em relação ao tema proposto.

Realizou-se uma busca por artigos nacionais e internacionais (línguas portuguesa e inglesa) na base de busca do portal Periódicos Capes. Como descritores, foram utilizados os seguintes termos: arquitetura de interiores; habitação social; habitabilidade; mobiliário; flexibilidade; Minha Casa, Minha Vida; Brasil; com a correspondente pesquisa em inglês: social housing e interior architecture; social housing e habitability; social housing e furniture; social housing e Brazil. Os descritores também foram agrupados em duplas, sempre combinando habitação social com os outros termos citados. Destaca-se que a busca pelos termos separados possibilitou mais resultados.

Posteriormente às combinações, como triagem das publicações encontradas, foi realizada a leitura dos títulos, resumos e conclusões, o que levou a 23 resultados que são relevantes à pesquisa e representam bases teóricas a serem utilizadas no desenvolvimento da mesma (Quadro 3). Após essa fase, realizou-se a leitura rigorosa de cada uma das publicações selecionadas, seguida de fichamentos individuais.

¹ Além da Revisão Sistemática da Literatura, houve a revisão descritiva onde foram utilizadas pesquisas na internet. Também foram pesquisados artigos acadêmicos, dissertações, teses e livros relacionados ao tema abordado. Durante as leituras foi realizada a observação das referências presentes nos textos analisados como uma possível fonte de pesquisa.

Quadro 3 – Publicações encontradas na RSL - base Periódicos Capes

	Descritor	Resultados	Selecionado pelo título	Selecionado pelo resumo	Restrição
Descritor-isolado	Arquitetura de interiores	65	0	0	
	Minha Casa Minha Vida	1224	3	3	Após 2004
	Habitação social	1247	18	13	
	Habitabilidade	92	7	6	
	Mobiliário	243	1	1	Após 2007
	Flexibilidade	924	20	5	Após 2007
Descritor-combinado	Habitação social e arquitetura de interiores	4	0	0	
	Habitação social e Minha Casa Minha Vida	13	1	1	
	Habitação social e habitabilidade	34	6	5	
	Habitação social e mobiliário	20	3	2	
	Habitação social e flexibilidade	9	2	2	
	Social housing e interior architecture	37	0	0	
	Social housing e habitability	24	1	1	
	Social housing e furniture	70	1	1	
	Social housing e Brazil	333	9	8	Após 2007
Total excluindo repetições	23				

Fonte: A autora, 2015

Os textos foram organizados em um quadro, para que a visualização ficasse mais clara. Dessa forma, destacou-se o meio de divulgação, tipo (artigo, dissertação, tese, por exemplo), ano da publicação e autores. Os trabalhos foram agrupados em temáticas (ver Apêndice C). Vale ressaltar que não estão no quadro seis publicações que se referem a políticas urbanas, que apesar de serem de interesse para a pesquisa não apresentam metodologias relevantes, por isso não foram inseridos no quadro.

A escolha dos descritores adequados foi específica o suficiente para que os resultados encontrados pudessem ser relacionados com o tema da pesquisa. Foi necessária a realização de testes com diferentes palavras e combinações para se chegar a um resultado compatível com a pesquisa desejada.

Todos os artigos, que de alguma forma se relacionam com o tema, tiveram de ser considerados na pesquisa. Isso porque, em algum momento serviram como fundamentação teórica para a temática e, dessa forma, o assunto foi analisado de uma maneira global. Mesmo que a relação não estivesse explícita, a princípio. Como a pesquisa abrangeu vários assuntos, essa sistematização evitou a perda de conteúdo ao longo do processo.

3.3.2 Contorno teórico

Baseado no resultado das buscas, foi observado nas publicações encontradas certas particularidades que chamaram a atenção: termos usados; algumas características de publicações do mesmo meio de divulgação; as metodologias escolhidas e também os resultados alcançados em trabalhos com enfoques diversos.

Destaca-se a data de publicação do material encontrado, já que é de, no máximo, sete anos atrás (2008), sendo que os anos de 2009 e 2012 possuem a maior produção, seis publicações cada; seguido do ano de 2011, com quatro publicações. A RSL permitiu verificar a relevância do tema estudado, principalmente por sua atualidade e por se tratar de uma abordagem ainda pouco explorada. Apesar de ocorrerem produções anteriores a essa data, elas não possuem o caráter acadêmico-científico que se buscou. Destaca-se também a data, 2009, que é quando esteve em voga um programa do porte do MCMV, que tem alcance nacional.

Apesar de ter sido selecionada apenas uma publicação sobre mobiliário, trata-se de uma tese de doutorado e aborda os pontos necessários, como: diversidade de composições familiares em habitação social, área mínima, flexibilidade, interferência do mobiliário no uso do espaço interno e na flexibilidade do ambiente. Como a presente dissertação trata do ambiente interno da habitação, essa tese possibilitou a compreensão do mobiliário como peça chave para entender a ocupação pelo usuário e as alternativas encontradas.

Os termos utilizados nas publicações foram observados criteriosamente no sentido de perceber quais são os mais usados, a relação com o meio de divulgação e também qual o

enfoque do trabalho (técnico ou qualitativo, por exemplo). Em um primeiro momento, foi realizada a leitura dos textos onde os termos mais utilizados foram observados. Com base nesses termos foi construída a Tabela 2, onde cada publicação foi analisada separadamente. Cada publicação contou com uma tabela onde foi realizada a contagem dos termos: empreendimento de habitação de interesse social, habitação de interesse social e habitação coletiva / moradia, unidade habitacional, casa, habitação e produto habitação / morador, residente, cliente final, usuário e consumidor / condomínio, conjunto, conjunto habitacional, empreendimento e residencial. Assim foi possível escolher os termos a serem utilizados na escrita da dissertação a partir dos que mais apareceram nas publicações analisadas.

Tabela 2 – Termos mais usados na RSL

Nome da publicação						Meio de divulgação	
	EHIS		Moradia		Morador		Condomínio
	HIS		Unidade habitacional		Residente		Conjunto
	Habitação coletiva		Casa		Cliente final		Conjunto habitacional
			Habitação		Usuário		Empreendimento
			Produto habitação		Consumidor		Residencial

Fonte: A autora, 2015

Foram considerados apenas os termos presentes no corpo do texto. Dessa forma, não foram computados quando apareciam nos títulos, notas de rodapé, gráficos e tabelas para evitar a repetição. Em caso de termos que possuem mais de um significado, foram considerados apenas quando usados no sentido de interesse para a pesquisa. Foram consideradas as variações de gênero e número como sendo o mesmo termo. Os textos em língua estrangeira não foram considerados nesse momento da análise.

O termo “casa” é mais usado no sentido de “casa própria” ou para se referir à tipologia (sobrados, apartamentos, casas). “Produto habitação” é usado com maior recorrência em estudos sobre a satisfação dos usuários, ligado a área do marketing que estuda o valor percebido, principalmente para desenvolvimento de produtos.

A palavra “conjunto” para se referir a “conjuntos habitacionais” geralmente é usada no plural. Quando usada no singular é combinada com outros termos como citado acima, ou em outro

sentido como “conjunto de resultados”, “conjunto de ideias”, entre outros casos que não são de interesse para a pesquisa.

O termo “residencial” não foi usado em nenhuma das publicações para se referir a conjunto habitacional. Apenas nos casos em que o conjunto tratado possui o termo no nome, por exemplo, “Residencial Ibatyba”. Percebe-se um esforço da PJJ em usar “residencial” para se referir a conjuntos habitacionais, talvez para que a nomeação dos empreendimentos tenha caráter menos pejorativo e estigmatizado; porém, ainda não é reconhecido na literatura. Dessa forma, o mesmo não será usado nesse sentido.

Destaca-se o uso dos termos “consumidor” e “cliente final” quando os trabalhos são voltados para o processo de desenvolvimento e melhoramento de empreendimentos de HIS. Assim como “usuário” é mais usado nos trabalhos sobre satisfação e percepção, geralmente acompanhado de outros termos como, por exemplo, “satisfação do usuário”. Além disso, tanto “cliente final” quanto “processo de projeto”, também são usados quando envolvem a percepção do usuário.

Das vinte e três publicações encontradas, cinco são do estado de São Paulo (Universidade de São Paulo - USP e Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP) e seis do Rio Grande do Sul (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS). Como juntas representam 47,82% dos trabalhos, nelas foi analisada minuciosamente a forma como os termos foram utilizados. Em São Paulo, os termos mais usados são: “habitação coletiva”; “habitação”; “morador” e “usuário”; “conjunto”. Já no Rio Grande do Sul, destaca-se o uso de “empreendimento de habitação de interesse social”, “casa”, “usuário”, “conjunto” e “empreendimento”. Baseado no uso desses termos e nos títulos dos trabalhos pode-se perceber que em São Paulo o enfoque é mais objetivo, utilizando parâmetros de qualidade e conforto pleno. No Rio Grande do Sul o interesse é ligado a critérios mais qualitativos como percepção, hierarquia de valor, reclamações dos usuários e desempenho da habitação.

Entretanto, considerando as publicações de maneira geral, “habitação de interesse social” e “habitação coletiva” foram os termos mais usados, 38,46% cada um, o que totaliza 76,92%. Para se referir ao espaço da habitação, “casa” foi o termo mais usado, aparecendo em 43,75% das publicações. “Usuário” foi usado em 57,14% e “conjunto” em 42,85%.

O conceito de usuário adotado é baseado em Basta et al. (2005), que define os consumidores como clientes finais. Esses últimos podem ser consumidores individuais ou, da mesma forma,

consumidores finais ou usuários, e consumidores organizacionais, como organizações com ou sem fins lucrativos. Além disso, o termo remete à percepção e à satisfação do usuário que se encaixa no enfoque do trabalho.

Segundo o Plano Diretor de São Paulo, Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, Empreendimento de Habitação de Interesse Social – EHIS “corresponde a uma edificação ou um conjunto de edificações, destinado total ou parcialmente à Habitação de Interesse Social e usos complementares, conforme disposto na legislação específica” (SÃO PAULO – cidade. Prefeitura Municipal, 2014, p. 183). Já Habitação de Interesse Social (HIS) “é aquela destinada ao atendimento habitacional das famílias de baixa renda, podendo ser de promoção pública ou privada, tendo no máximo um sanitário e uma vaga de garagem, e classificando-se em dois tipos” (SÃO PAULO - cidade. Prefeitura Municipal, 2014, p. 183). Pelas definições apresentadas e a maior utilização na bibliografia pesquisada, optou-se pelo uso do termo “habitação de interesse social”.

Baseado no levantamento apresentado, os termos utilizados na redação do trabalho foram: “habitação de interesse social”, “habitação”, “usuário”, e “conjunto habitacional”. Dessa forma e foi possível proporcionar uma maior clareza na leitura do texto.

Os trabalhos foram agrupados em seis categorias definidas pela autora para análises: Qualidade, Ergonomia, Técnica, Projeto, Flexibilidade e o Programa Minha Casa, Minha Vida. Adiante, estão apresentadas algumas considerações sobre o embasamento da divisão nas categorias supracitadas.

A categoria Qualidade é baseada em Zeithaml (1988), que define qualidade em seu sentido amplo, como a superioridade ou excelência de um produto. Por extensão, a qualidade percebida é o julgamento do consumidor sobre a superioridade ou excelência, no caso tratado, da habitação. Ainda segundo o autor, qualidade percebida é: (a) diferente da objetiva ou qualidade real; (b) com elevado nível de abstração ao invés de um atributo específico do produto; (c) uma avaliação global que em alguns casos se assemelha a atitude e; (d) um julgamento feito em geral por lembranças do consumidor.

Os dois trabalhos sobre qualidade encontrados têm como autora Fernanda Sbaraine Bonatto, sendo que um se trata de sua dissertação de mestrado e o outro de um artigo. Ambos utilizam uma técnica chamada pesquisa construtiva, ou seja, uma investigação para produzir construções inovadoras, aliada à aplicação de questionário. Nesse caso, a amostra é aleatória

simples, com cálculo baseado em proporção. A pesquisa teve como principal objetivo a proposição de um modelo para estruturar as avaliações de empreendimentos habitacionais de interesse social a partir da percepção dos usuários (que o mesmo fosse adaptável aos diferentes programas habitacionais e com foco na geração de valor). Diante dos resultados alcançados, o processo para implantação do modelo foi considerado satisfatório. Essas publicações demonstraram que a avaliação sob o ponto de vista do cliente final pode auxiliar na avaliação de resultados, na identificação de erros e acertos frente aos objetivos e ações do projeto, contribuindo na relação entre usuário e HIS. Outro ponto de destaque são os resultados da avaliação proposta e a importância da APO.

Ergonomia, pela definição do dicionário Michaelis, é o conjunto de estudos relacionados com a organização do trabalho em função dos objetivos propostos e da relação entre homem e máquina. Porém, segundo Lopes (2006, p. 16), ergonomia é mais abrangente e influencia diretamente nos hábitos e no bom desempenho das tarefas:

Considerando a evolução humana que transforma constantemente os hábitos de habitar, a aplicação da ergonomia tem sido considerada progressivamente como um fator essencial no processo projetual do arquiteto na elaboração e definição dos espaços edificados, buscando sempre um melhor atendimento às necessidades de moradia dos usuários.

No único trabalho encontrado sobre ergonomia, das autoras Rayssa Cristiane Oliveira e Gleice Azambuja Elali, o método utilizado foi a APO com *walkthrough*, questionário e inspeção técnica, aplicados a 50% dos apartamentos do condomínio, seguido do diagnóstico e intervenção ergonômica em dois apartamentos. A intervenção ergonômica consistiu em: uso de mobiliário como divisória, excluindo as paredes existentes; mudança do posicionamento de algumas portas; instalação de barras de apoio; mudanças no layout; demolição/construção de algumas paredes; instalação de elementos isolantes leves na área central da unidade, bem como alterações no mobiliário. A metodologia e os resultados apontaram que pequenas alterações e adaptações do projeto, algumas com baixo ou nenhum custo financeiro, proporcionam a melhoria do bem-estar e a adequação do espaço ao perfil familiar. A presente dissertação segue a mesma linha de pensamento e acredita que pequenas alterações e atitudes geram qualidade para o usuário.

Na categoria Técnica, foram agrupados os trabalhos baseados em conhecimentos ligados à prática, como proposição de metodologias e simulação do aumento da área física e seu reflexo no custo da obra.

Em relação à categoria técnica, foram encontrados três trabalhos, aqui denominados de (a), (b), e (c). O trabalho (a), elaborado por Juliana Nunes de Sá Brito, objetiva propor uma estrutura de coleta, processamento e análise de reclamações efetuadas na etapa de uso para auxiliar a tomada de decisão do processo de desenvolvimento de produto. Para tanto, utilizou análise de arquivos e bancos de dados, juntamente com entrevista a três construtoras do ramo habitacional. Assim, a metodologia adotada possibilitou evidenciar como os dados de reclamações podem auxiliar no processo de desenvolvimento de produto de EHIS. O trabalho apresenta o processamento dos dados através de diagrama de afinidades e diagrama sistemático, o que pode ser útil na apresentação dos resultados da dissertação. Além de ter como objetivo secundário a identificação das características de EHIS que podem influenciar na incidência de reclamações.

O trabalho (b), de Georgio Mathias Guerra, Andrea Parisi Kern e Marco Aurélio Stumpf González, é referente à aplicação de simulação de aumento de área e a relação com o aumento do custo, aplicado ao projeto de um empreendimento. Cumpru seu principal objetivo que era desmistificar o indicador oficial de custo de construção que passa um conceito de proporcionalidade direta entre área e custo. A simulação mostra que o aumento de 36,18% de área nos apartamentos proporciona maior flexibilidade de uso dos apartamentos com o acréscimo de apenas 12,37% na estimativa dos custos diretos. Assim, o resultado apontou que a diferença obtida na estimativa dos custos diretos não foi significativa. Como a dissertação busca melhorias na habitação, esse artigo corrobora a insuficiência do fator custo para discutir a diminuição da área construída.

Já no trabalho (c), de Patricia Rodrigues Samora, são utilizados APO e método QQualidade ARQuitectónica habitacional - Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Lisboa² (QUARQ) aplicados a dois projetos de urbanização para proposição de um método de projeto para o desenvolvimento de tipologias habitacionais em favelas, visando qualificar o ambiente construído nessas áreas. Como conclusão, a autora afirma ser possível propor diretrizes

² O método QUARQ é um sistema de promoção e avaliação da qualidade da habitação portuguesa a custo controlado, que auxilia promotores habitacionais a desenvolver seus projetos e serve como ferramenta para avaliar a qualidade destas mesmas unidades por parte do órgão financiador e usuário, que considera o edifício, a unidade de vizinhança ou quadra e o bairro, além da unidade habitacional.

baseadas em parâmetros de qualidade e requisitos de desempenho que garantam a elaboração de projetos habitacionais e urbanísticos adequados às especificidades das favelas e às características sócio-econômicas e culturais de seus moradores. O trabalho estabelece requisitos na mesma linha desenvolvida na presente dissertação, considerando habitabilidade, dimensionamento, identidade e flexibilidade.

Na categoria Projeto, estão os textos sobre processo de projeto e melhoria da qualidade do ambiente construído.

Nessa categoria, foram encontrados sete trabalhos aqui denominados por letras. No caso (a), de Patrícia Prado Oliveira, utiliza a APO com aplicação de levantamento físico e observação de traços físicos, mapa mental, entrevista e questionários. O número da amostra utilizada é crescente, respectivamente, para investigar as relações existentes entre a dimensão do conjunto (número de unidades) e os níveis de satisfação dos moradores da HIS. Os resultados mostram que a integração dos moradores da habitação social com o entorno e com o bairro pode ser favorecida pela implantação dispersa de moradias inseridas de forma isolada em um contexto pré-existente e pela inserção de conjuntos de menor porte na malha urbana. O interesse por esse trabalho está na avaliação do desempenho em relação à satisfação dos usuários e à integração social entre os grupos.

No caso (b), de Rosana Rita Folz, foram aplicados medição dos móveis, entrevista, e avaliação funcional dos ambientes internos, em um número reduzido de unidades habitacionais. Por meio desta metodologia, foi proposto um projeto tecnológico³ para indicar as áreas de ações para enfrentar a realidade de habitação de áreas mínimas e seu mobiliário para famílias de baixa renda com diferentes formações. O trabalho se aproxima desta dissertação tanto no sentido da metodologia adotada quanto da temática da habitação social, o que proporciona embasamento teórico e prático.

No estudo (c), de Doris C. C. K. Kowaltowski e Ariovaldo Denis Granja, utilizam-se como metodologia o estudo de caso e aplicação de jogo de cartas em aproximadamente 200 respondentes. Os resultados concluíram que o método pode ser aplicado por agentes do sistema de provisão de habitação local, em conjunto com um quadro conceitual de dados

³ Segundo Folz (2008), “Projeto Tecnológico está presente nos setores industriais avançados como a base sobre a qual todas as ações projetuais e produtivas são desenvolvidas. Sua inclusão no projeto e na produção habitacional e moveleira é ainda embrionária.”

sobre indicadores de qualidade habitacional. O trabalho se aproxima da dissertação já que trata da satisfação do usuário.

No trabalho (d), Márcia Azevedo de Lima também utiliza estudo de caso, com levantamento de arquivo e físico, além de observações de manifestações comportamentais e de traços físicos, aplicados a quatro conjuntos habitacionais produzidos pela Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul. Os múltiplos métodos de coleta e análise de dados utilizados possibilitaram a complementaridade entre os dados obtidos, assim como é realizado na presente dissertação.

Utilizando o estudo de caso de três obras dos mestres Le Corbusier, Mies Van Der Rohe e Frank Lloyd Wright, o trabalho (e), de Jorge Daniel Villar, objetiva que a confortabilidade no ambiente construído seja predominante na arquitetura. A análise dos estudos de caso concluiu na proposição de uma matriz para um processo metodológico que possibilite uma arquitetura voltada para o conforto. É observada a definição do conceito de conforto e os resultados alcançados.

O estudo (f), de Raquel Regina Martini Paula Barros, é teórico e se baseia no livro “*A pattern language: towns, buildings, construction*” de Alexander et al. (1977), para verificar em que medida os parâmetros selecionados relacionam-se à qualidade espacial do projeto da habitação coletiva, para seu melhor atendimento. Através dessa metodologia, foi apresentada uma proposta de estratégia projetual que relaciona os conceitos humanizadores a propriedades que lhes são inerentes, representando qualidades do ambiente construído que podem resgatar um senso de urbanidade e de habitabilidade. Esse trabalho se aproxima da linha desenvolvida nesta dissertação em três conceitos: conceitos humanizadores, processo de projeto e habitação coletiva.

E, por fim, no trabalho (g), de Gilberto Rangel de Oliveira e Claudia Renata Rodrigues Mont'Alvão, através da aplicação de entrevista semiestruturada a onze profissionais do ramo da construção (nove arquitetos, um engenheiro civil e um designer de interiores), teve como objetivo investigar como esses profissionais desenvolvem seus projetos. Como conclusão apresenta uma lista de atributos que foram identificados como mais importantes no desenvolvimento do design de cozinhas. Foi interesse analisar como a entrevista foi trabalhada e quais os resultados alcançados.

Na categoria Flexibilidade, todos os trabalhos encontrados são teóricos. Basicamente a metodologia utilizada é a análise de projetos já executados, além de sistematização de instrumental sobre flexibilidade, estudo do conceito e sua aplicação, e motivadores da implantação da flexibilidade nos projetos.

Em relação à categoria, Programa Minha Casa, Minha Vida, as publicações também são teóricas, com a metodologia baseada em revisão da bibliografia disponível sobre o assunto, além de acrescentar críticas e considerações feitas pelos respectivos autores.

Como nas últimas duas categorias apresentadas as metodologias não apresentam nenhum tipo de inovação ou relação com a dissertação, não foram analisados os termos utilizados, como nas outras categorias. Entretanto, os resultados foram importantes para a fundamentação e desenvolvimento da pesquisa de forma geral.

Com base nos dados expostos acima, APO é o método mais utilizado na área da arquitetura e urbanismo em estudos sobre a qualidade do ambiente construído, sendo adotado por quatro das publicações selecionadas. Mesmo sendo o método mais utilizado, não significa que seja o mais indicado para todo tipo de pesquisa. Quando o enfoque do trabalho é sobre a percepção e satisfação do usuário, necessita-se de dados mais pessoais e que seja possível captar a subjetividade dos dados. Percebe-se que, quando os métodos de APO adotados exigem maior tempo de aplicação e maior complexidade na análise dos dados obtidos em campo (por exemplo, entrevistas), menor é o número de entrevistados. Dessa forma, caso o interesse seja o perfil do usuário e as características da habitação, a amostra é numericamente reduzida.

Segundo Folz (2008), o usuário participa do processo da APO no processo de levantamento e descoberta de informações sobre o ambiente construído, o que propicia um maior entendimento entre o projetista (arquiteto/designer) e o usuário/morador. Porém, notou-se, nos trabalhos analisados, que o perfil dos entrevistados não é explorado de forma satisfatória; a caracterização do entrevistado e a composição familiar são mais genéricas. Talvez o motivo seja o fato dos muitos métodos aplicados e também muitas unidades pesquisadas. A caracterização dos entrevistados se baseia na descrição do número de famílias na unidade; renda familiar mensal; número de usuários ou média de pessoas em cada habitação; faixa etária (adulto, jovem, idoso); gênero (feminino e masculino); tipo de moradia quando é o foco do trabalho (unidade pulverizada, moradores de conjuntos, moradores de unidades do entorno); tempo de moradia e escolaridade. Com isso, percebe-se que, mesmo o usuário sendo

peça principal para a pesquisa, sua caracterização não é minuciosa, o que poderia enriquecer os resultados e análises caso fosse mais explorado.

Apenas em um trabalho, além de uma descrição mais detalhada da unidade habitacional (com características construtivas, desenho da unidade, orientação solar e alterações já realizadas no imóvel), foi relatado também o perfil de cada morador. A caracterização dos moradores continha idade de cada morador e não apenas do entrevistado, especificidade (por exemplo, no estudo havia uma moradora cadeirante) e estatura. Porém, esse caso trata de uma intervenção ergonômica realizada em somente duas unidades habitacionais.

Woodruff e Gardial (1996) destacam que, nas avaliações realizadas, a participação do usuário se limita aos atributos do produto, ou seja, como o produto responde às suas expectativas. De forma complementar, seria necessário incluir seus objetivos e consequências, o que o usuário espera do produto. No caso de conjuntos habitacionais, como os objetivos e as consequências esperados por vezes não são explicitados, é necessário desenvolver estudos de avaliação de empreendimentos para auxiliar na visualização dos resultados esperados e obtidos, o que culmina em uma relação entre cliente e fornecedor mais próxima (BONATTO, 2011).

Percebendo essa lacuna nos estudos analisados, e também com base nos autores citados anteriormente, a presente dissertação visa a uma maior aproximação das análises do perfil do usuário, seus hábitos, quais os costumes e as práticas sociais que acontecem em cada ambiente da habitação e quais são as necessidades referentes ao espaço, ao layout e ao mobiliário, por exemplo. Para tanto, acrescenta referências das ciências sociais, com enfoque voltado para o indivíduo. O que caminha na mesma linha de pensamento de Kowaltowski e Granja (2011), que acreditam que as avaliações dos valores que as famílias atribuem a elementos da casa são vistas como uma importante contribuição para entender as necessidades do usuário final, preferências e opiniões relacionadas com o ambiente construído.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 A HABITAÇÃO

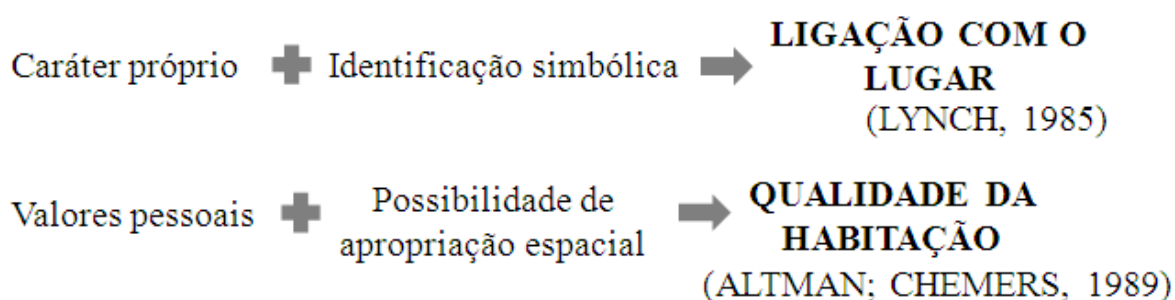
Esta seção visa apresentar como o conceito da habitação é entendido no âmbito deste trabalho. O mesmo está relacionado com o entendimento do espaço físico da habitação e as formas de uso dos ambientes. Na seção seguinte será abordado o conceito do “usuário”, visto como o agente responsável pelas diferentes formas de apropriação da habitação e como se dá sua percepção de qualidade do espaço. Por meio desses dois conceitos, objetiva-se esclarecer o que se entende por habitar e compreender a percepção de qualidade pelo usuário.

A habitação deve suprir as necessidades do ser humano a maior parte possível do tempo. Panero e Zelnik (1998) definem a habitação como um espaço que possibilite ao homem dormir, comer, repousar, meditar, distrair-se, amar, realizar tarefas domésticas, ler, cozinhar, banhar-se e sofrer dos problemas de saúde inerentes ao ser humano. Jorge (2012, p. 488) entende habitação como o abrigo físico para desempenhar atividades, mas que também deve ser “um espaço de trocas familiares, de interação entre os seus membros, de identidade pessoal, de ações desprogramadas”. Villa e Ornstein (2013, p. 114) apontam a evolução da habitação e indicam suas novas designações, “passando a significar a estrutura associativa dos seus habitantes – a família e as relações sociais”. Segundo Bachelard (1978), a habitação é mais do que simplesmente o espaço físico, o que faz com que ela adquira valores além da racionalidade, relacionando essa organização espacial com as várias dimensões do viver. A diferenciação entre espaço e lugar, feita por Tuan (2013), caracteriza o espaço como abstrato, indiferenciado e desprovido de valor. O espaço se transforma em lugar a partir do momento em que é criado algum tipo de vínculo; sendo assim, o lugar é familiar, no sentido de apropriado, e dotado de valor (TUAN, 2013).

Ainda que a habitação tenha como função primordial o morar, ela pode assumir outras funções como trabalho e/ou lazer, a depender das necessidades de quem a habita. Segundo Jorge (2012), o ato de habitar quer dizer “literalmente morar, viver, residir”, que se reflete diretamente no lugar, ou seja, na habitação, que é onde o homem “deixa sua marca pessoal” e expressa seus desejos mais verdadeiros (JORGE, 2012, p. 21). De forma complementar, Villar (2009, p. 188) entende o habitar como derivado de hábito, “o que corresponde ao que habitualmente, frequentemente, costumeiramente se faz. Algo que acontece regularmente ao longo do tempo”.

Para que o usuário reconheça e crie ligação com o lugar, é necessário estabelecer uma identificação simbólica que diferencie o local dos outros, conferindo-lhe um caráter próprio (LYNCH, 1985). Altman e Chemers (1989) acreditam que as relações de apropriação espacial e a capacidade do projeto de incorporar valores pessoais influenciam na qualidade da habitação. Como demonstrado na Figura 11.

Figura 11: Esquema da relação usuário x espaço



Fonte: A autora, 2016

De acordo com a origem etimológica da palavra, habitar significa produzir os meios para “habitar em mim”, “me ter”, “tomar posse de mim mesmo”; sendo assim, produzir a própria identidade (BRANDÃO, 2001). A partir do momento em que o ato de planejar e construir a habitação passou a ser ofício da arquitetura, o usuário é automaticamente afastado do processo de projeto, o que torna mais complexa a adequação da habitação às suas necessidades. Com isso, baseado em estudos consolidados, por exemplo, Gans (1968), Michelson (1968), Rapoport (1976) e Darke (1984 apud LAY; REIS, 2002), uma possível causa dos erros de concepção nos conjuntos habitacionais deriva do pouco conhecimento dos profissionais responsáveis a respeito dos usuários.

Em resposta, o papel do arquiteto deve ser exercido de forma completa e abranger todas as etapas desde a concepção até o projeto do arranjo dos interiores das habitações. Segundo Brandão (2001), a arte e a arquitetura são “instrumentos para a construção de uma vida melhor e mais feliz”, com obras que sejam capazes de refletir os hábitos do morador, seus sonhos e desejos. De acordo com o autor, “a habitação é a ‘promotora’ de identidade pessoal [...] na qual só existe um estilo: o *habitus* do morador, e é este o que nós arquitetos, devemos encontrar”. Para Malard (2001), quando as soluções adotadas, são baseadas apenas na experiência do projetista, são insuficientes já que cada pessoa entende o ato de morar de forma diferente.

De acordo com as mudanças da composição familiar, das atividades realizadas no interior das habitações, dos diferentes equipamentos e tecnologias necessários, o espaço da moradia necessita ser revisto, ou rearranjado em sua organização espacial para se adequar às novas necessidades espaciais utilitárias e existenciais dos usuários, no que tange, minimamente, ao interior e proximidades da habitação.

Com o adensamento das cidades e o elevado valor da terra, a alternativa utilizada tem sido a verticalização e padronização da habitação, sendo adotadas dimensões cada vez mais reduzidas. Segundo Oliveira e Elali (2012, p. 1409, tradução nossa), esses fatores influenciam diretamente no espaço interno dos ambientes, na medida em que não favorece adaptações do espaço às “necessidades/aspirações de seus habitantes”, que culmina no não atendimento da satisfação e qualidade de vida do usuário.

Segundo Tuan (1983), o espaço mesmo que inconscientemente, é modificado pelo homem e sua presença. As diferentes culturas são fatores de grande influência nos esquemas espaciais; entretanto, existe certa unidade na organização espacial, “basicamente derivados da estrutura e valores do corpo humano” (TUAN, 1983, p. 6). Dessa forma, “o homem, como resultado de sua experiência íntima com seu corpo e com outras pessoas, organiza o espaço a fim de conformá-lo a suas necessidades biológicas e relações sociais” (TUAN, 1983, p. 5). Alterações na habitação sejam elas em grande escala (reformas e trocas de revestimentos), ou em escala reduzida (alteração de pintura e elementos decorativos), são naturais e previsíveis; muitas vezes, representam um reflexo da impressão do estilo e características pessoais do morador na habitação (DIGIACOMO; SZÜCS, 2011). Para Tuan (1983), “o espaço é para os seres humanos uma necessidade: biológica (como para todos os animais), psicológica, um requisito social e um atributo espiritual” (TUAN, 1983, p. 9). Assim, novamente é influenciado pelas condições culturais vivenciadas pelo indivíduo de forma particular, o que implica em uma constante dificuldade na definição de quanto espaço o homem necessita para viver confortavelmente, já que está condicionado à aspiração de cada um.

Oliveira e Elali (2012) destacam a necessidade e validade do uso da satisfação com o espaço residencial para que o projeto de arquitetura seja adequado ao usuário, ainda que hoje “isso não tem sido levado em consideração pelos projetistas, e eles não estão muito conscientes do que acontece no ambiente construído e, portanto, a necessidade dos usuários nem sempre são cumpridas” (OLIVEIRA; ELALI, 2012, p. 1409, tradução nossa). Para Kowaltowski e Granja

(2011), ao realizar a avaliação criteriosa das necessidades dos usuários, é possível enriquecer o processo de projeto da habitação social, principalmente no contexto local.

4.2 PERCEPÇÃO DE QUALIDADE PARA O USUÁRIO

Esse item trata como se dá a percepção de qualidade para o usuário, na ótica deste trabalho. Isto é, como acontece a apropriação do interior das habitações, como o espaço é compreendido e usado pelos usuários, e como a qualidade é percebida. Para tanto, serão abordados os conceitos de “qualidade” e de “usuário”. Segundo a definição do dicionário Michaelis, a palavra usuário designa aquele que, por direito proveniente de uso, frui as utilidades da coisa. Assim, entenderemos como usuário qualquer indivíduo que usa o espaço da habitação.

De acordo com a definição legal, residência é o local onde a pessoa mora com intuito permanente, que pode coincidir com o domicílio legal. Diferente das moradas provisórias, como os casos de hotéis ou aquelas temporadas em casa de um amigo ou um parente. A residência exige o intuito de permanência. Assim, um indivíduo pode ter várias residências. Já o domicílio, conforme definição dada pelo Código Civil, pode ser o local onde a pessoa estabelece sua residência definitiva, ou local onde a pessoa exerce suas atividades profissionais. Uma pessoa pode ter vários domicílios. O nosso Código Civil estabelece alguns domicílios legais, independente da residência ou atividade profissional (BRASIL, 2002). Assim, a habitação é entendida no trabalho em concordância com a definição de residência da legislação, onde existe o caráter e a intenção de permanência do usuário para desempenhar o ato de morar.

Cada usuário possui características próprias como, por exemplo: idade, gênero, grau de instrução, valores adquiridos a partir de cada cultura. Assim, podemos nomear essas características de valores socioculturais. Fundamentado no fato de que o uso dos espaços geralmente é influenciado pelos valores socioculturais, aponta-se como necessário o conhecimento sobre esses valores para que seus hábitos e costumes sejam compreendidos e aplicados à habitação. Assim, seria possível projetar os ambientes de forma mais adequada às formas de uso de determinada população.

Em seus estudos, Tuan (1983) cita um exemplo chileno de conjunto habitacional, projetado segundo padrões da classe média. Esse conjunto não obteve sucesso já que os hábitos da população a qual era destinado eram diferentes. Como consequência, os usuários se sentiram insatisfeitos com a proposta e realizaram algumas mudanças que alteraram o funcionamento proposto em projeto, inclusive a organização espacial da habitação. Nisso, aponta-se que a qualidade é percebida quando está em consonância com os interesses e hábitos de seus usuários.

Rheingantz e Pedro (2013, p. 61, grifos do autor), ao tratar da avaliação da qualidade da habitação, definem o termo qualidade como:

Qualidade tanto pode ser entendida como *propriedade inerente a um objeto ou ser, condição natural das pessoas ou coisas pela qual se distinguem de outras, essência, natureza*; pode ter diferentes conotações, como um valor – excelente, superior, boa, regular, ruim etc. –, uma propriedade física – largura, altura, forma etc. –, uma qualidade perceptiva desprovida de materialidade – cor, cheiro, textura, sabor etc. – ou *algo substancial que determine o interesse a seu respeito* (sem o qual, portanto, não seria objeto de acordo, contrato, litígio etc.).

Para tratar da qualidade da habitação, utilizaremos também a satisfação residencial que, baseado em Amérigo (1995 apud VILLA; ORNSTEIN, 2013, p. 16) é:

(...) um resultado afetivo, uma resposta emocional ou uma consequência de caráter positivo que provém da comparação entre o ambiente residencial e a própria situação do sujeito. Todo ele considerado um processo cíclico e dinâmico, em que a pessoa vai se adaptando a cada situação residencial concreta.

Gonçalves (2002) observa que a pintura e a troca de revestimento são comumente usadas pela população para diferenciar a habitação em construções repetitivas. Essa apropriação e modificação da habitação são importantes para o usuário e para a determinação de qualidade. Quanto mais a habitação tiver condições de favorecer esse processo, mais facilitada será sua apropriação e, conseqüentemente, a percepção da qualidade. A partir disso, trabalharemos com o argumento de que a apropriação do espaço, independente de sua escala, é importante para a população e é desejável que seja favorecida pelo projeto arquitetônico.

No Brasil, as taxas de satisfação do usuário de forma geral são altas, porém, deve-se analisar tendo em vista que essa percepção da qualidade é afetada pelas condições da habitação anterior (KOWALTOWSKI et al., 2006). Além disso, Elali e Pinheiro (2013) enfatizam que, a partir da adaptação das pessoas aos ambientes, as mesmas podem ter uma visão menos crítica sobre o local. Os autores demonstram essa situação com base em suas próprias experiências. Por exemplo: (1) pesquisador tem dificuldade de passar por uma porta muito baixa, o que demonstra a altura inadequada da porta; (2) habitações localizadas próximas a cone de vôo de aeroportos ou próximas a linha férrea, onde a presença constante de barulho externo parece não afetar os usuários, enquanto os pesquisadores se mostram incomodados. Este fato também foi comprovado durante o trabalho de campo realizado. Algumas casas, que permanecem fechadas constantemente, entre outros fatores para privacidade dos moradores, apresentam cheiro de mofo. Assim, a permanência do pesquisador pelo tempo necessário para aplicação das técnicas era dificultada; entretanto, os usuários pareciam não notar o cheiro.

Durante as análises, todos esses fatores são levados em consideração para que a avaliação da percepção não fosse comprometida. Dessa forma, os dados foram devidamente interpretados, baseado nesses conhecimentos. O termo qualidade da habitação será entendido no trabalho como o atendimento às necessidades dos usuários no espaço interno da habitação. Portanto, um grau de qualidade da habitação será satisfatório na medida em que o arranjo espacial interior da unidade for além do essencial para a usabilidade do espaço e contemplar também os requisitos existenciais dos indivíduos, entre eles, os valores sociais e culturais.

4.3 PRÁTICAS SOCIAIS

O conceito de práticas sociais é ambíguo e muitas vezes o termo é utilizado indiscriminadamente entre os pesquisadores (SÁ, 1994). Trindade (1998, p. 3) argumenta que ocorre uma “naturalização das práticas sociais”, como se todos tivessem chegado a um “consenso implícito” e não fosse necessário defini-las devido ao risco de redundância. Entretanto, este capítulo apresenta diferentes definições baseadas nos estudos de diferentes autores e pretende delinear o conceito utilizado no trabalho.

Em geral, segundo Bourdieu (2009, p. 135), práticas sociais são definidas como “aptidões sociais, variáveis no tempo e no espaço, transferíveis, não estáticas, no interior e entre

indivíduos da mesma classe e que fundamentam os distintos estilos de vida”. Em outra publicação, Bourdieu (1989, p. 261) apresenta a definição de práticas sociais sendo:

o produto de uma relação dialética entre a situação e o *habitus*, entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funcionam em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações e torna possível cumprir tarefas infinitamente diferenciadas graças à transferência analógica de “esquemas” adquiridos numa prática anterior.

Segundo Bourdieu (1989), as ações dos indivíduos não são atos simplesmente racionais ou mecânicos. O autor defende a ideia de ações voluntárias limitadas por pressões objetivas. Baseado no exposto anteriormente, uma das bases do pensamento de Bourdieu é o conceito de *habitus* considerado por ele essencial para o “funcionamento sistemático do corpo socializado” (BOURDIEU, 1989, p. 64). A partir do *habitus*, os atores sociais desenvolvem diferentes estratégias para exercer as práticas sociais nos diversos contextos e, naturalmente os modificam, através de suas práticas incessantes (SOUZA; LUCAS; TORRES, 2011).

Para complementar o conceito com outras visões, primeiramente Giddens (1984, p. 67), afirma que as práticas sociais podem ser “procedimentos, métodos ou técnicas hábeis executados apropriadamente pelos agentes sociais”, sendo que elas se alteram tanto no tempo quanto no espaço e são consideradas “herança de tradições, normas, regras e rotinas geradas e repetidas nas atividades diárias, que alcançam, assim, o caráter de algo legítimo”. Já Reckwitz (2002, p. 245) entende prática como “um tipo de comportamento rotinizado o qual consiste em diversos elementos, interconectados uns aos outros”.

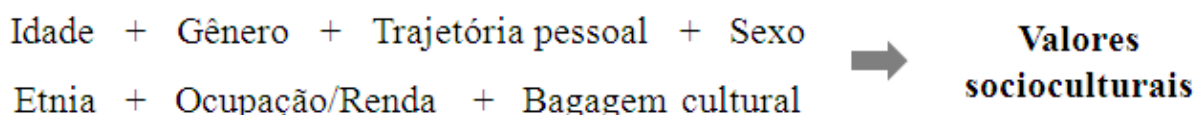
As práticas sociais resultam de ações realizadas por um grupo, baseadas em suas intenções, valores, atitude e crenças, das relações internas e externas a agrupamentos sociais, e dos contextos de interações (SOUZA; LUCAS; TORRES, 2011). Segundo os autores, as práticas são atividades reais, desde as cotidianas até as mais inovadoras; assim, representam as manifestações culturais que, conseqüentemente são influenciadas por contextos e momentos históricos diferentes, interferindo na forma de agir dos atores sociais. Diante disso, a depender de sua natureza, podemos considerá-las como manifestações culturais tradicionais ou inovadoras.

Nesta definição, o termo práticas sociais está interligado ao termo organização, sendo que as práticas são as ações realizadas nas organizações, enquanto as organizações possibilitam a existência das práticas sociais. Práticas sociais são basicamente as construções dos atores sociais que, ao exercer as práticas, moldam e transformam os diferentes contextos de interação (SOUZA; LUCAS; TORRES, 2011).

Segundo Bertoncele (2013), o que estrutura as práticas sociais é a modalidade de apropriação do capital, ou seja, dependendo da trajetória pessoal, o mesmo tem determinada percepção, ação e avaliação, o que reflete e configura seus *habitus*. Outro fator que afeta diretamente as práticas sociais são o gênero e a idade do indivíduo, independente da classe social; a idade inclusive pode ser definida como um “princípio conformador” das práticas sociais (BERTONCELO, 2013, p. 198).

Para compreender o desenvolvimento das práticas sociais e o comportamento no ambiente, é necessário considerar também dimensões diferenciadas como ciclo de vida, sexo, etnia, ocupação, renda (RAPOPORT, 2003). Da mesma forma, os fatores culturais também podem afetar a cognição e as avaliações afetivas do sistema de espaços e, portanto, seu uso (BASSO, 2001). No esquema da Figura 12 estão demonstrados os fatores que interferem nos valores socioculturais, como chamado no trabalho.

Figura 12: Esquema dos valores socioculturais



Fonte: A autora, 2016

A interação entre os usuários da habitação é influenciada pela privacidade nos diversos cômodos da casa. A definição de privacidade muitas vezes tem discordâncias. Segundo Gambim (2007), privacidade é a habilidade do indivíduo em controlar as interações. Sendo assim, por exemplo, a relação do casal, a brincadeira das crianças ou uma simples conversa com amigos será diretamente influenciada pelo isolamento acústico das paredes, entre outros fatores. Essas práticas sociais podem ser alteradas ou até mesmo inibidas a depender das condições físicas que contribuem ou anulam a privacidade dos moradores.

Apesar das diferenças nas definições de cada autor, todos remetem as práticas sociais ao mesmo conceito de regularidade, sendo esta sua particularidade. Para reforçar essa ideia,

Cohen (1999) considera que práticas sociais são atividades humanas recorrentes, baseadas em significados institucionalmente compartilhados.

A questão do espaço, ou seja, onde as práticas sociais estão sendo exercidas e também as influências culturais são fatores de preocupação já que a depender do contexto, se manifestam de formas diferentes. Frente a isso, Souza, Lucas e Torres (2011, p. 16) afirmam que “as práticas sociais são manifestações culturais por refletirem não só a capacidade de os atores organizacionais reproduzirem os significados dos modelos sociais, como a capacidade desses atores agirem e modificarem esses próprios modelos e seus contextos”.

Baseado em outros autores, “as práticas sociais se referem a um processo interativo em que sujeito, objeto e grupo social não podem ser considerados isoladamente” (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2000, p. 9). É através dessas interações que as práticas são consolidadas e adquirem significados dotados de valor e afeto para determinado grupo social.

Apesar das muitas definições de práticas sociais, todas elas descrevem pelo menos parte do mesmo fenômeno, que a depender da “ótica particular do pesquisador, integrando suas preferências teóricas e metodológicas, incorporará em sua conceituação este ou aquele elemento, priorizará este ou aquele aspecto, produzindo concepções as mais diversas.” (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2000, p. 9). Assim, as práticas sociais são influenciadas pelos valores socioculturais

Para que fosse possível observar as práticas sociais no empreendimento elencado como objeto de estudo do trabalho, foi utilizada uma abordagem pluri-metodológica para se atingir o objetivo do trabalho. Segundo Almeida, Santos e Trindade (2000, p. 9), para “apreender, ao menos em parte, a dinâmica de uma realidade complexa requer, por vezes, ‘olhar’ o objeto de pesquisa em ângulos diversos”.

5 VANTAGENS E DESVANTAGENS DAS TÉCNICAS UTILIZADAS

Neste item serão mostradas as vantagens e desvantagens das técnicas utilizadas na pesquisa. É importante frisar que a multidisciplinaridade enriqueceu o trabalho no sentido de agregar diversos olhares em um mesmo estudo. Essa multidisciplinaridade foi possível devido à influência do EEI-AUR/UFJF, onde pesquisadores de diversas áreas se juntaram para analisar o mesmo objeto de estudo. Destaca-se a técnica do “Percurso Comentado”, fruto da influência das Ciências Sociais no EEI-AUR/UFJF, que possibilitou captar os aspectos mais subjetivos presentes nas falas dos moradores.

A aplicação das técnicas requer que se entre nas habitações, e que sejam feitas perguntas de cunho pessoal e fotografias dos ambientes. Com isso, foi percebida inibição entre os entrevistados, principalmente por receio de retaliação por outros usuários do condomínio.

Na realização da aplicação piloto, os pesquisadores estiveram em campo e aplicaram as técnicas em uma habitação. A ordem de aplicação das técnicas, a princípio era: entrevista semiestruturada, *walkthrough* e levantamento arquitetônico. Observou-se que a realização da entrevista antes das outras técnicas poderia influenciar e induzir as respostas dos usuários. Esse fato levou a inversão das duas primeiras técnicas, ou seja, primeiro foi realizado o *walkthrough*, seguido da entrevista semiestruturada e do levantamento arquitetônico, o que proporcionou maior liberdade e espontaneidade.

O *walkthrough* foi importante para a pesquisa por possibilitar compreender o olhar do usuário, sem intervenção ou indução do pesquisador. Destaca-se que, em algumas entrevistas, o usuário deixou de mencionar algum cômodo da habitação. A título de exemplo, o banheiro e a área de serviço não foram apresentados em algumas ocasiões. Esse fato chamou a atenção dos pesquisadores pela suposta falta de envolvimento do usuário com o ambiente.

Na aplicação da entrevista semiestruturada, através do estímulo aos entrevistados com as perguntas, foi possível aprofundar no foco da pesquisa: o uso dos espaços e a relação dos usuários com a habitação. Entretanto, em alguns casos, os usuários direcionaram mais suas respostas para o que eles sentem de incômodo a respeito da habitação. Apesar de esse ponto ser importante para a pesquisa, outros aspectos também estavam sendo analisados.

O quadro de caracterização dos usuários foi importante na fase de análises para identificar o perfil do usuário e relacionar, inclusive a condição financeira da família a características da

habitação e o modo de morar. O quadro levantou as seguintes informações: número de usuários, renda familiar, especificidades (dificuldade de locomoção, doença mental, idoso), núcleo familiar (um núcleo ou mais de um núcleo, com breve descrição da composição familiar), posição da habitação (bloco isolado ou justaposto), e dia e horário de aplicação da entrevista. Indica-se esse quadro como um ponto a ser aprimorado. Seria recomendável aprofundar nas características e necessidades de todos os usuários da habitação. Por exemplo, a idade de todos os usuários; atividades que desenvolvem em cada ambiente; atividades que gostaria de realizar, mas não tem espaço ou estrutura suficiente. Assim, além do perfil do entrevistado, as necessidades específicas de todos os usuários da habitação seriam mais detalhadas, o que leva ao enriquecimento do trabalho e das análises.

O levantamento arquitetônico permitiu que os pesquisadores tivessem todos os dados das habitações analisadas, o que evitou esquecimento e necessidade de revisitas a campo. Ainda que alguns pontos só tenham sido percebidos na fase de análises, foi possível comprovar através desse registro das informações. O levantamento do layout, com o dimensionamento de todos os móveis da habitação e seu posicionamento no cômodo, possibilitou chegar a conclusões sobre as medidas dos móveis, espaços de circulação, quantidade de móveis em cada cômodo, entre outros. Esse levantamento foi imprescindível para analisar e demonstrar os conflitos arquitetônicos. A sistematização fotográfica comprovou e ilustrou as situações analisadas.

O método se mostrou eficiente, já que a investigação por meio das diferentes técnicas permitiu perceber as formas de apropriação do espaço pelos usuários, bem como as especificidades de uso dos ambientes. Também foi possível revelar as dificuldades e particularidades percebidas em cada atividade. Cabe ainda mencionar a importância da percepção do pesquisador neste processo, dado que sua atenção técnica durante as investigações in loco corroborou para as sistematizações e análises em todos os momentos do trabalho.

6 ANÁLISES E AVALIAÇÕES

6.1 Análises

Como mencionado no capítulo sobre os Procedimentos Metodológicos, foi utilizado um conjunto de técnicas, são elas: *walkthrough*, entrevistas semiestruturadas, levantamento arquitetônico, caracterização dos usuários e sistematização fotográfica. A partir da leitura das transcrições das entrevistas e do *walkthrough*, foi possível destacar nas falas dos usuários os pontos positivos e negativos que geram implicações no uso dos espaços (Quadro 4).

As colunas relacionadas aos pontos positivos e negativos refletem situações onde as necessidades dos usuários foram atendidas, ou não, pelo projeto arquitetônico-funcional e configuração do arranjo interior para os espaços da habitação. Assim, são analisados quais os pontos referentes ao cotidiano, hábitos, questões culturais e necessidades de uso dos usuários são atendidos e quais não são. O quadro analítico sintetiza quais, quando e como os pontos interferem no cotidiano dos usuários.

Posteriormente, baseado nas “sutilezas” das falas e na vivência dos pesquisadores nas habitações investigadas, são listados os pontos “conflitos percebidos” descritos pelo pesquisador (Quadro 5). Apesar de ser uma interpretação do pesquisador, também está baseado em relatos e no modo de vida dos usuários. Assim, a partir das fotografias obtidas na sistematização fotográfica, foi possível, para além de ilustrar as situações, também corroborar para conclusões relativas aos pontos analisados. O pesquisador emitiu parecer de sua percepção individual sobre os fatos apenas no momento de sintetizar os dados, enquanto técnico. Buscou, por meio da linguagem neste texto, expressar sua percepção durante as entrevistas/visitas, que deram indicativos do que os usuários indicaram por meio de linguagem não verbal, por não conseguirem manifestar verbalmente. Por exemplo, as situações em que a posição do mobiliário impedia parcialmente a abertura de portas e janelas foram identificadas como conflito arquitetônico; entretanto, os usuários não manifestaram verbalmente esse ponto negativo. Como o olhar do pesquisador estava calibrado para perceber os pontos negativos, os pontos positivos foram suprimidos dessa tabela.

Como forma de comprovação, em ambos os casos, foram utilizados trechos da transcrição das entrevistas ou fotos das habitações, a depender de cada caso, para melhor demonstração.

Foram construídos dois quadros de análise: o primeiro baseado nos depoimentos dos usuários e o segundo na percepção do pesquisador. Através do cruzamento das informações coletadas

pelas visitas in loco e, como os pontos de vista de entrevistados e pesquisador são complementares, foi possível sistematizar os dados e proceder uma análise crítica única, mas preservando as categorias.

No Quadro 4, destaca-se que: (1) na categoria mobiliário são apresentados os conflitos arquitetônicos que se relacionam diretamente com o mobiliário, como o mesmo interfere no uso dos espaços e suas limitações; (2) na categoria insegurança foram reunidos tantos os conflitos de insegurança física (banheiro não adaptado, falta de box, falta de instalação do piso, área de serviço com vão aberto sem nenhum tipo de vedação e piso derrapante), quanto o conflito de insegurança social (janela devassada); (3) na categoria tamanho/configuração dos cômodos foram descritos os conflitos gerados pela dimensão do cômodo insuficiente para realização das atividades ou configuração do cômodo que não permite sua total utilização e (4) na categoria detalhes gerais do projeto arquitetônico são descritos os fatores que de alguma forma interferem e prejudicam o uso pleno dos espaços e a satisfação dos usuários.

Quadro 4 – Análise dos espaços (visão dos usuários)

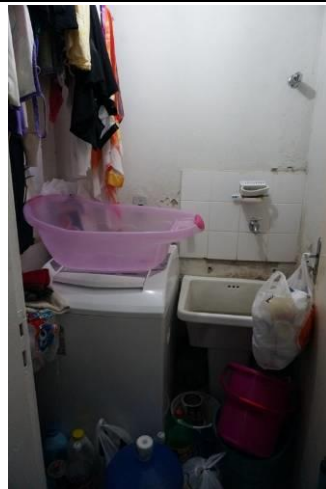
Categorias de análise	Pontos positivos	Pontos negativos	Implicações	Falas dos usuários / Foto
Mobiliário		Espaço inexistente para mesa de refeições	Refeição realizada em local inadequado	<i>ah pra fazer a refeição aqui é complicado porque aqui não cabe mesa nessa cozinha ai eu fico todo mundo faz um balcão ali assim eu não fiz ainda... ai come assentada assim a minha filha come ali põe o prato ali e eu e meu filho come com o prato na mão sentado no sofá mesmo (moradora da terceira rua, pavimento superior).</i>
		Impossibilidade de uso dos móveis da habitação anterior	Como a habitação atual é menor do que a anterior, os moradores não conseguem utilizar os antigos móveis	<i>A:::: e lá também tinha mais móveis tinha móveis aqui já não dá igual o armário que tinha lá aqui já não deu pra trazer porque a cozinha lá era bem maior então assim a questão dos móveis também que eu tive que desfazer pra HAbitar aqui que é menor entendeu? É isso ai... (morador da terceira rua, primeiro pavimento).</i>
			Gasto extra com aquisição de móveis novos	

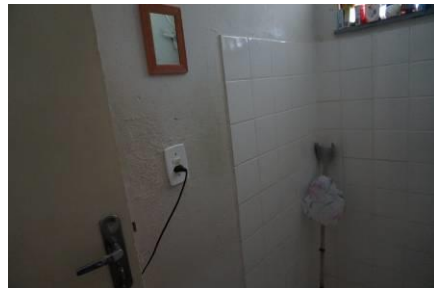
Insegurança		Falta do piso nos quartos e na sala	Prejudicial para limpeza e segurança	
			Durante varreção libera um pó prejudicial que provoca problemas respiratórios	
			Desagradável esteticamente	
		Janelas devassadas	Falta de privacidade	<i>as cortinas também foi tudo eu que pus comprei as coisas porque eu não gosto de... como é muito pertinho todo mundo vê lá de fora néh:: então assim você fechando a cortina não tem como a pessoa ver néh:: porque também mesmo se a gente fechar a casa toda dá pra ver néh:: eu até troquei não sei se você percebeu o vidro da minha porta</i> <i>(moradora da segunda rua, pavimento superior).</i>
			Comprometimento do conforto higrotérmico e visual, mofo, escuridão	
			Esquadrias com vidro totalmente transparente	

			permitem a visualização da habitação	
		Piso derrapante	O piso instalado é derrapante, o que gera riscos principalmente para deficientes, gestantes, idosos e crianças	<i>não deveria ter colocado esse piso desse jeito... no banheiro... Deveria ter colocado um piso “derrapante” pelo menos pras pessoas deficientes... (moradora da primeira rua, pavimento térreo).</i>
		Banheiro com caimento do piso insuficiente	Dificuldade de manutenção	<i>o caimento da água do banheiro que se você vai lavar o banheiro cai tudo na sala (moradora da terceira rua, pavimento térreo).</i>
			Risco de queda principalmente para criança, idoso, gestante e deficiente	
		Banheiro sem box	Dificuldade de manutenção	<i>a gente pretende pintar as paredes da sala tirar essas cor que tão feias e no banheiro... mexer mais é no</i>

			Banheiro constantemente molhado	<i>banheiro... porque o banheiro a gente toma banho e molha do lado de fora e é perigoso porque escorrega bastante esse banheiro...</i>
			Risco de queda principalmente para criança, idoso, gestante e deficiente	(moradora da primeira rua, pavimento térreo).
Tamanho/configuração do cômodo	Cozinha com boa vista (no caso das habitações no bloco isolado da primeira rua)	Inexistência de barreira física entre sala e cozinha	Desagradável esteticamente	<i>é porque eu acho muito feio a sala assim tudo assim... Porque fica assim tudo direto... E às vezes eu to ali na cozinha eles botam a cara e ficam assim me dão cada susto que eu não gosto... Pelo menos tendo uma “paredinha” eles não vão ficar querendo me dá susto porque não vão me ver entendeu? Ainda mais quando eu to na cozinha... Se eu ficar daquele lado ali não dá pra me ver mas se eu tiver desse lado aqui... eles me vêem...</i>
			Falta de privacidade	
			Prejudicial para o preparo dos alimentos	(moradora da primeira rua, pavimento térreo).

	Posição do fogão (próximo à janela), próximo a pia e a geladeira na cozinha agradam aos moradores	Cozinha muito pequena	Não comporta atividades laborais necessárias a muitas famílias	<i> você vê... a cozinha não cabe nem o fogão mas tá bom não tô reclamando não mas eu sinto falta de uma cozinha você acredita? Eu sinto falta de uma cozinha se eu pudesse modificar alguma coisa eu queria ter uma cozinha porque eu sou apaixonada com cozinha eu GOSTO de cozinha então não tem aquele espaço entendeu? Eu gosto de cozinha (moradora da terceira rua, primeiro pavimento).</i>
	Pé direito é considerado confortável, principalmente comparado ao de algumas habitações anteriores			

		Área de serviço - muito pequena	Não comporta todos os equipamentos necessários	
		Quarto não possui interruptor próximo a cama	Entrevistada deixa de ler a noite por ter que levantar e apagar a luz	<i>eu queria ver se eu puxava também um fio de luz ((para perto da cama)) pra eu mesma apagar... Se eu quiser ficar vendo, eu gosto muito de ler... só não leio porque ta longe a luz de mim entendeu?</i> (moradora da primeira rua, pavimento térreo).

		Banheiro não adaptado (mesmo quando destinado a deficientes)	Risco e dificuldade ao utilizar o ambiente	<i>é... então porque eles deveriam ter colocado pra mim já que me ligaram e falaram que eu tinha recebido a casa do MCMV pra deficiente e me perguntaram qual o tipo de deficiência, ai eu falei que usava duas muletas... Ai eu imaginava néh... que como por ser deficiente eles deveriam ter colocado néh... Um piso “derrapante” no banheiro pelo menos e as barras entendeu?</i> (moradora da primeira rua, pavimento térreo).
Detalhes gerais do projeto arquitetônico		Banheiro com azulejos instalados apenas nas duas paredes que molham mais	Dificuldade de manutenção	
			Gasto extra do usuário para realizar o restante da instalação	
		Garagem - piso de terra batida	Dificuldade de manutenção	<i>É de lá de fora da garagem porque quando chove enche de barro a casa... entendeu? Não tem como as crianças passam dentro da garagem eu falo com eles passa né tem aquele pedacinho aí eles têm que passar</i>
			Sujeira é levada para dentro da	

			habitação, principalmente em dias de chuva	<i>lá no barro... aí eu não gosto desse pedacinho ali de fora não... mas aqui dentro eu gosto de tudo eu gosto...</i>
			A maioria dos entrevistados manifestou a vontade de cimentar a área	(moradora da primeira rua, pavimento térreo).
		Espaço para apenas um carro na frente de cada sobrado	Indefinição quanto à propriedade do espaço	<i>a garagem aqui a gente usa é rotativa aqui o carro que entrar aqui põe o que tiver que sair sai não tem ninguém que tem garagem aqui não eu não implico com ninguém de colocar o carro aqui sai e entra a hora que quiser</i> (moradora da terceira rua, pavimento térreo).
		Portas consideradas estreitas	Prejudicial para deficientes, gestantes e idosos	<i>não por enquanto tá legal cara... tipo assim tá boa pra mim porque eu pensei no caso... se eu fosse cadeirante... Essa casa já não ia dar pra mim entendeu? Teria que ser umas portas mais largas...</i> (moradora da primeira rua, pavimento térreo).

Fonte: Resultado da pesquisa, 2015

Quadro 5 – Análise dos espaços (visão do pesquisador)*

Categorias de análise	Conflitos percebidos	Implicações	Falas dos usuários / Foto
Mobiliário	Dimensão/posição do móvel dificulta a abertura de porta/janela	Estrangulamento da passagem	
	Dimensão/posição do móvel dificulta sua utilização	Impedimento da utilização de algum compartimento	
		Subutilização do móvel	

	Dimensão/posição do móvel dificulta a circulação	Prejudicial para a circulação no cômodo	
Insegurança	Área de serviço - vão sem esquadria ou grade	Insegurança	
		Usuários precisam retirar objetos da área à noite e trancar a porta	
		Gasto extra com instalação de grade	
		Presença de bichos (aranhas, lagartixas, lacraias)	
Tamanho/configuração do cômodo	Área de serviço sem espaço apropriado para instalação de varal	Varal passa a ser improvisado em locais inapropriados	

	Dimensão do cômodo insuficiente para realização da atividade	Conflitos de uso para o ambiente conforme projeto arquitetônico	
Detalhes gerais do projeto arquitetônico	Casa sem barreira física/sem espaço intermediário entre o público e o privado	Pessoas jogam lixo na garagem	
		Crianças não podem brincar sozinhas	
		Não entendimento entre público e privado	

Fonte: Resultado da pesquisa, 2015

*Os pontos positivos não se aplicam nesse caso já que o olhar do pesquisador foi calibrado para perceber os pontos negativos.

Os pontos “conflituosos” destacados pelos usuários, por revelarem situações críticas no uso dos espaços, possibilitaram o apontamento dos conflitos arquitetônicos que, como apresentado no capítulo sobre os Procedimentos Metodológicos no subitem de Correlacionamento e Planejamento dos Métodos, reúnem todas as situações de incômodo no uso dos espaços. Esses incômodos podem ser de natureza física (mobiliário, tamanho dos cômodos, insegurança, projeto arquitetônico) ou psicológica (insegurança).

Nesse momento serão apresentados os conflitos arquitetônicos relacionados às categorias de análise, seguido da visão do pesquisador.

1. Conflitos com o mobiliário

Como a dimensão do mobiliário é maior do que o comportado pelo ambiente, por vezes o mesmo prejudica a abertura de portas e janelas. Além disso, seu posicionamento dificulta a passagem dos moradores. Em alguns casos, os compartimentos do mobiliário (gavetas e portas, por exemplo), não são utilizados plenamente visto que sua abertura é impedida pelo posicionamento de outros móveis.

O espaço da sala não é suficiente para comportar sofá e mesa de refeições. Sendo assim, o usuário opta por qual mobiliário é mais importante para a família. Dessa forma, no caso de inexistência de mesa de refeições as mesmas são realizadas em locais inapropriados, como no tapete da sala, no sofá ou no quarto.

O mobiliário foi verificado como um dos grandes geradores dos conflitos arquitetônicos. Nas lojas moveleiras populares, onde os usuários podem utilizar o crédito do programa “Minha Casa Melhor”, são oferecidos móveis que não condizem com suas necessidades e seguem os mesmos padrões dos móveis produzidos para classes com maior poder aquisitivo, ou seja, com grandes dimensões. O problema observado em relação aos móveis toca seu dimensionamento (muito grande) e sua função exclusiva. Seriam necessários móveis mais versáteis e que acumulassem mais de uma função. Da forma como proposto são insuficientes para atender a demanda dos usuários.

Além disso, o estudo do layout em fase de projeto também precisa ser mais elaborado. No caso de quatro usuários, a habitação atende bem às necessidades dos usuários. Porém, em muitos casos as habitações contam com um número maior de usuários. É preciso que o projeto, ao dimensionar os quartos, por exemplo, indique opções de layout que acomode adequadamente um maior número de usuários.

Da mesma forma, o layout da sala deve apresentar soluções para o posicionamento da mesa de refeições, sem ser necessário abdicar do sofá, já que ambos são importantes para as atividades desenvolvidas diariamente pelos usuários. Visto que a habitação é dimensionada para uma família de até quatro pessoas, o mínimo considerável é que a sala ou a cozinha comportem uma mesa de quatro lugares.

2. Conflitos de insegurança

Todas as janelas e a porta de entrada da habitação são de esquadria com vidro totalmente transparente. Aliado a esse fato, a inexistência de separação (muro, grade, varanda, jardim, etc.) entre o ambiente privado e o ambiente público fazem com que a habitação esteja totalmente devassada. Os moradores optam por instalar cortinas em todos os cômodos e mantêm as janelas constantemente fechadas. Esse conflito gera falta de privacidade, comprometimento do conforto higrotérmico e visual, mofo e escuridão.

O banheiro foi apontado pelos usuários como local de insegurança física. O caimento do piso não é adequado e, aliado a inexistência de box, está constantemente molhado. Além disso, o piso entregue é derrapante, o que é agravado pelos fatos descritos anteriormente.

Na Fase 1, o PMCMV realizou a entrega das habitações sem instalação do piso nos quartos e na sala. Como se trata de um empreendimento destinado a famílias de zero a três salários mínimos, a instalação do piso representa um gasto extra, incompatível com o orçamento da maioria das famílias. Em alguns casos, em virtude da instalação inadequada do piso, por falta de recursos financeiros suficientes, o mesmo está soltando e representa perigo para os usuários. Em outros casos os usuários não tiveram condições de instalar o piso, o que dificulta a manutenção dos ambientes e contribui para problemas respiratórios pela poeira gerada durante a varreção.

A área de serviço foi entregue com um vão de iluminação e ventilação totalmente aberto, sem nenhum tipo de vedação. Todos os usuários que tiveram condições financeiras, já instalaram grade ou janela no local. Entretanto, alguns ainda não puderam executar essa reforma; assim, é necessário, todas as noites, recolher todos os objetos deste compartimento e trancar a porta da área de serviço para que a habitação possa estar protegida.

O projeto deveria conter elementos para proteger as habitações do nível térreo da visão dos pedestres. Por exemplo, o piso térreo poderia ser um pouco elevado em relação à rua ou o peitoril das esquadrias serem mais altos para bloquear a visão exterior. Além disso, existem

outros tipos de esquadrias que não são de vidro totalmente transparente, que são mais indicadas e podem proteger visualmente o interior da habitação.

Deveria ser adotada outra solução para o vão da área de serviço. A simples instalação de uma grade no local garante a ventilação e iluminação necessárias e, ao mesmo tempo, protege fisicamente os usuários.

3. Conflitos de tamanho/configuração dos cômodos

Os cômodos não possuem dimensão suficiente para colocação de todos os móveis e equipamentos para realização das atividades necessárias. Por exemplo, escrivaninha para estudos; cama para todos os membros da família; local para varal; entre outros. Os cômodos que receberam maiores reclamações quanto à dimensão foram a área de serviço e a cozinha. O espaço para estender roupas é inexistente; assim, os moradores recorrem a soluções alternativas como varal de chão, varal de teto e uso do parapeito da escada como varal.

Uma usuária entrevistada apontou insatisfação por conta do layout do quarto. Com a configuração, o posicionamento da cama está longe do interruptor. Assim, a usuária gostaria de realizar leituras durante a noite, mas não consegue por ter que levantar e apagar a luz. É importante ressaltar que, nesse caso, a usuária possui dificuldade de locomoção e utiliza muletas.

O banheiro não é adaptado para deficientes, mesmo nas habitações destinadas para esse nicho. Além dos problemas de insegurança já relatados, uma usuária indicou a necessidade de instalação de barras de apoio nos banheiros. A não observação desses pontos leva a insegurança no uso e dificuldade de manutenção, já que o banheiro necessita de secagem constante. Nas fotografias obtidas pela sistematização fotográfica foram registrados dois casos em que o rodo está no banheiro, o que indica sua utilização frequente nesse local.

A inexistência de barreira física para dividir a sala da cozinha desagrada esteticamente os usuários. A habitação fica exposta visualmente e é prejudicial para o preparo dos alimentos, já que interfere na limpeza da sala, principalmente durante o preparo de certos tipos de comidas, como frituras.

Como indicado no item anterior, a elaboração do layout em fase de projeto é necessária. Deve ser indicado o posicionamento de todos os móveis usados pelos usuários e também serem observadas as atividades realizadas, considerando inclusive a variação no número de usuários.

O projeto das habitações reservadas para deficientes físicos requer diferenciais em relação às outras habitações. Os pontos atendidos pelo projeto são: habitações que estejam no pavimento térreo e na primeira rua, para facilitar o acesso. Porém, outros pontos também precisam de atenção, como: instalação de barras de apoio, portas mais largas, piso não derrapante, dimensão do banheiro adequada para que uma pessoa em cadeira de rodas possa ser auxiliada para tomar banho; além de condições adequadas para acessibilidade nas calçadas de acesso nos espaços externos.

O modelo de cozinha americana adotado no projeto não agrada esteticamente os usuários, como relatado nas entrevistas. Além de não atender às práticas sociais dos usuários, principalmente durante o preparo dos alimentos e manutenção da habitação.

A forma construtiva adotada é inflexível, os ambientes assumem apenas uma determinada função, enquanto poderiam ser multiusos; soma-se a rigidez do layout e o mobiliário simplório oferecido pelas lojas moveleiras populares.

Dois critérios foram apontados pelos usuários como positivos. Apesar da grande reclamação quanto ao tamanho da cozinha, os usuários elogiaram a disposição dos equipamentos (geladeira, fogão e pia), por ser funcional e prática. Outro ponto positivo destacado foi a vista da cozinha das habitações da primeira rua (blocos isolados), tida como agradável e relaxante. O pé direito também é um ponto positivo já que é considerado alto, no relato a usuária indicou que a casa anterior tinha pé direito muito baixo e isso a incomodava.

4. Detalhes gerais do projeto arquitetônico

A habitação não possui barreira física com a rua, o que dificulta o entendimento entre o que é espaço público e o que é espaço privado. Não está delimitado claramente a quem pertence a área em frente ao sobrado, o que gera conflitos entre os usuários. Alguns usuários entendem o espaço como comum, e que as vagas são rotativas, podendo ser usadas por qualquer pessoa. Outros se apropriam do espaço, realizando inclusive fechamento com muro ou grade para delimitar o território. Dessa forma, o pavimento térreo é favorecido com essa área de expansão, enquanto o primeiro pavimento não apresenta essa possibilidade. Além disso, a falta de fechamento prejudica a privacidade dos moradores; os pais se sentem inseguros em permitir que as crianças brinquem em frente à habitação e os usuários relatam que outros moradores jogam lixo no espaço a frente do sobrado.

Outros dois pontos foram levantados referentes ao espaço na frente de cada sobrado: (1) apesar de constar no projeto espaço para duas vagas de carro, o espaço é suficiente para

apenas um carro e, no máximo, mais uma moto. Assim, os usuários se sentem confusos quanto à propriedade deste espaço; (2) o piso de terra batida também é um problema já que é de difícil manutenção e interfere na limpeza do interior da habitação, principalmente em dias de chuva.

O banheiro é entregue com azulejos apenas nas duas paredes que recebem maior incidência de água. Com isso, os usuários relataram dificuldade de manutenção e gasto extra com a instalação de azulejo nas demais paredes. Como o banheiro recebe iluminação e ventilação indiretas, o cômodo não é bem iluminado e ventilado, o que, aliado a parede sem revestimento, causa incidência constante de mofo.

As portas foram apontadas como estreitas, principalmente para: (1) idosos, que constantemente necessitam da ajuda de aparelhos ou de outras pessoas para se locomover; (2) gestantes e (3) deficientes físicos, como é o caso da entrevistada com dificuldade de locomoção, que necessita do uso de muletas.

Todos os fatos descritos demonstram a falta de clareza do projeto quanto à propriedade e limite dos espaços. É indicado que o projeto da habitação considere uma área de expansão. Por exemplo, uma área como já existente destinada para o pavimento térreo e um terraço para cada habitação do pavimento superior. Assim seria evitado o conflito por espaço e o mesmo seria delimitado.

O piso de terra batida não é adequado para o local. Poderia ser usado outro piso semipermeável, que permitisse o escoamento da água da chuva, mas não interferisse na manutenção do interior da habitação.

Ainda que a instalação dos azulejos em apenas duas paredes dos banheiros seja um fator de economia na obra, dificulta a manutenção do ambiente pelos usuários. A instalação nas demais paredes implica em um gasto extra para uma população que não tem essa condição. A largura das portas também deve ser observada já que interfere na utilização não só por deficientes, mas também por outros grupos como gestantes e idosos.

Com os resultados alcançados pelo projeto de extensão EEI-AUR/UFJF, foi possível perceber que a maioria dos usuários possuía, em sua habitação anterior, quintal, terreiro, laje coberta, ou algum tipo de espaço onde as crianças podiam brincar e os adultos estendiam as roupas, por exemplo. A presença desse local é muito importante para os usuários, representa qualidade do espaço, e remete a fatores culturais. Quando esse espaço é inexistente, os usuários expressam insatisfação. Essa insatisfação também foi comprovada pela pesquisa

realizada por Andrade (2015), onde os entrevistados apontaram indignação pelos blocos de apartamentos e preferência por casas térreas.

Essa inadequação do espaço é refletida nas soluções encontradas pelos usuários para resolver esse problema, como exemplificado na pesquisa realizada por Nascimento et al. (2015), onde eles utilizam “varais dispostos no chão, esticados, pendurados ou improvisados na sala, na cozinha, no quarto e até mesmo no banheiro tornam-se a solução; alguns moradores chegam a projetá-los para fora das janelas” (NASCIMENTO et al., 2015, p. 214). Essa prática também foi constatada no EEI-AUR/UFJF. Outro resultado alcançado tanto pelo EEI-AUR/UFJF, quanto por Andrade et al. (2015), é a necessidade de desenvolvimento de atividades laborais no interior da habitação. Entretanto, como constatado no trabalho de campo, as habitações não contam com espaço suficiente e adequado para o desenvolvimento desse tipo de atividade.

Para ilustrar as descobertas do *walkthrough* foi desenvolvida uma Matriz de Descobertas (Figura: 13) destacando tanto a visão dos usuários quanto dos pesquisadores, bem como apresentado nos Quadros 4 e 5.

Figura 13: Matriz de descobertas



Fonte: A. autom, 2016

6.2 AVALIAÇÕES

Para compreender como os usuários utilizam o espaço da habitação, foram utilizadas duas técnicas: o *walkthrough* e a entrevista semiestruturada. A ordem de aplicação das técnicas foi um fator de preocupação para os pesquisadores. Na aplicação piloto primeiro foi realizada a entrevista, seguida do *walkthrough*. Foi necessária a inversão dessa ordem de aplicação para que primeiro os usuários falassem livremente e, depois o pesquisador estimulasse com as perguntas, para não induzir a resposta dos usuários. Ainda assim o *walkthrough* se mostrou eficiente por mostrar a visão dos usuários livre de possíveis preconceitos dos pesquisadores. Na aplicação das entrevistas foi possível obter mais informações, aprofundar na temática do trabalho e abordar todos os aspectos da relação do usuário com o espaço.

A sistematização fotográfica, em um primeiro momento, pareceu sem utilidade para a pesquisa. Entretanto, teve grande importância na etapa de análise dos dados por representar um registro de todos os cômodos visitados no interior das habitações. Como no trabalho de campo os pesquisadores aplicaram as técnicas e analisaram posteriormente em gabinete, somente no momento das análises foram os conflitos arquitetônicos foram ampliados e aprofundados. Com isso, baseado nas fotos foi possível demonstrar os conflitos e até mesmo compreendê-los melhor.

Durante a aplicação do trabalho de campo, foi percebida dificuldade dos moradores para realizar as técnicas e responder às perguntas propostas. As palavras utilizadas pelos pesquisadores e a formulação das perguntas foi um ponto de preocupação e necessitou de ajustes após a aplicação piloto para melhor entendimento por parte dos entrevistados. Além disso, destaca-se a insegurança dos entrevistados em aceitar a aplicação da pesquisa. Eles se sentiam inseguros por temer possíveis retaliações de outros moradores do condomínio. Durante a aplicação das técnicas, outros moradores, que apareciam na janela, interrompiam constantemente para perguntar qual era o objetivo da pesquisa e qual o nosso vínculo com outros órgãos, como a prefeitura, por exemplo.

A entrevista semiestruturada foi elaborada para perceber como os usuários lidavam com a habitação e como era a forma de uso dos espaços, abordando inclusive aspectos mais subjetivos. Entretanto, foi percebida dificuldade para chegar aos aspectos subjetivos nas falas dos usuários. Apenas com o desenvolvimento da fundamentação teórica e da inclusão do conceito das práticas sociais essa ligação foi possível.

Foi percebida uma falha na caracterização dos moradores realizada. As perguntas aplicadas não foram suficientes para caracterizar a população do condomínio. Com isso, foram utilizados os dados levantados em uma pesquisa de Iniciação Científica realizada no mesmo condomínio, onde a pesquisadora também atuou (NEVES; ZAMBRANO, 2014).

6.3 RESULTADOS

O mobiliário oferecido nas lojas moveleiras populares figura como ponto crítico. O design não é compatível com os espaços, tanto pela dimensão, quanto pela função. O programa do governo, “Minha Casa Melhor” oferece subsídio às famílias de baixa renda para aquisição de móveis. No trabalho de campo uma usuária reclamou a respeito da qualidade e falta de opções dos móveis adquiridos através desse programa. Assim, houve o interesse em aprofundar nesse aspecto. Primeiramente, foi realizada pesquisa no site da CEF, onde é possível acessar uma tabela com o valor máximo de cada móvel que pode ser adquirido com o cartão (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015). Entretanto, em visita informal às lojas da cidade de Juiz de Fora, os vendedores relataram que, com o cartão é possível comprar apenas os móveis mais baratos; inclusive, a título de exemplo, na faixa de preço estabelecida só é possível comprar o guarda-roupa de criança. Um exemplo a se analisar seria a oferta de móveis populares observada em outros países, como por exemplo na França. Segundo Tapie (2014), na França o mobiliário das lojas “Ikea” responde bem às necessidades dos usuários. É “leve, se ajusta em altura, em largura, em profundidade aos novos espaços de vida sem comprometer o orçamento” (TAPIE, 2014, p. 215, tradução nossa). Infelizmente ainda não temos lojas com esse tipo de produto versátil, funcional e acessível.

A insatisfação dos usuários está relacionada a aspectos físicos das habitações e também a aspectos psicológicos. Entre os aspectos físicos, as esquadrias utilizadas não são suficientes para garantir a segurança (tanto em relação a roubos e invasão, quanto para proteger de intempéries). Dessa forma as janelas permanecem fechadas constantemente para proteção física, bem como as cortinas, para proteção visual, gerando graves comprometimentos quanto ao conforto e salubridade no interior das unidades.

A tipologia adotada não prevê espaço para expansão da habitação. Indica-se essa previsão como necessária, principalmente quando não se tem conhecimento prévio das características da família que irá ocupar a habitação. Em muitos casos, as famílias possuem mais de quatro

moradores, o que implica na necessidade por mais espaço. Com a alternativa de uma forma de expansão da habitação, a configuração padrão é quebrada. Esse espaço permite que o usuário confira aspectos particulares, relacionados ao seu modo de habitar e suas necessidades. No caso analisado, esse espaço poderia ser representado pela área existente à frente de cada sobrado destinada ao nível térreo e a criação de terraços para as habitações do primeiro pavimento. Conforme Tapie (2014, p. 218, tradução nossa), “os terraços, as varandas cobertas ou os espaços exteriores privativos assumem toda importância na percepção da qualidade de vida e na prática dos habitantes. Eles lembram simbolicamente ao famoso jardim da casa individual”. Tapie (2014) relata uma experiência que obteve sucesso, onde o arquiteto concebeu um espaço no nível térreo (rez-de-jardim), um híbrido de garagem, de compartimento de uso e de jardim, a princípio um espaço não habitável, deixado livre à escolha dos usuários.

Além disso, os sobrados implantados no mesmo nível da rua expõem o interior das habitações térreas, o que compromete a privacidade dos usuários. Foi relatada uma grande diferença entre o nível de segurança percebido pelos usuários para o pavimento térreo em relação ao primeiro pavimento. Enquanto os usuários do pavimento térreo precisam fechar suas janelas e cortinas todo o tempo, os usuários do primeiro pavimento se sentem seguros em manter as janelas abertas e não sentem tanta necessidade quanto à instalação de cortinas e grades.

A maior afinidade com a habitação anterior é constantemente relatada. Os usuários expressaram pontos como melhor relacionamento com a vizinhança, melhor localização, proximidade da família, proximidade do local de trabalho, espaço interno mais confortável, possibilidade de expansão da habitação e presença de quintal ou local adequado para os adultos estenderem roupas e as crianças brincarem. A satisfação apontada nas entrevistas em relação à habitação atual está diretamente relacionada à sua propriedade legal – o que foi também observado através de outras pesquisas analisadas neste trabalho –, tendo em vista que muitas vezes os usuários pagavam aluguel anteriormente; mas, ao contrário do desejado, a satisfação não remete a fatores de qualidade da habitação.

Ao se tratar do espaço interno das habitações, segundo Lemos (1989), as cozinhas são espaços capazes de demonstrar a evolução da sociedade. De acordo com o autor, desde os anos de 1990 esses ambientes passam por transformações estéticas, no mobiliário, nos aparelhos, com o incremento de novas tecnologias disponíveis, e na bancada, que deve atender a toda essa demanda. Além disso, muitas vezes percebemos que a cozinha passa a fazer parte da sala,

deixando de ser área de serviço e passando a configurar como uma área social. Dessa forma, ela deve ser apresentável tanto para a família quanto para os amigos. Entretanto, percebeu-se, nesse estudo de caso, que essa configuração é inadequada para os usuários do condomínio analisado. Corroborado por Tapie (2014), a cozinha fechada é uma tradição e representa comodidade pela sua limpeza e arrumação, já que ao fechar a porta o cômodo está resguardado da parte social da casa. Além de não agradar esteticamente, o modelo de cozinha e sala conjugadas não é funcional para o estilo de vida e hábitos da população estudada.

A divisão dos cômodos, presente no estudo de caso analisado, não corresponde às necessidades contemporâneas dos usuários. Tapie (2014) ressalta que na atualidade há uma tendência a individualização do espaço, onde, cada vez mais cedo, cada usuário necessita de um espaço para desenvolver suas tarefas e seus hábitos. Para Tapie (2014, p. 217, tradução nossa), “face às transformações familiares, a apropriação repousa sobre a demanda dos indivíduos: as crianças têm cada vez mais cedo seu próprio espaço assim como os pais, o da mulher deve ser igual ao do homem”. O autor observa que a partir dos anos oitenta há uma tendência a estabelecer fronteiras entre os usuários da habitação, “a cada um sua atividade, seu ruído, seu universo, com regras a respeitar para penetrá-lo” (TAPIE, 2014, p. 199, tradução nossa). Segundo o autor, é desejável que, excluídos os espaços que determinam um tipo de ocupação, por seu arranjo material – cozinha, banheiro – a habitação se adapte aos usos modernos dos habitantes. Não se define uma função particular aos espaços, utilizando-os em função de seus desejos. Com isso, nota-se a necessidade de entender os espaços da habitação para além da configuração padrão (sala, dois quartos, cozinha, banheiro e área de serviço), mas como um espaço onde todas as atividades devem ser realizadas com qualidade e que atenda ao número variado de moradores. É preciso que o projeto arquitetônico apresente soluções para essas diversas configurações.

Os hábitos das famílias, percebidos durante o trabalho de campo, apontam uma grande utilização dos cômodos relacionados às atividades domésticas (cozinha e área de serviço). Entretanto, esses são os cômodos mais reduzidos dimensionalmente e sem um planejamento específico para seu uso (em termos de mobiliário e layout). Segundo Tapie (2014, p. 215, tradução nossa), “a falta de espaços de organização (armários, despensas, peças de serviço, depósitos) e a falta de preocupação com as necessidades domésticas são objeto de crítica geral, mais particularmente nas famílias com crianças”. No condomínio, a maioria das famílias é formada por mães e filhos pequenos. Isso demonstra o afastamento entre as necessidades dos usuários e a proposta do projeto arquitetônico.

Vários estudos (COOPER, 1970; FRANCESCATO et al., 1979) abordam a importância da aparência e da imagem para a satisfação do usuário em conjuntos habitacionais. A repetição do padrão da fachada em conjuntos habitacionais faz com que os usuários se sintam estigmatizados e diferenciados em relação ao entorno (CARVALHO, 1985). Esses acontecimentos levam à busca pelos residentes em diferenciar, de alguma forma sua casa, por meio de intervenções na fachada que imprimam mais personalidade na unidade (MOUDON, 1986). Entretanto, no condomínio analisado, as intervenções realizadas nas fachadas possuem características funcionais, visando conferir segurança à habitação ou delimitação do espaço.

Nicole e Herni Haumont (2001 apud TAPIE, 2014) tratam a apropriação do território baseado na relação entre os indivíduos; assim, o espaço público representa a sociedade, o espaço de transição representa a sociabilidade cotidiana (entre outras a vizinhança), e o espaço privado representa o indivíduo. No condomínio, a ausência do espaço de transição, aliada à falta de barreira física entre a habitação e o espaço público, representa pontos negativos. O entendimento entre o espaço público e o espaço privado não é claro para os usuários, o que afeta negativamente as suas relações e gera conflitos.

Os conflitos arquitetônicos analisados apresentam aspectos onde a habitação é inadequada. É destacada a utilização da visão do próprio usuário para definição desses pontos. São reflexo da inadequação da habitação aos fatores e características funcionais, sociais e também culturais da população residente. Ou seja, através de um projeto arquitetônico apropriado é possível gerar soluções espaciais adequadas e contribuir para a qualidade de vida para os usuários.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu aprofundar na discussão sobre a percepção da qualidade pelo usuário da habitação de interesse social, bem como na influência das práticas sociais no modo de habitar.

Com os resultados da pesquisa, foi possível perceber que o modelo de habitação social praticado pelo programa MCMV na cidade de Juiz de Fora não atende aos interesses dos usuários. A insatisfação dos usuários foi constatada tanto em relação a fatores externos à habitação (mobiliário oferecido pelas lojas populares, relação de vizinhança, adaptação ao modelo condominial), quanto a fatores internos (insegurança, configuração espacial interna da habitação, tipologia inflexível).

Na busca por respostas, em Arquitetura e Urbanismo, para as questões sobre qualidade projetual, por vezes o foco não é o interior da habitação, principalmente o interior da habitação de interesse social. Talvez, uma alternativa para essa questão seja a busca em outras áreas do conhecimento, através da multidisciplinaridade, com novos olhares que possam contribuir para o desenvolvimento de outras formas de projetar em Arquitetura e Urbanismo. Destaca-se o papel das Ciências Sociais, que permite melhor compreender o indivíduo e sua relação com o espaço.

As técnicas utilizadas evidenciam várias vantagens. Durante o *walkthrough*, o usuário está livre e sem ser influenciado pelo pesquisador. Apesar da presença do pesquisador ser uma influência indireta, ela não impede a livre expressão do usuário. O pesquisador, nesse momento, está apto a observar a interação do usuário com a habitação, e perceber as “sutilezas”, que em outras técnicas podem não ser percebidas. A entrevista permite que os pontos mais importantes para a pesquisa sejam aprofundados e, quando bem elaborada, fornece um roteiro para que o foco não seja perdido. O levantamento arquitetônico é um importante registro dos dados e permite que as informações sejam gravadas e possam ser retomadas quando necessário. Assim, evita a perda de conteúdo e diminui a necessidade de revisita a campo.

Sugere-se, para as próximas pesquisas, aprofundar na adequação ou elaboração da entrevista e na caracterização dos usuários. A entrevista deve ser pensada de forma que aborde todos os aspectos necessários para a pesquisa e com uma linguagem compatível com o público ao qual se destina. Já o perfil dos usuários é importante para compreender a estrutura familiar em sua

totalidade, e como os usuários utilizam o espaço da habitação. Na fase de análises, essas informações, em conjunto com todos os dados levantados, permitem entender a dinâmica de uso dos espaços.

Conclui-se que o conflito arquitetônico está na inadequação da habitação aos valores socioculturais. A habitação social hoje não incorpora as particularidades da população para a qual é destinada. É preciso aprofundar no conhecimento dos valores socioculturais dos usuários e produzir habitações com esses parâmetros; assim, o usuário irá perceber qualidade na habitação. A qualidade dos espaços implica na qualidade de vida e, mesmo que os problemas sociais presentes no condomínio sejam resolvidos, sendo o espaço da habitação inadequado, os conflitos arquitetônicos irão persistir.

Frente a isso, sugerem-se alternativas para alcançar a qualidade da habitação. Por exemplo, criar um programa para desenvolver um mobiliário que seja compatível com essas habitações, já que o mobiliário ofertado pelas lojas populares não atende à demanda. A transposição dos móveis da habitação anterior para a atual é entendida como uma dificuldade. Em muitos casos, os móveis não são compatíveis com o novo espaço. Caso as habitações fossem entregues com o mobiliário mínimo necessário, muitos conflitos arquitetônicos seriam resolvidos e os espaços seriam mais bem aproveitados. A compreensão do espaço pelos usuários também representa uma dificuldade. O trabalho relata situações onde os usuários não conseguem imaginar nas lojas, como o móvel ficará na sua habitação. Com isso, o mobiliário adquirido é incompatível com o espaço e gera conflitos arquitetônicos. É preciso apresentar, juntamente com a planta da habitação, a representação em três dimensões, para suprir as dificuldades de visualização dos usuários. Indica-se como necessário o desenvolvimento de diferentes projetos de layout, de acordo com o número variado de usuários, priorizando a adaptabilidade dos compartimentos do mobiliário para possibilitar a versatilidade do uso.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Christopher et al. **A pattern language: towns, buildings, construction**. New York: Oxford Univ., 1977.
- ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo. Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. **Temas em Psicologia da SBP**. vol. 8, n. 3, p. 257-267, 2000.
- ALTMAN, Irwin; CHEMERS, Martin M. **Culture and Environment**. New York: Cambridge University Press, 1989.
- ANDRADE, Luciana da Silva. É possível transformar em cidade a anticidade? Crítica ao urbanismo de empreendimentos do PMCMV. In: AMORE, Caio Santos; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Orgs). **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros** - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ATLAS SOCIAL - JUIZ DE FORA: DIAGNÓSTICO. Prefeitura de Juiz de Fora: Gisele Machado Tavares (org). Juiz de Fora (MG): Prefeitura de Juiz de Fora, 2006. Disponível em: <<http://www.pjf.mg.gov.br>>. Acesso em: maio 2015.
- BACHELARD, Gaston et al. **A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço** – São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- BARROS, Raquel Regina Martini Paula. **Habitação coletiva: a inclusão de conceitos humanizadores no processo de projeto**. 2008. Tese (Doutorado em Engenharia Civil, área de concentração Arquitetura e Construção) - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- BASSO, Jussara Maria. **Investigação de fatores que afetam o desempenho e apropriação de espaços abertos públicos: o caso de Campo Grande – MS**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- BASTA, Darci et al. **Fundamentos de marketing**. 5. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. Classe e práticas sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 81, fev. 2013.
- BETTANY-SALTIKOV, Josette. Learning how to undertake a systematic review: part 1. **Nursing Standard**, vol. 24, n. 50, 2010. Disponível em: <<http://journals.rcni.com/doi/abs/10.7748/ns2010.08.24.50.47.c7939>>. Acesso em: mar. 2015.
- BONATTO, Fernanda Sbaraini; MIRON, Luciana Inês Gomes; FORMOSO, Carlos Torres. Avaliação de empreendimentos habitacionais de interesse social com base na hierarquia de valor percebido pelo usuário. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v.11, n.1, p. 67-83, jan./mar. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Arquitetura e seu combate. Interpretar Arquitetura. **Revista de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo**. vol. 2, n. 3, dezembro de 2001. Grupo de Pesquisa “Hermenêutica e Arquitetura” da Escola de Arquitetura da UFMG.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: jan. 2015.

_____. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. **Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: outubro de 2014.

_____. Lei nº 12 424, de 16 de junho de 2011. Lei no 11.977/2009 (PMCMV).

_____. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Avanços e desafios: política nacional de habitação**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010. 96 p.

_____. Ministério do Planejamento e Gestão. Prevê no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV meta intermediária para promoção da produção, aquisição, requalificação e reforma de 350 mil unidades habitacionais até 31 de julho de 2015. Portaria Interministerial nº430, de 30 de setembro de 2014. Publicada no DOU, Seção 1, nº. 189, quarta-feira, 01 de outubro de 2014, página 89.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha Casa Melhor**. 2015. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/minha-casa-melhor/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: nov. 2015.

CAMACHO, Nádia de Oliveira; LOPES, Isabela Canônico; ZAMBRANO, Letícia Maria de Araújo. Aplicação parcial de um instrumento de avaliação da qualidade socioambiental de empreendimentos habitacionais de interesse social – estudo de caso: condomínio vivendas belo vale I – Juiz de Fora. Anais do Encontro Latinoamericano de Edificações e Comunidades Sustentáveis. **Anais...** In: ENCONTRO LATINOAMERICANO DE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS. Curitiba, 2013.

CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos de política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L.(Org.) **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARDOSO, Adauto Lúcio; MELLO, Irene de Queiroz e; JAENISCH, Samuel Thomas. “A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições”. In: In: AMORE, Caio Santos; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Orgs). **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.**

CARVALHO, Teresa C.C. As dimensões da habitação. **Projeto**, n. 77, p. 95-103, 1985.

CASSAB, Clarice; PINTO, Mariana B. O lugar dos pobres na cidade de Juiz De Fora: O Programa MCMV e os novos padrões de espacialização da pobreza em JF. **Revista da Faculdade de Geografia da UFJF**, Juiz de Fora, n.4, p.1-7, 2013.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em:< ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf> . Acesso em: jun. 2015.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Censo Demográfico 2010: famílias e domicílios, resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Acompanha 1 CD-ROM.

CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS/PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Proposta de política municipal de habitação - Juiz de Fora**. Juiz de Fora: CPS/UFJF, 2007. Disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/habitacao/documentos/plano_municipal.doc>. Acesso em: abr. 2015.

COHEN, Ira J. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

COOPER, Clare. Residentes attitudes towards the environment at St. Francis Square, San Francisco: a summary of the initial findings. Berkeley, Institute of Urban and Regional Development, University of California. **Working Paper**, n. 126, 1970.

CRUZ, Antero de Oliveira; ORNSTEIN, Sheila Walbe. O projeto arquitetônico da habitação para a análise do desempenho funcional com base na avaliação pós-ocupação da autoconstrução. In: Encontro nacional de tecnologia do ambiente construído, 6., 1995, Rio de Janeiro. Qualidade e tecnologia na habitação. **Anais**. Rio de Janeiro: ANTAC; UFRJ, 1995. v.1, p 275-280.

DIGIACOMO, Mariuzza Carla; SZÜCS, Carolina Palermo. Flexibilidad requisito fundamental en el proyecto de habitación de interés social (HIS). Proyecto Leonardo. **Revista de Ciencia y Tecnología**. v. 1, n. 1, 2011.

ELALI, Gleice Azambuja; PINHEIRO, José Q. Analisando a experiência do habitar: algumas estratégias metodológicas. In: VILLA, Simone Barbosa; ORNSTEIN, Sheila Walbe (orgs.). **Qualidade ambiental na habitação: avaliação pós-ocupação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

FARIA, Hugo César Pereira. **Relatório final de iniciação científica**. Processo nº 160262/2002-0. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2003.

FOLZ, Rosana Rita. **Projeto tecnológico para a produção de habitação mínima e seu mobiliário**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2008.

FRANCESCATO, Guido et al. **Resident's satisfaction in HUD-Assisted Housing: design and management factors**. Wasihngton D.C.: US Department of Housign and Urban Development, 1979.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Fundação João Pinheiro e Ministério das Cidades divulgam os resultados do Déficit Habitacional Municipal no Brasil**. 2013. Disponível

em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/2680-fundacao-joao-pinho-e-ministerio-das-cidades-divulgam-os-resultados-do-deficit-habitacional-municipal-no-brasil>>. Acesso em: abr. 2015.

GAMBIM, Paula Silva. **A influência de atributos espaciais na interação entre grupos heterogêneos em ambientes residenciais**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society: outline of the Theory of Structuration**. Cambridge: Polity Press, 1984.

GONÇALVES, Fábio Mariz. A apropriação dos espaços livres em áreas habitacionais: avaliação de uma experiência. In: NUTAU' 2002. **Anais...** São Paulo: Fupam/FAU-USP, 2002.

GUERRA, Gregório Mathias; KERN, Andrea Parisi; GONZÁLEZ, Marco Aurélio Stumpf. Empreendimentos de Habitação de Interesse Social: o desafio na relação área/custo. **Teoria e Prática na Engenharia Civil**, n. 14, p. 51-58, 2009.

JORGE, Liziane Oliveira. **Estratégias de flexibilidade na arquitetura residencial multifamiliar**. 2012. Tese (Doutorado – Área de Concentração: Projeto de Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

JUIZ DE FORA/Laboratório de Climatologia Geográfica e Análise Ambiental (DEGEO - ICHL / UFJF), Estação Climatológica Principal de Juiz de Fora; Centro de Pesquisas Sociais / Anuário Estatístico da UFJF 2006. Disponível em: <http://pjf.mg.gov.br/cidade/caracteristicas_gerais.php>. Acesso em: maio 2015.

KOWALTOWSKI, Doris Catherine Cornelie Knatz et al. Quality of life and sustainability issues as seen by the population of low-income housing in the region of Campinas, Brazil. **Habitat International**, 30(4), p. 1100-1114, 2006.

KOWALTOWSKI, Doris Catharine Cornelie Knatz; GRANJA, Ariovaldo Denis. The concept of desired value as a stimulus for change in social housing in Brazil. **Habitat Internacional**. p. 435 – 446, 2011.

LAY, Maria Cristina Dias; REIS, Antônio Tarcísio. O papel de espaços abertos comunitários na avaliação de desempenho de conjuntos habitacionais. **Revista Ambiente Construído**. Porto Alegre, v.2, n.3, 2002, p. 25-39.

LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. **Alvenaria burguesa**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1989.

LIMA, José Júlio, et al. “Programa Estratégias de produção habitacional de interesse social através do PMCMC na Região Metropolitana de Belém e no sudeste do Pará”. In: AMORE, Caio Santos; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Orgs). **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros** - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

LIMA, Márcia Azevedo de. **A influência da dimensão, configuração e localização de conjuntos habitacionais na interação social**. 2011. Dissertação (Mestrado em Planejamento

Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LOPES, João Marcos de Almeida; SHIMBO, Lúcia Zanin. “Projeto e produção da habitação na região central do estado de São Paulo: condições e contradições do PMCMV”. In: AMORE, Caio Santos; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Orgs). **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros** - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

LOPES, Maria Valéria Affonso. **Ergonomia aplicada à habitação: o caso do usuário enfermo**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LYNCH, Kevin. **La buena forma de la ciudad**. Barcelona: G. Gilli, 1985.

MAGALHÃES, João. Após incertezas, Minha Casa Minha Vida 3 deve ser lançado em fevereiro, 2015. **Jornal O DIA**. Disponível em: <<http://www.portalodia.com/noticias/piaui/apos-incertezas,-minha-casa-minha-vida-3-deve-ser-lancado-em-fevereiro-255510.html>>. Acesso em: fev. 2016.

MALARD, Maria Lúcia. O método em arquitetura: conciliando Heidegger e Popper. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, v. 8, n. 8, p. 128-154, 2001.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003. Disponível em: <http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india> Acesso em: out. 2014.

MEIRA; Gibson Rocha; SANTOS, Judith Yara Ribeiro. Avaliação Pós-Ocupação em um conjunto habitacional: um estudo de caso. In: Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, 7. 1998. Florianópolis. Qualidade no processo construtivo. **Anais**. Florianópolis: UNTAC, UFSC. 1998. v.1, p 657-664.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria 610, de 26 de Dezembro de 2011. **Programas Habitacionais** - Seleção das Famílias. Disponível em: <<http://www.tce.pi.gov.br/eventos/arquivos/06-12-1T-PROGRAMAS-HABITACIONAIS.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

MIOTO, Beatriz. O Programa “Minha Casa, Minha Vida” e a segregação sócio-espacial: a atuação do capital incorporador e do estado na construção do urbano brasileiro. In: X Seminario de Investigación Urbana y Regional. 2012. Bogotá. **Anais**. Disponível em: <<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/cvyu/article/view/5922>>. Acesso em: abr. 2015.

MOUDON, Annie Verdez. Platting versus planning. Housing at the household scale. **Landscape**, v. 9, n. 1, p. 30-38. 1986.

NASCIMENTO, Denise Morado, et al. “Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços na Região Metropolitana de Belo Horizonte”. In: AMORE, Caio Santos; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Orgs). **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros** - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

NEVES, Yara Coelho; ZAMBRANO, Letícia Maria de Araújo. Relatório final referente à bolsa de Iniciação Científica: “**Avaliação socioambiental de edificações do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora**: pesquisa de campo no Condomínio Vivendas Belo Vale”. Juiz de Fora, set. 2014.

OLIVEIRA, Rayssa Cristiane; ELALI, Gleice Azambuja. Minimum housing spaces, flexibility and sustainability: a reflection on the basis of ergonomics intervention. **Work** 41. p. 1409-1416, 2012.

PALERMO, Carolina. **Sustentabilidade social do habitar**. Florianópolis: Ed. da autora, 2009.

PANERO, Jesus; ZELNIK, Martin. **Las dimensiones humanas en los espacios interiores**. Estándares antropométricos México: Ediciones Gustavo Gili, 1998.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da, et al. “Trabalho social no Programa Minha Casa Minha Vida: a experiência da cidade de Osasco/São Paulo”. In: AMORE, Caio Santos; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Orgs). **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros** - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

PENNA, Ana Cláudia Meirelles, et al. **Avaliação Pós-Ocupação (APO) em Edificações da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)**. Avaliação pós-ocupação - APO: saúde nas edificações da FIOCRUZ. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

PEQUENO, Renato; ROSA, Sara Vieira. “Inserção urbana e segregação espacial: análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza”. In: AMORE, Caio Santos; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Orgs). **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros** - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Disponível em: <<http://pjf.mg.gov.br/cidade/distancias.php>>. Acesso em: maio 2015.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Humano**, 2000; SPGE - Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica; Centro de Pesquisas Sociais / Anuário 2004. Disponível em: <<http://www.pjf.mg.gov.br>>. Acesso em: jun. 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAPOPORT, Amos. **Cultura arquitectura e diseño**. Edicions UPC: Barcelona, 2003.

RECKWITZ, Andreas. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

REIS, Antônio Tarcísio da Luz; LAY, Maria Cristina Dias. Tipos arquitetônicos e dimensões dos espaços de habitação Social. **Ambiente Construído**, v2 n3, p. 7-24, Porto Alegre, 2002.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. A atuação do observador-pesquisador na avaliação da habitação. In: VILLA, Simone Barbosa; ORNSTEIN, Sheila

Walbe (orgs.). **Qualidade ambiental na habitação: avaliação pós-ocupação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. Vários autores.

ROLNIK, Raquel et al. Inserção urbana no PMCMV e a efetivação do direito à moradia adequada: uma avaliação de sete empreendimentos no estado de São Paulo. In: AMORE, Caio Santos; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Orgs). **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros** - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz, et al. A produção do Programa PMCMV na Baixada Santista: habitação de interesse social ou negócio imobiliário?. In: AMORE, Caio Santos; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Orgs). **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros** - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. “Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos”. In: AMORE, Caio Santos; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Orgs). **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros** - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SÁ, Celso Pereira de. Sur les relations entre représentations sociales, pratiques socio-culturelles et comportement. **Papers On Social Representations**, 3(1), 40-46, 1994.

SÃO PAULO (cidade). Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo**: lei municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014; texto da lei ilustrado. São Paulo: PMSP, 2015. Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: maio 2015.

SOUZA, Eda Castro Lucas de; LUCAS, Cristina Castro; TORRES, Cláudio Vaz. Práticas Sociais, Cultura e Inovação: Três Conceitos Associados. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 10, n. 2, abr.-jun. 2011, p. 210-229.

TAPIE, Guy. **Sociologia de l’habitat contemporain. Vivre l’architecture**. Collection Eupalinos. Série architecture et urbanisme. Marseille, França: Éditions Parenthèses, 2014. 237 p.

TOLEDO, José Augusto Ribeiro. **Gestão da política habitacional: Um estudo de caso em Juiz de Fora**. 2006. 109 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

TRINDADE, Zeidi Araújo. **Na teoria as práticas são outras** [mimeo]. Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (14p.). Gramado, RS, 1998.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Edue, 2013.

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VILLA, Simone Barbosa; ORNSTEIN, Sheila Walbe (orgs.). **Qualidade ambiental na habitação: avaliação pós-ocupação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

VILLAR, Jorge Daniel. **O conforto pleno como referencial no processo de projeto arquitetônico**. 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

WOODRUFF, Robert. B.; GARDIAL, Sarah F. **Know Your Customer**: new approaches to understanding customer value and satisfaction. [S.l.]: Blackwell Publishing, 1996.

ZAMBRANO, Letícia Maria de Araújo. Análise dos programas e ações da proposta do Plano Municipal de Habitação em Juiz de Fora. In: ZAMBRANO, L. M. A. et al. (org). **Habitação social em Juiz de Fora**: debates e projetos. Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 135-158.

_____. **Análise multicritério qualitativa e quantitativa da sustentabilidade da habitação social**: um estudo metodológico com objetivo de aplicar em casos brasileiros. École Nationale d'Architecture de Toulouse. Toulouse, 2014.

_____. **Integração dos princípios da sustentabilidade ao projeto de arquitetura**. Rio de Janeiro: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. PROARQ, 2008, 380p. Tese (doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRJ, 2008.

ZAMBRANO, Letícia Maria de Araújo et al. **Escritório-escola itinerante do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF**: avaliação e assessoria técnica em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora - MG. Projeto para o Programa de Extensão Universitária PROEXT 2014 – MEC/SESu. Juiz de Fora, 2013.

ZEITHAML, Valarie. A. Consumers Perception of Price, Quality and Value: a means-end model and systeshis of evidence. **Journal of Marketing**, v. 52, p. 2-22, jul. 1988.

APÊNDICE A – Quadro das publicações encontradas na RSL

T e m á t i c a	Título	Meio de divulga ção	Tipo	Ano	Autor(es)	Interesse
C l i e n t e e	Proposta de um modelo para avaliação de empreendimentos habitacionais de interesse social a partir da percepção de clientes finais	UFRGS	Disser tação	2010	BONATTO, Fernanda Sbaraine	-Avaliação sob o ponto de vista do cliente final, proximidade com minha dissertação -Observar metodologia utilizada -Aplicável a diferentes programas habitacionais
f i n a l	Retroalimentação do processo de desenvolvimento de empreendimentos de habitação de interesse social a partir de reclamações de usuários: estudo no Programa de Arrendamento Residencial	UFRGS	Disser tação	2009	BRITO, J. N. S.	-Trajetória política habitacional brasileira -Estrutura de coleta, processamento e análise de reclamações efetuadas na etapa de uso -Identifica características de EHIS que podem influenciar na incidência de reclamações
F l e	Estratégias de flexibilidade na arquitetura residencial multifamiliar	USP	Tese	2012	JORGE, Liziane de Oliveira	-Mecanismos de flexibilidade arquitetônica capazes de promover a adaptabilidade, a transformação e a particularização do espaço residencial

x i b i l i d a e						-Satisfação do usuário e diferentes necessidades ao longo do ciclo familiar -Sistematização de um amplo instrumental de flexibilidade -Estruturas familiares contemporâneas
	Flexibilidade na arquitetura residencial – um estudo sobre o conceito e sua aplicação	UFRGS	Disser tação	2009	FINKELSTEIN, Cristiane Wainberg	-Aplicação do conceito -Condicionantes e importância de uma moradia contemporânea flexível
	START-UP ARCHITECTURE! - repensar o espaço doméstico sob uma nova lógica de flexibilidade e adaptabilidade	FCTUC Coimbr a	Disser tação	2013	TEIXEIRA, Liliana Franco	-Visão mais flexível, promovendo a adaptabilidade, a eficiência, a economia, a mobilidade e a transformação
	The Motives for Application of the Flexible Elements in the Housing Interior	Archite cture and Civil Engine ering	Artigo	2014	ŽIVKOVIĆ, Milica; KEKOVIĆ, Aleksa ndar; KONDIĆ, Slaviša	-Arquitetura de interiores e flexibilidade -Habitação sustentável
	Minimum housing spaces, flexibility and sustainability: a reflection on the basis of ergonomics intervention	Work 41	Artigo	2012	OLIVEIRA, Rayssa Cristiane; ELALI, Gleice Azambuja	-Metodologia parecida com minha dissertação -Aborda a questão do mobiliário oferecido incompatível com os espaços projetados
H a b i t a ç ã	Efeitos do número de unidades no desempenho da habitação de interesse social: o caso de moradias isoladas e concentradas no município de Santiago - RS	UFRGS	Disser tação	2012	OLIVEIRA, Patrícia Prado	-Baseado na área ambiente/comportamento, é avaliado o desempenho em relação a satisfação dos moradores e à integração social entre os grupos -Método: levantamentos físicos e entrevistas, observar como procederam.
	Empreendimentos de HIS – o desafio na relação área	Teoria e	Artigo	2009	GUERRA, Georgio Mathias;	-Desmistifica o custo como grande barreira na habitação social

o	custo	Prática na Engenh aria Civil			KERN, Andrea Parisi; GONZÁLEZ, Marco Aurélio Stumpf	
M	Projeto tecnológico para habitação mínima e seu mobiliário	USP	Tese	2008	FOLZ, Rosana Rita	-Considera a diversidade de composições familiares -Base conceitual para: o que é considerado como área mínima, flexibilidade, interferência do mobiliário no uso do espaço e na flexibilidade do ambiente.
P	Avaliação de empreendimentos habitacionais de interesse social com base na hierarquia de valor percebido pelo usuário	Ambien te Constru ído, Porto Alegre	Artigo	2011	BONATTO, Fernanda Sbaraini; MIRON, Luciana Inês Gomes; FORMOSO, Carlos Torres	-Mapeamento do produto habitacional e identificação de influências entre os atributos do produto avaliados e os resultados esperados pelos gestores e percebidos pelos usuários -Proposição de modelo de avaliação -Avaliações de empreendimentos em uso, considerando a percepção de usuários
ç	The concept of desired value as a stimulus for change in social housing in Brazil	Habitat Interna cional	Artigo	2011	KOWALTOWSKI, Doris C.C.K.; GRANJA, Ariovaldo Denis	-Estudo voltado para a percepção do usuário em habitação social -Design
ã						
o						
d						

o u s u á r i o						
P o l í t i c a h a b i t a c i o n a l	A política nacional de habitação e a oferta de moradias	Textos e Contextos (Porto Alegre)	Artigo	2011	NOAL, Ednilson Bolson; JANCZURA, Rosane	-Panorama da política habitacional da ditadura até FHC, situação contemporânea e atuais tendências na oferta de moradias -O foco está mais sobre habitações informais e favelas, mas muito pode ser aproveitado sobre a política habitacional no geral
	O Programa “Minha Casa, Minha Vida” e a Segregação Sócio-Espacial: a atuação do capital incorporador e do estado na construção do urbano brasileiro	X Seminário Investigación Urbana y Regional	Artigo	2012	MIOTO, Beatriz	-Avaliação dos programas governamentais de habitação e urbanização, em especial o PMCMV
	Quando o futuro repete o passado: uma análise dos conjuntos habitacionais produzidos pelo Programa Minha Casa/ Minha Vida na cidade do Rio de Janeiro	X Seminário Investigación Urbana y Regional	Artigo	2012	LEITÃO, Gerônimo	-Contribuir para possível reformulação dos projetos a serem implementados

		al				
	Breve percurso sobre a política habitacional brasileira	Colloquium Humanarum	Artigo	2009	HONDA, Sibila Corral de Area Leao	-Esboço do percurso das políticas habitacionais brasileiras, através de levantamento de políticas, planos e programas governamentais federais
P r á t i c a s s o c i a i s	A influência da dimensão, configuração e localização de conjuntos habitacionais na interação social	UFRGS	Disser tação	2011	LIMA, Márcia Azevedo de	-Abordagem perceptiva que utiliza a satisfação do usuário e o comportamento ambiental como indicadores de desempenho e de interação social
	Classe e práticas sociais	Revista Brasileira de Ciências Sociais	Artigo	2013	BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano	-Investiga se a análise de classes pode ser útil para a investigação dos padrões de sociabilidade cotidiana
P r o c e s s o d e	O conforto pleno como referencial no processo de projeto arquitetônico	UNICA MP	Tese	2009	VILLAR, Jorge Daniel	-São avaliados os efeitos quanto à confortabilidade no usufruto das construções pelos seus usuários iniciais. -Propõe matriz para uma arquitetura orientada para o conforto
	Habitação coletiva - a inclusão de conceitos humanizadores no processo de projeto	UNICA MP	Tese	2008	BARROS, Raquel Regina Martini Paula	-Valoriza a relação entre conceitos humanizadores e a qualidade espacial do projeto de habitação coletiva com vistas a contribuir para o processo projetual -Proposta de estratégia projetual

p r o j e t o							
	Q	Evaluating attributes concepts for build Environment	Work 41	Artigo	2012	OLIVEIRA, Gilberto R.; MONT'ALVÃO, Claudia	-Como os profissionais consideram as necessidades dos usuários e suas opiniões
	i d e a d e	Projeto de habitação em favelas especificidades e parâmetros de qualidade	USP	Tese	2009	SAMORA, Patrícia Rodrigues	-Fornecer um método para desenvolvimento de projetos habitacionais em favelas -O método estabelece requisitos quanto à “habitabilidade”, “dimensionamento” e “identidade e flexibilidade”
p r o j e t u a l							

Fonte: A autora, 2015

APÊNDICE B – Entrevista semiestruturada

- O que você acha da sua casa?
- O que você mais gosta? O que você menos gosta? Por quê?
- Como era a casa que você morava?
- O que você sente falta em relação a sua antiga casa?
- Como é a tua relação com os vizinhos?
- Como você se projeta no futuro?
- Como você usa o espaço da sua garagem?
- Pretende fazer alguma reforma no exterior? (construção de muro, grade).
- Existe alguma adaptação ou improvisação que vocês tiveram que realizar por que os espaços não são adequados? (reformas, troca de revestimentos). Alguma adaptação para realizar atividades específicas? (móveis, cortinas)
- Quais atividades costumam praticar em cada cômodo (especificar horário, duração)
- Quais adaptações são feitas para a realização das atividades (móveis específicos, cortinas)
- O que incomoda em relação a cada cômodo (dimensão, configuração espacial)
- Utiliza iluminação artificial durante o dia? (em quais cômodos e por quê?)
- No verão é necessária a utilização de equipamentos como ventiladores?
- E no inverno, sua casa é muito fria? Como você resolve?

APÊNDICE C – Quadro das publicações encontradas na RSL agrupadas em temáticas

C A T E G O R I A	PUBLICAÇÃO	MÉTODO	AMOSTRA	RESULTADO	TOTAL
Q u a l i d a d e	Proposta de um modelo para avaliação de empreendimentos habitacionais de interesse social a partir da percepção de clientes finais	-Pesquisa construtiva -Questionário -SSPS e Excel para análise	Aleatória simples com cálculo baseado em proporção	-análise dos programas sobre os processos de desenvolvimento de EHIS -proposição do modelo de avaliação com base na hierarquia de valor -processo para implantação do modelo	2
	Avaliação de empreendimentos habitacionais de interesse social com base na hierarquia de valor percebido pelo usuário	-Pesquisa construtiva	Aleatória simples com cálculo baseado em proporção	-análise dos programas sobre os processos de desenvolvimento de EHIS -proposição do modelo de avaliação com base na hierarquia de valor -processo para implantação do modelo	
E r g o n o m i a	Minimum housing spaces, flexibility and sustainability: a reflection on the basis of ergonomics intervention	-APO	1 condomínio	-sala recebeu a melhor avaliação e banheiro social a pior -para famílias pouco numerosas a unidade é suficiente em caso de muitos moradores não é	1
		-Walkthrough -Questionário -Inspeção técnica	50% das unidades		
		-Diagnóstico -Intervenção ergonômica (entrevista, observação comportamental, caracterização dos	2 apartamentos		

		usuários, medidas físicas individuais e do espaço, identificação de móveis e equipamentos disponíveis e/ou para adquirir			
T é c n I c a	Retroalimentação do processo de desenvolvimento de empreendimentos de habitação de interesse social a partir de reclamações de usuários: estudo no Programa de Arrendamento Residencial	-Análise de arquivos de bancos de dados de reclamações de usuários de empresa administradora de empreendimentos	42 empreendimentos analisados	- conjunto de diretrizes para coleta, processamento e análise de reclamações de usuários de EHIS para retroalimentar o processo de desenvolvimento de novos empreendimentos	3
		-Entrevista	3 construtoras do ramo habitacional		
	Empreendimentos de HIS – o desafio na relação área custo	-Simulação de aumento de área analisando o uso do espaço interno e o comportamento da estimativa de custos diretos do empreendimento	1 empreendimento	-inserção de mobiliário extra -melhoria do fluxo de pessoas na circulação dos pavimentos - diferença obtida na estimativa dos custos diretos não foi significativa -entre os itens orçados, o que apresentou maior diferença foi o de infraestrutura, seguido da estimativa de custo da superestrutura, pavimentações, coberturas, revestimentos, e paredes. Os itens de serviços iniciais, esquadrias, instalações e complementação não sofreram alterações	
	Projeto de habitação em	-Método QUARQ		-determinação prévia de uma área máxima é	

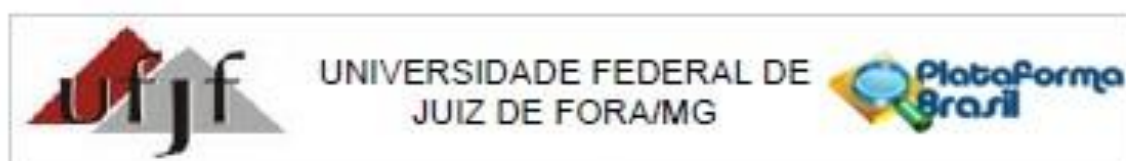
	favelas especificidades e parâmetros de qualidade	(Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Lisboa) -APO (Ornstein e Abiko, 2002) -Pesquisa CDHU/IBOPE		um dos principais entraves para a adoção de soluções que contemplem todos os requisitos mínimos; -variedade de tipologias pode ser considerada um avanço; -entendimento da habitação nas diversas escalas reflete diretamente na qualidade da moradia; -muitas vezes a maior a densidade representa um fator de inadequação do habitat; -adoção prévia de uma tipologia habitacional não levará necessariamente a uma inadequação de projeto; -deve-se utilizar a padronização dos componentes	
Projeto	Efeitos do número de unidades no desempenho da habitação de interesse social: o caso de moradias isoladas e concentradas no município de Santiago – RS	-Estudo de caso -APO -Levantamento de arquivos		-número de unidades influencia a satisfação e a interação dos moradores de HIS com o entorno imediato e com a cidade -núcleos de conjuntos ditos de “interesse social”, na maioria das vezes de grandes dimensões, surgem como “apêndices” urbanos em áreas periféricas ou de expansão, com habitantes indesejados em áreas consolidadas -localização pode influenciar na condição de segregação dos moradores	7
		-Levantamento físico e observação de traços físicos	7 conjuntos habitacionais e 31 unidades isoladas		
		-Mapa mental e entrevista	32 unidades		
		- Questionários	155 questionários		
	Projeto tecnológico para habitação mínima e seu mobiliário	-APO	85 casas	- proposição de um projeto tecnológico para indicar as áreas de ações para enfrentar a realidade de habitação de áreas mínimas e seu mobiliário para famílias de baixa renda com diferentes formações	
		-Medição dos móveis e entrevista	17 entrevistados de um total de 560		
		-Medição dos móveis e entrevista	15 entrevistados de um total de 960		
		-Avaliação funcional dos	27 entrevistados de		

		ambientes internos	um total de 416		
	The concept of desired value as a stimulus for change in social housing in Brazil	-Estudo de caso -Jogo de cartas	4 áreas residenciais 195 entrevistados de um total de 4540	-segurança foi o aspecto mais valorizado, seguido de: acesso a natureza, redução nas contas e privacidade acústica	
	A influência da dimensão, configuração e localização de conjuntos habitacionais na interação social	-Estudo de caso -Levantamento de arquivo -Levantamento físico -Observações de manifestações comportamentais e de traços físicos -Mapas mentais e entrevistas	4 conjuntos habitacionais (54 de 320 54 de 314 51 de 414 51 de 416) 72 entrevistados	-características de implantação dos conjuntos HIS podem influenciar o tipo e a intensidade de interação social entre os moradores de conjuntos e entre o conjunto com o entorno imediato e com a cidade -importância da interação social como um indicador fundamental de desempenho dos conjuntos	
	O conforto pleno como referencial no processo de projeto arquitetônico	-Estudo de caso de obras dos grandes mestres	3 obras selecionadas	- proposição de matriz para um processo metodológico que possibilite uma arquitetura voltada para o conforto	
	Habitação coletiva - a inclusão de conceitos humanizadores no processo de projeto	-Teórico -Proposição baseada em Alexander, 1977	Amostra de projetos em premiações de periódicos nacionais de arquitetura (1980-2005)	-proposta de estratégia projetual que relaciona os conceitos humanizadores a propriedades que lhes são inerentes, representando qualidades do ambiente construído que podem resgatar um senso de urbanidade e de habitabilidade	
	Evaluating attributes concepts for build Environment	-Entrevista semiestruturada -análise de conteúdo no tratamento das entrevistas	11 entrevistados	-definição de 12 atributos como principais na cozinha	
F	Estratégias de flexibilidade na	-Teórico			4

l e x i b i l i d a d e	arquitetura residencial multifamiliar	-Sistematização de instrumental sobre flexibilidade			
	Flexibilidade na arquitetura residencial – um estudo sobre o conceito e sua aplicação	-Teórico	23 projetos residenciais flexíveis		
	START-UP ARCHITECTURE! - repensar o espaço doméstico sob uma nova lógica de flexibilidade e adaptabilidade	-Teórico	Análise de projetos		
	The Motives for Application of the Flexible Elements in the Housing Interior	-Teórico			

Fonte: A autora, 2015

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Escritório-Escola itinerante do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF: avaliação e assessoria técnica em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora - MG.

Pesquisador: Letícia Maria de Araújo Zambrano

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 34635814.7.0000.5147

Instituição Proponente: Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Patrocinador Principal: Universidade Federal de Juiz de Fora UFJF

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 810.776

Data da Relatoria: 25/09/2014

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de extensão universitária que pode ser enquadrado como uma prestação de serviços do Escritório-Escola do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF. Destarte, como o projeto de extensão em tela não envolve intervenção clínica, não se aplica a apreciação desse comitê conforme consta na página do CEP/UFJF.

Objetivo da Pesquisa:

Não se aplica.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Trata-se de prestação de serviço.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de extensão em tela não envolve intervenção clínica e assim sendo, não se aplica a apreciação desse comitê conforme consta na página do CEP/UFJF. Ademais a coleta de dados já se iniciou.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A coleta de dados já foi iniciada, conforme consta no cronograma. Por ser projeto de extensão sem intervenção clínica não cabe análise do CEP/UFJF

Endereço: JOSE LOURENÇO KELMER S/N

Bairro: SÃO PEDRO

CEP: 36.036-000

UF: MG

Município: JUIZ DE FORA

Telefone: (32)2102-3788

Fax: (32)1102-3788

E-mail: cep.propesca@ufjf.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA/MG



Continuação do Parecer: 010.770

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não se aplica análise do CEP.

Situação do Parecer:

Não Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS, manifesta-se pela **NÃO APROVAÇÃO** do protocolo de pesquisa proposto.

JUIZ DE FORA, 29 de Setembro de 2014

Assinado por:
Paulo Cortes Gago
(Coordenador)

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: SÃO PEDRO

CEP: 38.038-000

UF: MG

Município: JUIZ DE FORA

Telefone: (32)2102-3788

Fax: (32)1102-3788

E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br